



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA (PPGEAA)

CARMEM DO SOCORRO DA SILVA QUADROS

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE
MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA.**

Castanhal/PA
2024

CARMEM DO SOCORRO DA SILVA QUADROS

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE
MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos antrópicos na Amazônia - PPGEAA, Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, como requisito para obtenção do título de Mestra, em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Linha de pesquisa: Etno-Saberes e Tecnologia Social.

Área de Concentração: Interdisciplinar.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos.

Castanhal / PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

Q1(QUADROS, Carmem do Socorro da Silva.
A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS
DA COMUNIDADE DE MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA / Carmem do Socorro da
Silva QUADROS. — 2024.
157 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos
Coorientador(a): Prof. Dr. José Guilherme dos Santos
Fernandes

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-
Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal,
2024.

1. MULHER QUILOMBOLA. 2. POLÍTICAS
PÚBLICAS. 3. IDENTIDADE. I. Título.

CDD 301

CARMEM DO SOCORRO DA SILVA QUADROS

A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE
MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos antrópicos na Amazônia - PPGEAA, Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, como requisito para obtenção do título de Mestra, em Estudos Antrópicos na Amazônia.

Linha de pesquisa: Etno-Saberes e Tecnologia Social.

Área de Concentração: Interdisciplinar.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos.

Data da defesa: /12/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos
Orientador – PPGEAA/UFPA

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes
Co-orientador - PPGEAA/UFPA

Prof^a. Dra. Eula Regina Lima Nascimento
Examinador Externo – Universidade Federal do Pará

Castanhal / PA
2024

"Dedico esta produção a todas as mulheres quilombolas do Quilombo de Macapazinho, que generosamente compartilharam comigo suas vivências e dores."

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi um trajeto cheio de desafios e de calor. Os resultados alcançados após cada fase moldaram parte importante da minha vida pessoal e profissional. Agradeço a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré por todas as conquistas e pela proteção a cada etapa da minha caminhada acadêmica. Mesmo com todos os desafios, todo meu caminho foi iluminado, e celebro minhas vitórias. minha família dedico minha maior gratidão. À minha mãe quero expressar minha grande inspiração e grande incentivadora, com amor incondicional e força sem igual, ensina-me diariamente como correr atrás dos meus sonhos e ser resiliente. Mãe, minha palavra de devoção por você transpassa principalmente pelas batalhas.

Aos meus irmãos, cúmplices nas batalhas da vida, que comigo partilharam o peso e a beleza do que significa lutar e vencer. Ao meu amado filho Alcindo, meu tesouro e dádiva divina, que se tornou o elo que me sustentava nos momentos de incerteza. Em cada olhar seu, encontrei forças para continuar e buscar um futuro digno de nós. Dirijo também minha gratidão aos queridos colegas e companheiros da turma de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA). Em especial ao grupo “Espiar e Curiar”, que me proporcionou a rara oportunidade de experimentar o poder transformador da união entre amigos pesquisadores. Juntos, construímos o verdadeiro significado da partilha do conhecimento.

Agradeço imensamente à Keyla Paiva, amiga e irmã que o mestrado generosamente trouxe para minha vida e cuja amizade veio tornar-se um alicerce precioso. Ao Denilson Batista, pela luta e exemplo de determinação, à Elane Gadelha, presença constante nos momentos de agonia e inquietação. Ao amigo Stellyrio, cuja sabedoria e palavras foram bálsamo em minha jornada, sempre amigo e generoso, pronto a acolher com serenidade.

Às queridas Deborah, Sarah e Joyce, que, com grande empatia e generosidade, compartilharam saberes e renovaram minha força e inspiração em cada encontro. E ao estimado Michel, cuja colaboração e diálogos enriquecedores são prova de sua dedicação e da admiração que nutro por sua trajetória.

Aos professores da UFPA Prof. Dra. Eula Nascimento, mulher e pesquisadora elegante, que contribuiu consideravelmente em meu trabalho, ao Prof. Dr. Plácido, grande

colaborador e incentivador dessa pesquisa. E aos docentes do PPGEAA, agradeço pelo conhecimento e apoio incansáveis, especialmente ao Prof. João Batista, meu orientador, e ao coorientador José Guilherme. Vossa orientação e vossas lições foram verdadeiras âncoras e guias em meio aos desafios dessa trajetória acadêmica.

Por fim, dedico minha gratidão à Comunidade Quilombola de Macapazinho, especialmente ao Sr. Rosivan Amaral e à Aline Meninéia, cuja inspiração e colaboração deram vida a esta pesquisa. Sinto-me honrada por ter compartilhado momentos cruciais com vocês, que permanecem em minha memória como marcos inestimáveis de aprendizado e amizade.

"Ser mulher negra é resistir e ressignificar todos os dias, é transformar dor em força e seguir adiante."

Lélia Gonzalez

RESUMO

Necessariamente, quando falamos em (in)visibilidade da mulher quilombola da Comunidade de Macapazinho, Castanhal (PA), nos remetemos a um contexto de fragilidades das políticas públicas e aos fatores históricos que contribuem para essa situação, sem esquecer dos vários processos de violência e violação dos direitos dessas mulheres. Esta dissertação traz reflexões sobre as marcações que as mulheres quilombolas carregam, seja na questão de ser mulher, de ser negra, de ser quilombola, de ser pobre, que as colocam nesse patamar de invisibilidade, onde o racismo institucional, estrutural e cultural é evidente. A pesquisa é de caráter exploratório, com uma metodologia quali-quantitativa, pois no início mostrará consultas de autores que discutem questões relacionadas a mulher quilombola e as políticas públicas, considerando a base cadastral do governo federal, Cadastro Único, parte que nos mostrará dados e informações sobre o quadro de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram. O desafio inicial, nesta pesquisa, nos exigiu análises bibliográficas, porém alguns materiais documentais foram escassos. O que nos exigiu mergulhar numa análise antropológica sobre a identidade cultural desse povo, com base nas falas das mulheres entrevistadas. Os resultados obtidos pela pesquisa apontaram que a maioria das mulheres quilombolas estão em situação de vulnerabilidade social, relacionado a renda e ao quadro de desproteção social, o que requer do poder público medidas de efetivação de serviços e programas que atendam as especificidades dessas mulheres e a criação de mecanismos de enfrentamento ao racismo institucional, evidenciado pelos dados apresentados, para que seus direitos sejam respeitados e efetivados. A pesquisa sinaliza que é necessário que haja mais interação, consulta e compartilhamento com as questões ligadas a identidade e ancestralidade dos quilombolas de Macapazinho.

Palavras-chave: mulheres quilombolas, políticas públicas, identidade.

ABSTRACT

When we talk about the (in)visibility of quilombola women from the Macapazinho Community, Castanhal (PA), we necessarily refer to a context of weaknesses in public policies and the historical factors that contribute to this situation, without forgetting the various processes of violence and violation of the rights of these women. This dissertation brings reflections on the markings that quilombola women carry, whether in terms of being a woman, being black, being quilombola, or being poor, which place them in this level of invisibility, where institutional, structural, and cultural racism is evident. The research is exploratory in nature, with a qualitative-quantitative methodology, since at the beginning it will show consultations of authors who discuss issues related to quilombola women and public policies, considering the federal government's registry base, Cadastro Único, a part that will show us data and information about the vulnerability of these women. The initial challenge in this research required us to analyze the literature, but some documentary materials were scarce. This required us to delve into an anthropological analysis of the cultural identity of these people, based on the statements of the women interviewed. The results obtained by the research indicated that the majority of quilombola women are in a situation of social vulnerability, related to income and social vulnerability, which requires the government to implement measures to provide services and programs that meet the specific needs of these women and to create mechanisms to confront institutional racism, as evidenced by the data presented, so that their rights are respected and enforced. The research indicates that there is a need for more interaction, consultation and sharing on issues related to the identity and ancestry of these quilombolas.

Keywords: quilombola women; public policies; Identity.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | Certificado de Ponto de Memória do Quilombo de Macapazinho | 55 |
| Figura 2 | Imagem aérea do Quilombo de Macapazinho | 55 |
| Figura 3 | Certidão do 1º imóvel de Macapazinho | 57 |
| Figura 4 | Área de fazenda, com atividade de pecuária | 59 |
| Figura 5 | Castanheira centenária | 60 |
| Figura 6 | Mangueira dos Japiins | 60 |
| Figura 7 | Rio Apeú, a beira da Comunidade | 62 |
| Figura 8 | Rio Apeú, sentido Boa Vista | 62 |
| Figura 9 | Trapiche sobre o Rio Apeú 1970 | 63 |
| Figura 10 | Trapiche sobre o Rio Apeú 2023 | 63 |
| Figura 11 | Macapazinho e os domingos à beira do Rio Apeú | 65 |
| Figura 12 | Coroa do Divino - Comunidade de Macapazinho | 68 |
| Figura 13 | Missa em Boa Vista | 69 |
| Figura 14 | Romaria pelas águas do Apeú | 69 |
| Figura 15 | Tingimento da Serragem | 72 |
| Figura 16 | Preparativos do Almoço do Círio | 72 |
| Figura 17 | E.M.I.FQ. Prof. Maria Bandeira Braga | 81 |
| Figura 18 | E.M.E.F Francisco Ferreira Matos | 81 |
| Figura 19 | U.S.F. “Maria Monteiro” | 83 |
| Figura 20 | Academia de Saúde | 83 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 Localização do Município de Castanhal..... | 44 |
| Mapa 2 Macrozonas Rural | 50 |
| Mapa 3 Regional 4... .. | 51 |
| Mapa 4 Quilombo de Macapazinho e os Equipamentos Públicos | 66 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | Representação Territorial de Castanhal-PA | 45 |
| Tabela 2 | Situação do IDHM e índice de GINI - 2010 e PIB/2021 | 46 |
| Tabela 3 | Escolas da Regional 04 | 53 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|----|
| Quadro 1 | Estabelecimentos de Saúde da Regional 04..... | 52 |
| Quadro 2 | Avaliação das Políticas Públicas no Quilombo de Macapazinho | 87 |
| Quadro 3 | Perfil Socioeconômico das Entrevistadas | 92 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 Pirâmide Etária de Castanhal ... | 47 |
| Gráfico 2 Idade | 93 |
| Gráfico 3 Cor/raça e etnia..... | 93 |
| Gráfico 4 Escolaridade..... | 94 |
| Gráfico 5 Estado Civil | 94 |
| Gráfico 6 Renda Familiar..... | 95 |
| Gráfico 7 Trabalho | 95 |
| Gráfico 8 Co-habita com:..... | 96 |
| Gráfico 9 Filhos..... | 96 |

SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| CADUNICO | - Cadastro Único. |
| NAEA | - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. |
| PPGEAA | - Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. |
| .SEBRAE | - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. |
| UFPA | - Universidade Federal do Pará. |
| FAPESPA | - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará |
| IDH | - Índice de Desenvolvimento Humano |
| PNUD | - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Justificativa..... | 12 |
| 1.2 Metodologia | 15 |
| 1.2.1 O Trabalho de Campo, na prática. | 17 |
| 1.2.2 Metodologia de análise de dados | 21 |
| 1.3 Estruturação dos capítulos | 22 |
| CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO | 244 |
| 1.1 A Comunidade Remanescente de Quilombo, Macapazinho de Castanhal - PA, um Território Quilombola. | 247 |
| 1.2 - Políticas Públicas e as Mulheres Quilombolas | 27 |
| 1.2.1 Trajetória histórica das Políticas Públicas no Brasil | 288 |
| 1.2.2 Políticas Públicas para os Quilombolas e a (in)visibilidade das mulheres quilombolas nesse contexto. | 300 |
| 1.3 Uma discussão sobre identidade ou identificação da mulher quilombola. .. | 333 |
| 1.4 Discussões sobre Racismo e Interccionalidades no contexto das mulheres quilombolas. | 3839 |
| CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO HISTÓRICA E O QUADRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE MACAPAZINHO, EM CASTANHAL. | 434 |
| 2.1 Caracterização sócio territorial de Castanhal..... | 434 |
| 2.1.1 Estimativa Populacional. | 46 |
| 2.1.2 Hidrografia de Castanhal..... | 478 |
| 2.1.3 Vegetação. | 48 |
| 2.2 Organização Político-Administrativa..... | 4849 |
| 2.2.1 Regional 04. | 501 |
| 2.2.2 Características sócioterritorial da Regional 4. | 501 |
| 2.3 Desenvolvimento econômico e social da regional 4..... | 512 |
| 2.3.1 Equipamentos públicos de Saúde | 512 |
| 2.3.2 Equipamentos públicos de Educação | 512 |
| 2.4 Quilombo de Macapazinho de Castanhal-PA..... | 523 |
| 2.4.1 Historização do Quilombo de Macapazinho | 545 |
| 2.4.3 Aspecto histórico cultural e religioso. | 667 |
| 2.4.3.1 O Círio e as mulheres quilombolas em Macapazinho..... | 701 |
| 2.5 As Políticas Públicas para mulheres quilombolas: construções e desafios | 723 |
| 2.5.1 Educação: “Quilombola” | 756 |
| 2.5.2 Saúde Quilombola..... | 812 |
| 2.5.3 Dados sobre as mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola de Macapazinho..... | 845 |
| 2.5.4 Avaliação das Políticas Públicas no Quilombo de Macapazinho | 867 |
| Fonte: Quadros, Carmem (2023)..... | |
| CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO: VIVÊNCIAS E ANCESTRALIDADE, UM PROCESSO LATENTE DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE MACAPAZINHO. | 901 |
| 3.1 - Perfil das mulheres quilombolas entrevistadas | 90 |
| Quadro 3 - Perfil Socioeconômico das Entrevistadas | 912 |

| | |
|--|-------------|
| 3.2 Falas que se conectam - mulheres quilombolas de Macapazinho. | 967 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 1056 |
| REFERÊNCIAS..... | 1101 |
| APÊNDICES - Entrevistas com as Mulheres Quilombolas de Macapazinho..... | 1137 |
| ANEXOS | |

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inscrita na linha de pesquisa “– Etno-Saberes e Tecnologias Sociais” do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem como objeto de pesquisa as políticas públicas para as mulheres negras quilombolas do Quilombo de Macapazinho, cidade de Castanhal do Estado do Pará. Neste estudo, buscamos identificar e compreender os fatores de (in)visibilidade da mulher quilombola da Comunidade Macapazinho, no que tange as políticas públicas de educação, saúde e cultura e o acesso a seus direitos.

Para tanto, inicialmente, houve a necessidade de averiguação dos dados socioeconômicos dessas mulheres, na base do Cadastro Único, para entendermos a relação entre o quadro de pobreza, demonstrado nessa base e o processo de (in)visibilidade, que são submetidas, no tocante do acesso às políticas públicas, bem como a averiguação do racismo institucional que as afetam, ao longo de sua existência, produzindo múltiplas opressões de raça, gênero e classe social que as fazem segmentos sociais vulnerabilizados, na sociedade castanhalense.

Lélia Gonzalez, uma brilhante intelectual brasileira, diz que nosso país é negro e a pobreza têm lugar fixo e que há uma relação dos indicadores raciais com a pobreza, pois a mulher negra, pobre e periférica, ocupa espaços, onde as políticas públicas deveriam está, para atender as peculiaridades dessas mulheres. (Gonzalez, 2018).

Portanto, o estudo usará informações socioeconômicas do Cadastro Único, informações do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010, além dos dados obtidos através da aplicação de questionários durante a pesquisa de campo. Para uma compreensão mais aprofundada dos indicadores sociais ligados às mulheres quilombolas e da situação de vulnerabilidade e exclusão social e racial nesse local.

Esses territórios quilombolas estão constituídos como espaços de vivências e de ancestralidades e são amparados pelas legislações nacionais e internacionais, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT . O que significa que esse povo tem direitos específicos, dentre eles, autonomia sobre suas terras e o

acesso a dignidade da pessoa humana, através de políticas públicas nesses territórios. O Quilombo é um foco de resistência e, em Macapazinho, essa situação não é exceção. Os membros da Comunidade vêm solicitando ao governo, melhorias nas condições de vida da população local.

O Quilombo de Macapazinho está situado há 15km da Cidade de Castanhal, aproximadamente, 70 km da Capital Belém, no Estado do Pará. A história do Quilombo é relatada principalmente por tradição oral, tendo como base as falas da comunidade, principalmente, das mulheres quilombolas, porém em várias conversas informais, a escuta do homem mais velho, foi primordial, em particular, os das famílias mais antigas da comunidade, famílias Meninéa e Monteiro.

1.1 Justificativa

No município de Castanhal, segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 847 pessoas se auto declararam quilombolas, segundo a Fundação Palmares, a referida cidade possui duas Comunidades registradas na categoria agrupamento quilombola, Comunidade de São Pedro Bacuri e Comunidade de Macapazinho. Este estudo faz referência às mulheres quilombolas da Comunidade de Macapazinho de Castanhal do Estado do Pará, certificada como Comunidade Remanescente de Quilombo, pela Portaria da Fundação Cultural Palmares – FCP nº 220, de 11 de agosto de 2017.

O interesse pela investigação surgiu, devido à minha experiência prévia em projetos sociais no Quilombo de Macapazinho e a minha atividade profissional, na área da Política de Assistência Social, envolvendo gênero e raça. E também, da percepção da carência na produção acadêmica de conhecimento sobre o assunto. Além disso, a relevância da pesquisa, que, em consonância com os princípios dos Direitos Humanos, contribui para a proteção dos direitos dessas mulheres, que devem estar livres de qualquer tipo de discriminação ou opressão.

Em 2019, participei da implantação do Centro de Convivência para os Serviços de Fortalecimentos de Vínculos na Família, referente ao Centro de Referência da Assistência Social do bairro Milagre - CRAS Milagre e no ano de 2017, participei do prêmio de boas práticas, com iniciativas ligadas a Política de Igualdade Racial, onde usei a experiência com Políticas Públicas para população negra, em situação de

vulnerabilidade. Essas duas vivências na Comunidade, foi um despertar para iniciar o projeto acadêmico, para participar do mestrado do Programa PPGEEA.

Durante o contato com a Comunidade, me incomodava muito, ver nas reuniões, a manifestação de fala, na maioria das vezes, dos homens da Comunidade. A partir dessa incomodação, senti necessidade de entender essa questão, principalmente, os papéis sociais e culturais que essas mulheres ocupavam ou detinham, para isso foi necessário averiguar, por meio de questionários, a ocupação no Quilombo, seja em âmbito familiar, seja nos espaços institucionais, seja nos eventos e ações que ocorrem na Comunidade. Como o envolvimento com as atividades culturais centrais (festa do Divino Espírito Santo, festa do Círio Fluvial) ou nos cargos de direções, visto que, há alguns equipamentos públicos, em funcionamento (Escola e Unidade de Saúde).

Com a entrada na pós-graduação, quis pesquisar algo voltado para a Macapazinho, bem como deixar um relatório sobre o Quilombo, para contribuir com a construção e/ou implementações de políticas públicas às mulheres quilombolas. Neste trabalho, quis aliar duas áreas que me identifico, pessoalmente e profissionalmente, ligada a questão racial e gênero. Diante disso, como estudante de mestrado do PPGEEA e profissional da Educação e da Assistências Social, compartilho das ideias contidas no Código de Ética do/a Assistente Social 1993, que afirma: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, da “defesa intransigente dos direitos humanos” e dos princípios referentes ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação. Tendo essas nuances imbricadas, viu-se a importância e o dever de contribuir na discussão sobre as Políticas Públicas para mulheres quilombolas. (Código de Ética, p.24;25, 1993)

Além disso, minha intenção é identificar elementos que camuflam as mulheres quilombolas, por meio da escuta e da averiguação das políticas públicas que foram implementadas, em âmbito da comunidade, com mais ênfase às de cultura, saúde e educação, bem como analisar os indicadores de vulnerabilidades sociais, coletados dos dados do Cadastro Único e via os questionários aplicados em campo. Carneiro afirma que "as políticas públicas frequentemente reforçam a marginalização ao ignorar as especificidades das mulheres quilombolas, tornando-as invisíveis em seus próprios

territórios" (2003, p. 66). Os dados sociais reforçam essa invisibilidade, mostrando as condições de vida precárias em comunidades quilombolas, onde as políticas de proteção e promoção de direitos são precárias.

A questão da desproteção social das mulheres quilombolas no Brasil é uma questão complexa e multifacetada que abrange aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais. Historicamente, essas comunidades enfrentam uma série de desafios, que são exacerbados pela interseção de racismo, sexismo e pobreza. Esses desafios são refletidos na falta de acesso aos direitos básicos e aos serviços essenciais, como saúde e educação. Nota-se, a importância de viabilização do acesso às políticas públicas nesses territórios, inclusive com os serviços públicos voltados à essa mulher quilombola, considerando suas particularidades socioculturais.

Nesse sentido, esta pesquisa se torna pertinente, para dar visibilidade aos direitos das mulheres negras quilombolas de Macapazinho, pois nesse segmento tem-se revelado diversas formas de desigualdades que tem gerado um quadro de desproteção social e vulnerabilidades.

Sueli Carneiro destaca que "a opressão das mulheres negras quilombolas é uma continuação do sistema de exploração e exclusão que se iniciou com a colonização e a escravidão." Essa herança escravocrata persiste nas estruturas sociais e nas políticas públicas, resultando em uma marginalização contínua das mulheres quilombolas. Carneiro argumenta que "a falta de políticas públicas específicas e eficazes perpetua a vulnerabilidade dessas mulheres, que continuam a lutar por reconhecimento e proteção" (2005, p. 47 e 49).

Além disso, de acordo com Djamila Ribeiro (2016, p. 42), a falta de proteção social das mulheres quilombolas está fortemente ligada à falta de visibilidade e representação política. Ribeiro destaca que "essas mulheres são frequentemente excluídas dos espaços de poder e decisão, o que dificulta a criação e implementação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas". A luta por direitos e inclusão social fica ainda mais difícil quando não há voz e ação política.

Nessa direção, a pesquisa teve como objetivo geral, identificar e compreender os fatores de (in)visibilidade da mulher quilombola da Comunidade Macapazinho, Castanhal (PA), no que tange as políticas públicas de saúde, educação e cultura. E

como objetivos específicos: I- Caracterizar os dados socioeconômicos da base do Cadastro Único referente às mulheres quilombolas de Macapazinho. II - Entender a relação entre o quadro de pobreza e o processo de (in)visibilidade da mulher quilombola. III - Averiguar as políticas públicas implementadas na Comunidade de Macapazinho de Castanhal-Pa. IV - Entender como as mulheres quilombolas de Macapazinho se enxergam, sua identidade e identificação quilombola.

Considerando as especificidades das políticas públicas para mulheres quilombolas, esta dissertação tem a seguinte pergunta de partida: - As políticas públicas de saúde, educação e cultura implementadas em Macapazinho, atendem as especificidades das mulheres negras quilombolas ou contribuem para o processo de (in)visibilidade dessas mulheres?

Para responder à pergunta central, este estudo estabeleceu como hipótese de trabalho:

As Políticas Públicas de cultura, saúde e educação implementadas no Quilombo de Macapazinho, bem como a atuação do poder público nessa comunidade, não se efetiva na proteção social das mulheres quilombolas, no sentido do processo de respeito a sua identidade e ancestralidade.

1.2 Metodologia

Os estudos dão nomes, criam conceitos, mas é necessário atitudes, investimentos, políticas públicas e a desconstrução de um sistema arcaico, impregnado de pensamentos e atos repugnantes de racismos. Esta dissertação traz a discussão sobre a (in)visibilidade da mulher quilombola de Macapazinho, no que tange as políticas públicas de cultura, saúde e educação, pretende, também, contribuir com construções de políticas públicas de igualdade racial, que considere essa mulher e suas dores, suas mazelas, seu distanciamento, sua pobreza, sua (in)visibilidade.

Para isso, a pesquisa foi, inicialmente, de cunho exploratório, já que a temática escolhida, possui poucos materiais bibliográficos no contexto nacional e local, um passo inicial para uma pesquisa mais aprofundada (Oliveira, 2018). A pesquisa exploratória fornece mais flexibilidade ao investigador, possibilitando a descoberta de dados inéditos em contextos pouco explorados. Segundo Richardson, “o estudo de

campo exploratório permite ao pesquisador refletir sobre especificidades sociais em suas dinâmicas autênticas, buscando novos elementos para análise” (Richardson, 2018, p. 87).

Gil (2008) é outro escritor que se relaciona com esse tipo de pesquisa, ele explica que o objetivo é familiarizar o pesquisador com as características aprendidas, sendo especialmente relevante quando há conhecimento sobre o assunto. De acordo, com esse autor, a pesquisa exploratória é a mais relevante para explorar novos problemas.

Além de permitir maior familiaridade com o tema, (Marconi e Lakatos, 2017). De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 186), o propósito de uma pesquisa de campo é "obter informações e/ou conhecimento sobre um problema que se busca solucionar, ou sobre uma hipótese que se deseja validar, ou ainda sobre novas características ou conexões entre elas." Esta metodologia possibilita ao investigador um contato direto com o objeto de pesquisa, oferecendo uma compreensão mais profunda e minuciosa das sutilezas sociais.

A primeira etapa deste trabalho foi o levantamento de dados primários e secundários, os quantitativos do Cadastro Único e dados do IBGE, além das fontes institucionais e plataformas que referenciam a questão abordada no tema dessa dissertação, como o site do mapa da violência e o da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará - FAPESPA, bem como, sobre as informações bibliográficas de trabalhos acadêmicos e documentos administrativos das instituições que trabalham Políticas Públicas de Igualdade Racial, especificamente, para a Comunidade Quilombola de Macapazinho, conforme orienta Oliveira (2000), que contribuirá para a análise qualitativa, a ideia é que haja a mistura de métodos quantitativos e qualitativos, podemos dizer uma pesquisa mista, de natureza quali-quantitativa, pois os dados são uma mistura de variáveis, palavras e imagens. (Cristiane 2014; Evencio, 2019).

Na segunda etapa, foi enviado os ofícios para Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, para informações sobre o funcionamentos dos serviços na referida Comunidade, bem como à Associação de Remanescentes do Quilombo de Macapazinho para ciência da pesquisa. Foram três reuniões com a Associação e sete reuniões informais com a comunidade, em especial com as

mulheres quilombolas, para a apresentação da pesquisa e dos instrumentais de aplicação no campo.

No dia que fui apresentar o roteiro da pesquisa para a Associação, deu para perceber os olhares dos participantes, visto que, eu já havia tido informações, que alguns pesquisadores sempre aparecem na Comunidade, faz a pesquisa e depois não retorna para mostrar os resultados. Porém, durante minha fala de apresentação deixei evidente que sairia um produto de meu estudo, exatamente para subsidiar a Associação para processos burocráticos de solicitações que agregasse às Políticas Públicas para o Quilombo de Macapazinho.

O sumo do trabalho, se deu nessa entrada no campo de pesquisa, o que Geertz, diria que é a prática de estar lá, no campo, entre as pessoas, observando, participando, aprendendo e refletindo. É uma jornada imersiva e relacional que nos permite compreender não apenas as práticas culturais, mas também os significados subjacentes, os sistemas de crenças e os processos sociais que dão forma à vida humana. E, mais ainda: "O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu." (Geertz, 1973, p.05).

1.2.1 O Trabalho de Campo, na prática.

Inicialmente, houve a elaboração do planejamento de campo, onde se observou as ações que seriam necessárias para efetivação deste trabalho. Durante o processo de planejamento, de imediato, houve a submissão do projeto do mestrado e todos os documentos complementares que versa sobre o trabalho de campo, no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa foi realizada considerando os princípios éticos e reconhecendo a autonomia de cada entrevistada. Com intuito de assegurar a salvaguarda das vozes das participantes, contra eventuais danos. Assim, houve um constante cuidado ético desde o início do trabalho de campo até a publicação dos resultados, visando impedir qualquer tipo de prejuízo para as mulheres participantes.

Para um maior embasamento da pesquisa, houve a aplicação de 30 questionários, com perguntas diretas e fechadas, com direção, as questões sócioeconômica, avaliação das políticas implementadas na comunidade e as

percepções sobre o território quilombola, a identidade quilombola, as ações antrópicas na comunidade e como se estrutura as políticas públicas, se está em consonância com as legislações que regem os serviços públicos, principalmente as políticas direcionadas às mulheres quilombolas de Macapazinho de Castanhal-PA.

Para um público, aproximado de 200 mulheres, a pesquisa atingiu 30 mulheres quilombolas, na faixa etária de 18 anos a 85 anos. Todas moradoras de Macapazinho. Utilizou-se também, escutas e conversas informais, uma forma de acompanhar mais direto essas mulheres, bem como suas labutas, suas dores, suas vivências e manifestações culturais. Os cafés de final da tarde, teve grande significados nessa pesquisa, onde elas, mais relaxadas, falavam de suas memórias e lembranças, importantes para a preservação dos saberes locais, a partir dessas falas pensamos no projeto “Roda de Ancestralidade” , uma forma de incentivar a continuidade desses “bate papo”.

Os registros fotográficos foram importantes para complementar o trabalho de campo. Banks (2018) Também destaca a importância das fotografias na área da antropologia visual. Ele sugere que “as imagens podem servir como evidência complementar às anotações de campo, contribuindo para um entendimento mais profundo e sensorial das práticas culturais” (2018, p. 65). Um mecanismo que agrega e enriquece a pesquisa. Foram muitos registros fotográficos ao longo do trabalho de campo, por isso, como anexo, o painel de imagem dos locais onde ocorre a convivência das pessoas, seja para atendimento nos serviços públicos, seja espaços de encontros religiosos, lazer e cultural, na Comunidade.

Com o exercício do olhar mais antropológico, através do acompanhamento da rotina de dez mulheres, que foram entrevistadas e acompanhadas, por um período planejado para seis meses, porém devido algumas ocorrências e desencontros, o período foi maior, 8 meses. As entrevistas foram marcadas com antecedência e elas tiveram caráter semiestruturada. Realizou-se entre os meses de agosto de 2023 a março de 2024. Nesse caminho, a pesquisa com mulheres negras quilombolas, teve como objetivo a construção coletiva do conhecimento, a partir das demandas apresentadas pelas entrevistadas.

As entrevistas foram às denominadas de semiestruturadas, com perguntas

sobre o território, sobre as relações sociais e culturais, ancestralidade e identidade. As falas e conversas com as mulheres do Quilombo, tornaram os momentos mais enriquecedores e me deram outras perspectivas, o elo principal com este trabalho. Segundo Arruti (2006, p. 92), “a entrevista semiestruturada permite ao pesquisador uma flexibilidade no diálogo com os entrevistados, proporcionando a coleta de dados ricos e complexos, essenciais para entender a realidade de comunidades tradicionais”. Esse método é particularmente eficaz em contextos quilombolas, onde o diálogo aberto favorece a expressão de experiências e saberes locais. As comunidades quilombolas são especialmente importantes porque sua história e cultura têm sido sistematicamente marginalizadas.

Para Patton (2002), o formato dessas entrevistas dá ao investigador uma chance única de entender melhor o ponto de vista do entrevistado e permitir uma compreensão mais profunda das especificidades da análise, (2002, p.341). Para tanto, todas as mulheres participantes da pesquisa, receberam orientação sobre a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as quais assinaram e tiveram suas respectivas cópias garantidas, dando o de acordo para participar da entrevista. Esse termo, tem como perspectiva apresentar os objetivos, justificativa, os direitos e deveres, daquelas que aceitaram participar.

A pesquisa deve atender tanto aos propósitos do investigador quanto aos do entrevistado. Ela pode ser empregada para satisfazer as necessidades das classes oprimidas, não as tratando meramente como objetos de estudo. O conhecimento deve ser empregado para responder às demandas que surgem durante a pesquisa. A metodologia envolve uma abordagem teórica que integra teoria e prática, fornecendo os direcionamentos para a pesquisa. Dentro desses direcionamentos estão incluídas as técnicas e os instrumentos a serem utilizados. Portanto, entende-se que a pesquisa contribui para a compreensão da realidade dos indivíduos envolvidos. Segundo Minayo:

“[...] A metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas” (2012, p. 14).

Destaca-se a relevância da abordagem metodológica na elaboração da pesquisa. O pesquisador deve se engajar ativamente e aplicar seus conhecimentos,

criatividade e sensibilidade durante o processo de pesquisa. Minayo ressalta que a teoria e a metodologia estão intimamente ligadas, sendo essencial um conjunto claro e coerente de técnicas metodológicas que possam ajudar a enfrentar os desafios teóricos na prática. A conexão entre teoria e metodologia é crucial. É fundamental que o conjunto de ferramentas seja transparente e consistente, facilitando discussões críticas e reflexões sobre o assunto (2012, p. 15).

A observação participante foi outro aspecto nesse percurso metodológico, de acordo com Oliveira (2000, p.34): difere do ponto de vista “ferramenta de descoberta e verificação”, em que se apoiou em “pontos de balizamento” ao trazer o teórico para o empírico. Os encontros à comunidade e o observar aquilo que sucedia, debate sobre sabedoria do trabalho de campo: primeiro de tudo, pela interdisciplinariedade que significa trabalhar em campo; em segundo lugar, pelo universo de saberes deste território, saberes das pessoas e das suas narrativas, dos quais são protagonistas. Como referem ainda Silva & Oliveira :

“[...] A metodologia do trabalho de campo em comunidades quilombolas requer uma abordagem interdisciplinar, que integre conhecimentos das ciências sociais, ambientais e da saúde, para compreender as complexidades das realidades locais e contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.” (2019, p.56)

Se percebe que a ida a campo é um refazer, posto que, mesmo com o roteiro de entrevista, nos deparamos com situações que fogem ao planejado, as ocorrências inusitadas, muitas das vezes, mudava o rumo dessa organização, situações na comunidade, nos lares das entrevistadas, o que ocasionava o cancelamento da entrevista, mas proporcionava os momentos informais, aqueles que pude captar, com naturalidade, informações não ditas, mas expressadas. Como diz Santos, "O trabalho de campo em comunidades quilombolas envolve uma constante negociação de acesso, confiança e colaboração mútua entre pesquisadores e membros da comunidade, visando a construção de conhecimento de forma ética e responsável." (Santos, F. A., & Cardoso, D. O. 2017, p. 1064)

Ao longo do trabalho de campo, observou-se questões que ainda não se tinha percebido durante a elaboração do projeto de pesquisa, o que contribuiu para este texto acadêmico, como: Caracterização física e ambiental do Território Quilombola; levantamento das principais atividades econômicas e produtivas desenvolvidas pelas mulheres na comunidade; diagnóstico sócio territorial - ofertas implantadas e

demandas; reconhecimento da dinâmica populacional e de aspectos sociais específicos; elaboração de acervo fotográfico e acompanhamento das principais festas religiosas na comunidade, Festa do Divino Espírito Santo e o Círio Fluvial de Nossa Senhora de Nazaré.

Após a aplicação dos questionários e das entrevistas, houve análise e tratamento do material coletado, que compôs os capítulos desta dissertação, bem como uma discussão do referencial teórico, através da compreensão e a interpretação dos dados colhidos e a relação com os teóricos que abordam tais discussões. O trabalho almeja, também a elaboração preliminar de um relatório para dispor a comunidade, através da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Macapazinho de Castanhal, para que haja o desenvolvimento de atividades com as mulheres e lideranças. o último momento, a sistematização de todas as informações levantadas e registradas, a organização do trabalho de uma forma geral.

1.2.2 Metodologia de análise de dados

Para as análises dos dados, utilizou-se a metodologia descritiva, visto que, a realidade posta na comunidade, precisava ser averiguada e pesquisada. Usou-se questionários para coletar informações dessas mulheres e depois a tabulação dos dados, onde se observou, informações cruciais na relação das políticas públicas implementadas no Quilombo e as mulheres quilombolas de Macapazinho. Optou-se em demonstrar esses resultados, através de gráficos e tabelas.

Como o trabalho de pesquisa, se utilizou de entrevista, onde a fala das mulheres foram ímpares para compreender o objetivo dessa dissertação, a análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa qualitativa que foi usada para interpretar e sistematizar o conteúdo dessas comunicações verbais, além das escritas ou visuais de forma objetiva e sistemática. Como fala Bardin, "A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que visa a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação." (2011, p. 42). Esse método foi útil para análise das falas, pois permitiu a identificação de significados e temas fundamentais. Outrossim, fica evidente que essas falas serviram para pensar a implementação de políticas públicas na Comunidade, atendendo suas especificidades e necessidades.

A realização das entrevistas teve alguns riscos e desafios, pois algumas mulheres apresentaram timidez, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre a identidade quilombola, depois da explicação sobre a finalidade da pesquisa, conseguiu-se um diálogo que possibilitou as entrevistas, pois os benefícios para a comunidade, sobretudo para as mulheres quilombola, contribuirá para a qualidade de vida, em Macapazinho.

A pesquisa teve como desfecho primário, identificar e mostrar os fatores que contribuem para a (in)visibilidade da mulher quilombola de Macapazinho, no que tange as políticas públicas de cultura, saúde e educação, entender como essas mulheres acessam seus direitos. Já o desfecho secundário foi mostrar a relação entre o quadro de pobreza e o processo de (in)visibilidade dessa mulher, bem como mostrar as políticas públicas implementadas nessa Comunidade.

Após a conclusão das entrevistas, procedeu-se à análise a partir das respostas das entrevistadas, utilizando o referencial teórico como fundamento para essas avaliações. A avaliação dos dados das entrevistadas envolve "formulação de questionamentos amplos e elaboração de uma análise com base nas informações fornecidas pelos participantes" (Creswell, 2007, p. 195). Inicialmente, os dados foram preparados, seguido pela realização de uma leitura geral, para a apreensão e reflexão global das informações obtidas. Posteriormente, eles foram organizados em grupos e procedeu-se à estruturação das temáticas abordadas. Por fim, ocorreu a interpretação dos dados, em conjunto com os dados secundários e o embasamento teórico que fundamenta a pesquisa, resultando no desfecho do estudo, presente nos capítulos dois e três, desta dissertação.

1.3 Estruturação dos capítulos

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: introdução, três capítulos, considerações finais e referências bibliográficas. Na introdução encontra-se a problematização do objeto de estudo, justificativa, objetivos gerais e específicos, perguntacentral, hipótese de trabalho e metodologia utilizada.

No primeiro capítulo, discute-se sobre o referencial teórico, onde abordo o

conceito de território quilombola e as legislações e normativas que os regem, as políticas públicas para mulheres quilombolas, como uma abordagem conceitual sobre políticas públicas e o processo de (in)visibilidade dessas mulheres. A discussão sobre identidade ou identificação da mulher quilombola e por fim, abordagens sobre Racismo e Interculturalidades nesse contexto.

No segundo capítulo a caracterização do território quilombola de Macapazinho e as políticas implementadas na comunidade, principalmente, às para mulheres, iniciando com o debate sobre políticas públicas para quilombolas no Brasil após a Constituição Federal de 1988, sendo dividido nos seguintes subitens: a política para mulher quilombola : construções e desafios; determinantes sociais e direitos sociais na saúde, na educação, na cultura; políticas públicas e as legislações que regem essas políticas e historização do Quilombo, aspectos históricos, culturais e religioso. O Círio e as mulheres quilombolas de Macapazinho. Os dados sobre essas mulheres, bem como a avaliação realizada pelas mulheres sobre as Políticas Públicas implementadas na Comunidade.

No Capítulo III os resultados do trabalho de campo: narrativas orais sobre vivências e ancestralidade, um processo latente de construção de identidade quilombola na Comunidade de Macapazinho. Um breve traçado dos perfis dessa mulheres e as falas que se conectam ao longo do trabalho de campo.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A Comunidade Remanescente de Quilombo, Macapazinho de Castanhal - PA, um Território Quilombola.

Falar sobre Políticas Públicas para mulheres quilombolas no Brasil requer entender como se dá a estruturação das políticas para território quilombola nesse país. Aliás, conhecer, inicialmente, as legislações ou normativas legais que reconhecem os territórios, enquanto quilombo. A partir desta premissa, a Constituição Federal de 1988, versa sobre as manifestações culturais, o direito fundiário e outros direitos pertencentes às comunidades quilombolas e sinaliza, em seu artigo 68 que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Isso significa o reconhecimento oficial das terra dos povos quilombolas.

Segundo Gomes, "quilombos são comunidades formadas por escravos fugidos e por seus descendentes, que estabeleceram formas autônomas de organização social e econômica" (2015, p. 27). Essa leitura, empiricamente, é o que a maioria das pessoas imaginam, o que dar a entender, de forma objetiva, que os quilombos são homogêneos e que o processo de ocupação desses espaços, ocorreu de forma idêntica. Porém, ao debruçar nas histórias orais do Quilombo de Macapazinho, fui desconstruindo essa lógica, que me parece mais uma fala colonial, sobre o termo, do que a complexa realidade dos quilombos brasileiros. Esses espaços são territórios de resistência e luta, não só pelas terras, mas sobretudo, pela preservação da cultura desse povo, que ao longo da história vem sofrendo um processo de apagamento.

Para Moura, "a terra quilombola é um espaço de memória coletiva e ancestralidade, onde práticas culturais, religiosas e sociais são preservadas e transmitidas de geração em geração" (2001, p. 74). Isso posto, fica evidente que não estamos tratando de um espaço, unicamente geográfico, com paisagens naturais, mais sim, um local, que agrega, a importância dos fatores da formação histórica, cultural e social, que carrega saberes e tecnologias sociais. Que desafia, a ciência e os pesquisadores a buscar entendimentos sobre a formação dos povos, no que tange sua carga de ancestralidade e identidade.

O Decreto nº 6040/2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e traz a compreensão sobre esses povos, no seu inciso I:

“I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”
(Brasil, 2007)

E, inciso II, diz que:

“II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.”

O Estatuto de Igualdade Racial, Lei Federal 12.288, de 20 de julho de 2010, em sua essência é destinado “a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010).

Evidencia que:

“Art. 31. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

“Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.”

“Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.”

“Art. 34. Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica. (Brasil, 2010).”

Seguindo esse diapasão, entende-se que nas normativas, os territórios têm seu reconhecimento legal, porém na prática, os povos quilombolas vem travando uma luta que já perpassa anos, pois a burocracia, inicia no processo de auto declaração, certificação até a titulação. De acordo com o 4º artigo do Decreto n.º 4.887/2003, a

Fundação Cultural Palmares – FCP é responsável pela emissão de certidões às comunidades quilombolas e sua inscrição em um cadastro geral.

“Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (Brasil, 2003)

Esse órgão do Governo Federal, foi instituído no dia 22 de agosto de 1988, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos, decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Para população negra, uma conquista almejada, há anos pelos movimentos sociais negros. Porém, como instituição governamental, segue um rito burocrático, de imediato o órgão, não certifica esses territórios pautado, unicamente, em quem é ou não quilombola, segue o que preconiza a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), respeitando o processo de autodefinição das comunidades.

A questão da titulação segue as regras impostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas. Dessa forma, Silva (2012, p. 48) enfatiza que "o processo de titulação das terras quilombolas pelo INCRA enfrenta inúmeros desafios, como conflitos fundiários e resistência de setores interessados na exploração econômica dessas terras". No Estado do Pará, o Instituto de Terras (ITERPA), também atua em âmbito de Comunidades Quilombolas, mas no processo de certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Macapazinho de Castanhal, todo processo veio via a articulação com a Fundação Palmares e o INCRA, embora o Iterpa diga que a área seja de domínio do Estado do Pará.

O referido Quilombo, ainda não iniciou o processo de titulação junto ao Instituto de Terras, que fala que a área depende de estudos de georreferenciamento e delimitação, pois ao entorno da Comunidade, está cercada de propriedade privada (fazendas), uma situação que, durante a pesquisa de campo, foi relatada pelas mulheres do quilombo que participaram da pesquisa. Sem esquecer, que as memórias da Comunidade Quilombola estão ligadas à construção de identidade, onde lutar pela demarcação de terras passa pela reivindicação da ancestralidade escrava, destacando a importância fundamental da memória como instrumento político na luta

pela legalização dessas terras.

Constitui-se um desafio, para o Estado, a desapropriação de terras para efetivação das titulações de territórios quilombolas, visto que, no Brasil ainda há grandes conflitos com poderosos proprietários de terras. Andrade sinaliza que "os conflitos territoriais envolvendo comunidades quilombolas, muitas vezes resultam em violência e violação de direitos humanos, demonstrando a necessidade de políticas mais efetivas e uma maior atuação do Estado na proteção dessas comunidades" (Andrade, 2013, p. 105).

Afinal, como os remanescentes entendem o conceito de quilombo, era percebível a herança colonial, com significados de um local ladeado por histórias dos colonizadores. Alguns autores, dirão que esse espaço é a junção de pessoas que compartilham uma cultura ancestral de um regime escravocrata, a partir da fuga de escravos, locais estratégicos para esconder-se, mais também, sobreviver, o que chamamos, hoje, de resistência ao sistema de dominação e controle. De acordo com Munanga e Gomes, o termo Kilombo vem da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, e refere-se a um tipo de organização sócio política militar conhecida na África central, mais especificamente na área formada pela atual república democrática do Congo (anteriormente conhecida como Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, era um grupo militar do século XVII composto pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (do Zaire). (Munanga e Gomes, 2006, p. 71)

Na opinião de Abdias do Nascimento, se isso não ocorrer, a reparação histórica não será feita no que diz respeito aos quilombolas. Em alusão à constituição de 1988, Nascimento argumenta que "o reconhecimento dos territórios quilombolas é o direito desta comunidade para a terra onde eles conquistaram a posse ancestral ao passarem dos séculos" (Nascimento, 2006, p. 124). A emancipação dos quilombolas protege não apenas um erro histórico, mas também a cultura dos quilombolas.

1.2 - Políticas Públicas e as Mulheres Quilombolas

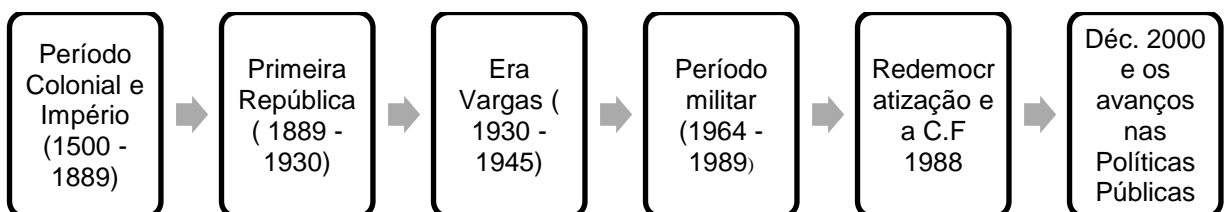
Nesse contexto sobre Políticas Públicas, cabe ressaltarmos que ao longo da história brasileira, temos uma trajetória de acontecimentos que refletem nas concepções que temos sobre essas políticas. Para tanto, vale nos situarmos sobre esse entendimento.

No Brasil, as políticas públicas se concretizaram através de um conjunto de ações e direções inovadoras pelo governo, implementadas com a finalidade de promover o bem-estar social e econômico da população envolvida nos mais variados setores da vida pública em geral, principalmente na educação e na esfera de saúde, segurança e infraestrutura. Essas medidas visam eliminar as disparidades socioeconômicas intranacionais e cumprir certos direitos consagrados na constituição. As próprias políticas foram formadas devido a prévias e acordos políticos, possibilitando, por sua vez, quebra de programas de ação individual no formato de projetos e ações.

Secchi pontua que as políticas públicas são um ciclo desde a criação à execução e análise das medidas governamentais que estão vinculadas à resolução de problemas públicos e coletivos. Além disso, o autor aprofunda em torno do dever que têm os participantes de âmbitos distintos, (2010, p.42). Ele também discute a função dos diversos participantes, desde a sociedade civil até os responsáveis pelas decisões, enfatizando a relevância da transparência e da responsabilidade.

Souza afirma que “o cenário socioeconômico e político brasileiro tem produzido, historicamente, políticas públicas concebidas e aplicadas à imagem e semelhança do modelo de crescimento econômico dominante em cada época”. Ela observa ainda que “as políticas públicas servem de espelho das prioridades governamentais, se ajustando a cada momento histórico em atenção às carências da sociedade”. (2006, p.52)

1.2.1 Trajetória histórica das Políticas Públicas no Brasil



No período colonial e imperial, a política governamental estava focada na dominação e na exploração econômica, com recursos escassos para políticas de cunho popular. A administração pública era voltada para os interesses coloniais, enquanto as ações do governo eram limitadas pela centralização e autocracia.

(Pereira, 2011, p.18-17).

Ao longo da república, o Estado desempenhou uma função semelhante, porém se expandiu para satisfazer as demandas das classes dominantes. A maior parte das políticas sociais era desconhecida, mesmo que as políticas econômicas favorecessem determinados grupos. (Santos, 2019, p. 22)

Na década de 1930, o Estado começou a implementar políticas públicas no campo social, efetivamente limitado à regulamentação da legislação trabalhista. A criação do Ministério do Trabalho e a adoção da Lei de Consolidação do Trabalho do Brasil foram marcos desta regulamentação, (Silva, 2014, p.35). O Estado Novo, na Era de Vargas, estava atrelado ao Estado de Bem-estar social.

Durante o regime militar, foram realizados grandes investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico, por meio da execução de programas como o Plano de Integração Nacional (PIN). No entanto, as políticas de combate à desigualdade foram limitadas. O período foi marcado pela concentração de poder e repressão política, com poucas chances de participação popular na formulação de políticas públicas. (Fiori, 2004, p. 67).

A Constituição de 1988 representa um marco para as políticas públicas no Brasil, ao ampliar o papel do Estado na defesa dos direitos sociais. Desde aquele momento, foram adotadas políticas públicas nos setores de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS), educação (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB) e assistência social (Bolsa Família). (Carvalho, 2012, p. 184-196). A nova Constituição garantiu a participação do povo na formulação das políticas, criando um ambiente propício para o controle social e, conseqüentemente, o fortalecimento dos direitos sociais.

Ao longo dos anos 2000, notou-se um aumento notável nas políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que reduziram os extremos de pobreza. Este período, também foi marcado por avanços no campo educacional, incluindo a aplicação de cotas e políticas de inclusão social e racial. (Diniz, 2018, p. 120 a 125).

A Constituição Federal de 1988 é a base jurídica mais importante para as políticas públicas no Brasil, especialmente no seu capítulo que trata da ordem social. Ela estipula que o Estado tem a responsabilidade de garantir os direitos à saúde,

educação, trabalho e assistência social, entre outros. Além disso, outras leis, como a Lei Orgânica da Saúde (Lei no 8.080/1990) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), regulamentam a implementação desses direitos, garantindo sua implementação efetiva.

1.2.2 Políticas Públicas para os Quilombolas e a (in)visibilidade das mulheres quilombolas nesse contexto.

As Políticas Públicas para territórios quilombolas, ganham força a partir da constituição de 1988, porém institucionalmente falando, ficava muito restrito ao Ministério da Cultura, não havia uma transversalidade efetiva. Em 2004 a 2007 houve a inserção no Plano Plurianual - PPA, das Políticas Públicas voltadas aos povo quilombola, nas peças orçamentárias, esse marco, traz uma descentralização mais efetiva dessas políticas. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola, por meio do Decreto nº 6.261/2007 , onde institui uma agenda social quilombola, com políticas públicas intersetoriais, porém no ano de 2023, um novo Decreto revoga essa normativa governamental, o Decreto nº 11.447/2023, que institui o Programa Aquilomba Brasil e cria o Comitê Gestor, com a incumbência de efetivar as políticas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País, onde o Ministério da Igualdade Racial, foi declarado o responsável por coordenar tais políticas no Brasil. No Decreto nº 11.447/2023, artigo terceiro, os princípios do Programa Aquilomba Brasil, são:

“I - a transversalidade de gênero e de raça nas políticas públicas destinadas à população quilombola;

II - o respeito à autodeterminação, à integridade territorial e à plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais da população quilombola, reconhecidos na Constituição e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;

III - o reconhecimento do modo de vida tradicional quilombola como prática sustentável de relação com a natureza;

IV - a priorização do atendimento das comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social, em que existam índices significativos de violência e baixa escolaridade;

V - a participação social e o controle social nas políticas públicas para a população quilombola;

VI - a equidade de gênero; e

VII - a celeridade das ações governamentais de efetivação dos direitos da população quilombola." (Brasil, Decreto nº 11.447/2023)

Todos os Incisos a cima, remete a importância da garantia dos direitos às comunidades quilombolas e o respeito aos povos remanescentes de quilombo. Esta pesquisa, traz uma discussão sobre as políticas públicas para mulheres quilombolas, no território de Macapazinho. O inciso VI, onde menciona a equidade de gênero, converge a discussão tratada ao longo da pesquisa e das abordagens do trabalho de campo. Partindo de uma análise sobre o processo de construção histórica e cultural desse quilombo e como as mulheres são vistas e quais papéis sociais foram inseridas e como isso contribuiu para a invisibilidade delas na comunidade. Segundo Carneiro (2011), "as mulheres quilombolas não apenas preservam a cultura e a tradição de suas comunidades, como também atuam como eventos de mudança social, batalhando por seus direitos e por uma vida mais digna" (2011, p. 44). Isso evidencia a importância de levar em conta as necessidades dessas mulheres durante a implementação de políticas públicas.

Sabe-se que a equidade de gênero na Comunidade Quilombola, é um tema difícil e complexo, mas para a pesquisa em questão, onde vai se tratar de políticas públicas para mulheres quilombolas, é fundamental, porém não se pode esquecer que essa abordagem requer considerações múltiplas, incluindo raça, classe e gênero. Pois as Políticas Públicas devem ser sensíveis as peculiaridades dessas mulheres.

Segundo Santos (2018), "as políticas públicas devem ser desenhadas de forma a incluir as necessidades específicas das mulheres quilombolas, promovendo a equidade de gênero e fortalecendo suas posições dentro das comunidades" (2018, p. 88). Para que de fato haja a promoção do empoderamento e protagonismo da mulher negra e quilombola, na participação ativa da resistência, em âmbito da Comunidade. Como bem diz, Carneiro (2019), "o empoderamento das mulheres quilombolas passa pelo fortalecimento de suas capacidades e pelo reconhecimento de seu papel central nas lutas por direitos e na preservação cultural" (2019, p. 75).

Dessa maneira, as mulheres quilombolas enfrentam diversos obstáculos para que seu direito à equidade de gênero seja alcançado, incluindo a resistência da violência doméstica e do preconceito racial, bem como o racismo institucional, ao observar as narrativas decorrentes desta experiência, todas as políticas implantadas

na comunidade devem ser alinhadas com os princípios deste Decreto Federal. Como destaca Silva : “A violência de gênero nas comunidades quilombolas é um problema crítico ao qual políticas compensatórias seriam dirigidas”.(2012, p. 56).

Ao longo da história, muitas mudanças ocorreram, conquistas que alcançaram as mulheres quilombolas, porém os avanços nessa questão, continuam sendo um desafio, principalmente, a efetivação dessas políticas nos territórios quilombolas. A precariedade no acesso aos serviços básicos, a discriminação racial e de gênero, e a falta de infraestrutura são barreiras persistentes, além do atendimento de fatores que implicam no aprimoramento dos serviços públicos, ações que valorizam as necessidades dessas mulheres. Reconhecer e valorizar a identidade das mulheres quilombolas, são requisitos importantes na estruturação dessas políticas públicas, através de ações afirmativas e que respeitem suas especificidades. Considerando também, as vozes dessas mulheres nesse processo democrático e participativo.

O debate acerca da (in)visibilidade das mulheres quilombolas nas políticas públicas brasileiras desvenda uma intrincada rede de desigualdades sociais e raciais que afetam tanto o acesso a direitos básicos quanto a participação ativa dessas mulheres na elaboração de políticas governamentais. Essas mulheres sofrem dupla discriminação: por serem mulheres e por fazerem parte de comunidades quilombolas, que historicamente lutam contra o racismo estrutural e a escassez de acesso a direitos fundamentais como educação e saúde.

Ao se referir especificamente às mulheres negras quilombolas e seus lugares nas políticas públicas, Sueli Carneiro defende que, elas são reduzidas ao “projeto social de negação”, pois tal projeto político institucional do governo e das políticas de inclusão social excluem ativamente a enfrentamento identitária e as necessidades das mulheres quilombolas, tornando-as ainda mais invisíveis. (2003, p.47).

Sobre o primeiro ponto, a opinião de uma mulher quilombola não é considerada na formulação de políticas públicas, mesmo que elas sejam a parte mais afetada. De acordo com Werneck, a estrutura institucional do Brasil é baseada em padrões sexista e racista que silenciam as mulheres quilombolas e ainda as subordinam a estereótipos que as tornam suplementares na formulação de políticas públicas diretamente relevantes para elas. (2007, p. 52-53).

Complementando, Djamila Ribeiro, adiciona valor ao argumento, dizendo que: “apesar de tantos avanços em diferentes campos, em se tratando de políticas públicas, ainda é muito pobre, deficiente e limitada a consideração das mulheres negras e das mulheres quilombolas”. Segundo Ribeiro, o cerne do problema é a incapacidade do Estado de compreender a interseccionalidades, ou seja, a observação que raça, gênero, classe e regionalidade formam interseções, que, quando presentes, criam uma experiência única de opressão. Ribeiro critica as políticas públicas, argumentando que elas são eficazes em manter as estruturas das exclusões. (2017, p.78).

Esta pesquisa mostrará, nos resultados, pontos que convergem com os pensamentos dessas brilhantes autoras, visto que as mulheres quilombolas da Comunidade de Macapazinho, sinalizam, através dos questionários aplicados, que as políticas públicas implementadas precisam avançar para atender suas especificidades e mais ainda, elas mostram que desconhecem Políticas Públicas específicas para suas respectivas demandas.

1.3 Uma discussão sobre identidade ou identificação da mulher quilombola.

Realmente, o processo de identificação das mulheres quilombolas do mundo moderno é muito difícil e variado, mas reflete uma história de integração muito longa e complicada das comunidades quilombolas do Brasil. Também faz parte dessa integração, que é a afirmação não padrão de representantes de identidades étnicas e de gênero diferenciadas. Mas este é um processo que se desenvolve sob a influência tanto das tradições culturais dos quilombos que datam de séculos atrás, quanto da vida moderna. Dado que as mulheres quilombolas também sofrem dupla discriminação racial e de gênero, essa luta por reconhecimento e direitos é exponencialmente mais difícil para elas. Ao fazer análise das entrevistas realizadas, este texto mostra como essas mulheres se percebem nesse processo.

A identidade quilombola baseia-se em uma história de resistência à dominação. Para Sueli Carneiro, os quilombos são locais de resistência e de manutenção das tradições africanas ainda vivas, o que ocorre de diferentes formas e cotidianamente. As mulheres guardam a cultura e a história de suas comunidades e desempenham um papel autônomo nesse espaço. Carneiro afirma que “a identidade quilombola é

marcada pela resistência cultural e pela luta por direitos, sendo as mulheres, frequentemente, as principais portadoras dessa tradição". (2005, p.40)

As mulheres quilombolas tendem a lidar com problemas específicos, como resultado da combinação do racismo e do sexismo. Jurema Werneck (2007) enfatiza que essas mulheres são frequentemente discriminadas por dois motivos: por serem negras e por serem mulheres, em uma sociedade que marginaliza ambas as identidades. Werneck argumenta que "a luta das mulheres quilombolas é uma luta por reconhecimento e igualdade, que deve enfrentar o racismo estrutural e o patriarcado, muitas vezes presentes, tanto fora, quanto dentro de suas comunidades" (2007, p. 62).

Por fim, o reconhecimento e implementação de políticas públicas que atendam à comunidade quilombola são tarefas obrigatórias para que as mulheres quilombolas alcancem sua identidade. Nascimento, com base em práticas de poder e estratégias de convivência, delinea a etnogênese dos africanos no Brasil. Dessa forma, políticas públicas, como cultura, são necessárias, para afirmar os direitos territoriais das comunidades, bem como agiliza o acesso ao sistema de saúde e educação. Nascimento observa que "as mulheres quilombolas estão na linha de frente da luta por direitos, exigindo não apenas o reconhecimento legal de seus territórios, mas também o respeito a suas tradições culturais e modos de vida" (1985, p. 57).

A identidade das mulheres quilombolas, nos dias de hoje é moldada por uma mistura de elementos tradicionais e contemporâneos. Ao mesmo tempo em que preservam os costumes de suas comunidades, também se envolvem com o mundo fora buscando educação, se envolvendo na política e participando de movimentos sociais. Sueli Carneiro (2005) ressalta que "as mulheres quilombolas contemporâneas são agentes de mudança, utilizando tanto as ferramentas da tradição quanto as oportunidades modernas para promover a igualdade e a justiça social" (2005, p. 49).

O processo de reconhecimento atual das mulheres quilombolas, reflete uma longa história de luta e adaptação. Em Macapazinho, não é diferente, essas mulheres continuam lutando pelo reconhecimento e direitos, dentro e fora de suas comunidades, enfrentando desafios de gênero e racismo. Por isso, a pesquisa considera fatores,

também, externo a Comunidade, como a avaliação de ofertas de emprego às mulheres negras quilombolas, em Castanhal.

As mulheres quilombolas afirmam uma identidade distinta e resistente, através da preservação de suas tradições culturais e do envolvimento com o mundo moderno, sendo fundamentais para a continuidade e a transformação de suas comunidades. Nesse sentido, vamos observar fatores, no Quilombo estudado, o quanto é visível o apagamento de práticas culturais e ambientais, que resultaram numa paisagem mais antropizada.

Se percebeu, ao longo do trabalho de campo que a área, considerada de “vivências” da Comunidade, está bem urbanizada, áreas desmatadas, leito do Rio Apeú com erosão do solo visível, o que requer um estudo específico sobre esses impactos ambientais e como a falta ou diminuição de práticas tradicionais, como o manejo sustentável de recursos naturais e a preservação da cultura ancestral, pode implicar nessa questão.

Essa forma de cultura quilombola, que envolve a execução de rituais, o cultivo de ervas e plantas e, conseqüentemente, a sua utilização medicinal, é tão benéfica para o equilíbrio das comunidades presentes e do fator externo, ou seja, o ambiente natural. Arruti (2003, p. 85) sustenta que a identidade quilombola tem uma forte ligação com o território e as práticas culturais que se originam nele. A desvalorização e o esquecimento dessas práticas afetam as qualidades do ambiente e a identidade comunitária.

Como resultado, a falta de práticas culturais tradicionais, em Macapazinho, intensifica o processo de antropização e coloca em risco a sobrevivência ambiental e cultural dessa Comunidade. Reconhecendo essas práticas culturais, como um componente essencial da preservação ambiental e da identidade quilombola, as políticas públicas devem ser revisadas, considerando esses pontos citados.

Assim, a ausência de práticas culturais tradicionais em Macapazinho, acelera o processo de antropização e compromete, sem precedentes, a sobrevivência ambiental e cultural desta Comunidade. Tendo em vista o presente estudo, tal ausência, como componente indissociável da preservação ambiental e identidade quilombola, exige mudanças nas políticas públicas.

Nesse ínterim, a identidade quilombola deve contribuir para a formulação de políticas públicas. A abordagem da questão de identidade por Stuart Hall foi inovadora e transformadora. Define a identidade não como algo fixo e imutável, mas como um processo contínuo de construção. Dentre outras coisas, Hall afirma que, na modernidade tardia, as identidades, são constituídas e reconstituídas por meio das relações e interações sociais e culturais, (Hall, 1999, p. 25). Essa perspectiva põe em causa a noção de identidade essencialista, onde haja um núcleo único. Para esse autor, as identidades, são construídas no diálogo, entre o eu e outro, seguindo um processo de negociação no espaço cultural.

No que diz respeito à análise de Hall, ele investiga o processo de formação das identidades, em meio a contextos de poder. O autor afirma que as tentativas pelas quais as identidades dominadas lutam por reconhecimento e validação se tornaram condições de possibilidade. Em outras palavras, ele discute que o abuso identitário contra as narrativas predominantes é a principal luta de poder que coloca as representações em competição. O que se conclui desta declaração é o fato de que a sociedade e todas as relações internas estão cristalizadas com o poder e, portanto, há uma luta para aceitar as vozes invisibilizadas na comunidade. (Hall, 1999, p. 56).

Ele defende que, na era pós-moderna, a fragmentação de identidade é uma característica marcante. Atualmente, as pessoas têm múltiplas identidades fundamentadas em gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual e outras categorias (Hall, 1999, p. "75". Essa diversidade pode gerar incerteza e crise, mas também proporciona flexibilidade e negociação constante de identidade individual e coletiva .

Hall considera a cultura um agente inteligente na formação da identidade. Por práticas culturais, ele se refere a “a linguagem, arte, práticas de significado, mídia, narrativas e rituais que nos fornecem os meios simbólicos pelos quais a identidade é aprendida, nomeada e conhecida”. Desta forma, a cultura se torna o local da formação e expressão identitária, bem como da luta pelo reconhecimento e representação.

A partir do trabalho de campo, foi possível notar que a mulher quilombola de Macapazinho está desafiando o processo de firmação de sua própria identidade, mas ao mesmo tempo é desafiada ao processo de identificação, na influência contemporânea, sobretudo pela mais nova, que se apresenta mais tecnológica.

Segundo Silva, A globalização afetou as identidades culturais de maneira profunda e, muitas vezes, as teria conduzido a uma crise de identidade. As identidades locais têm sido mobilizadas, desafiadas ou mesmo destruídas pelas forças globais, ao mesmo tempo em que também estão experimentando a emergência de novas identidades. (Hall, 2000, p. 98).

O pensamento predominante em Silva é uma conexão entre identidade e diferença. Para esse autor, a identidade é sempre formada diante da diversidade. Em outras palavras, para um grupo ou indivíduo estabelecer sua identidade, ele deve se distinguir dos demais. A formação da diferença pode ainda resultar no que o autor vê como processos de inclusão e exclusão. Aqui, algumas identidades são valorizadas e, portanto, elevadas, enquanto outras são atrofiadas e marginalizadas.

O escritor investiga a formação das identidades em contextos de poder. Ele ressalta que as relações de poder têm um papel fundamental na determinação de quais identidades são valorizadas e reconhecidas, e quais são submissas e desvalorizadas (Silva, 2000, p. 1976). As instituições, as práticas discursivas e as representações culturais exercem influência na formação das identidades. Portanto, a discussão sobre identidade e a responsabilidade das políticas públicas nessa comunidade pesquisada são indissociáveis, especialmente durante o processo de implementação de ações afirmativas neste território.

Em “Por uma Utopia Humana: Olhares a partir da Ética da Libertação”, Enrique Dussel elabora o conceito de “unidade plural”, a essência do que é consideração proeminente da unidade social e política com a ideia de que chama, como mencionado acima, a diversidade de identidades e culturas. No entanto, Dussel explica que a unidade não deve, de maneira alguma, ser considerada uniformitária – mesmo que em que outras palavras, deve levar em consideração a coexistência de diferentes grupos, todos compartilhando certas características, mas ou diversidade geral entre classes. e contribui de maneira distinta para a emancipação e a libertação. (Dussel, 2010, p. 207)

Como Dussel argumenta, “a verdadeira unidade só pode ser construída a partir da diversidade reconhecida e respeitada, onde cada grupo contribui para o todo sem perder sua identidade própria”; Tudo isso implica a oposição a qualquer forma de

opressão que tente homogeneizar as identidades e promover a salvaguarda de uma ética que valoriza a multiplicidade de vozes e perspectivas, em particular, as daqueles que estiveram esquecidos na história. (Dussel, 2010, p. 212).

Pelos depoimentos colhidos, observei que as memórias referenciadas pelas mulheres confirmam a referida relação entre história e comunidade. Discussões a respeito da memória coletiva apontam para o fato de que ela é “social e política, estreitamente ligada à identidade de grupos e indivíduos”. Elas implicam escolhas quanto ao lembrar e ao esquecer, sendo o silêncio uma peça-chave nesse processo. O silêncio, como sugere Pollak, “não é apenas a ausência de fala, mas uma estratégia de poder que pode marginalizar grupos ao apagar suas histórias” (1989, p. 5).

O escritor argumenta que a memória, especialmente em contextos de resistência, como o das mulheres quilombolas, é importante para a construção de uma identidade comum e para a conservação dos saberes ancestrais. Na visão dessas mulheres, a memória não se limita às histórias de resistência e luta por direitos, mas também à preservação das tradições culturais, que são transmitidas de geração em geração, como forma de afirmação e preservação da cultura. Este método permite que essas mulheres criem e preservem uma narrativa única, distinta da historiografia predominante, muitas vezes escrita sob uma perspectiva excludente e colonialista. (Pollak, 1989, p.6).

Esta omissão sistemática das histórias de mulheres quilombolas destaca o que Pollak chama de “memória subterrânea”, que acontece quando as memórias específicas de certos grupos são mantidas ocultas do público e das instituições. Assim, as histórias dessas mulheres não se restringem a relatos de resistência; elas também ilustram um combate constante contra o esquecimento e o silêncio imposto.

1.4 Discussões sobre Racismo e Interccionalidades no contexto das mulheres quilombolas.

Lélia Gonzalez, uma notável intelectual do Brasil, antropóloga e militante do movimento negro, elaborou conceitos essenciais para compreender um problema racial no país. A sua obra fornece uma avaliação crítica das relações entre raça, gênero e classe, ressaltando as particularidades da vivência afro-brasileira. A “americanidade” é um dos conceitos fundamentais da autora, a qual empregou este

conceito para mostrar a identidade cultural das comunidades negras nas Américas, identificando a combinação de influências africanas e americanas. Ela defende que a americanidade é um meio de resistência cultural que contesta a supremacia europeia e exalta as influências africanas na cultura do Brasil. (Gonzalez1988, p. 71).

A escritora ressalta que o racismo no Brasil tem uma ligação profunda com o sexismo. Ela defende que as mulheres negras sofrem dupla discriminação, sendo marginalizadas por sua raça e pelo gênero. Este ponto de vista interseccional é fundamental para compreender as particularidades das vivências das mulheres negras, muitas vezes invisibilizadas nas batalhas feministas e antirracistas. (Gonzalez, 1988, p. 84).

Criar um cenário de articulação e mobilização em prol de garantia de direitos às mulheres é fundamental para formular e reformular políticas públicas que valorizem e respeitem as particularidades das mulheres negras quilombolas, suas tradições culturais e a relevância de seus territórios para a manutenção de suas identidades. "O feminismo quilombola é uma forma de resistência que se desenvolve nos territórios quilombolas, onde as mulheres são protagonistas na defesa de suas comunidades e na luta por direitos", diz Akotirene (2019, p. 45). Este movimento é fundamental para elaboração de políticas públicas que levem em conta a realidade enfrentada por essas mulheres, muitas vezes negligenciadas pelos modelos convencionais de políticas sociais.

É inegável, que os movimentos feministas desempenharam um papel crucial na promoção de políticas públicas externas para as mulheres, além de lutar pela igualdade de gênero e por melhores condições de vida. A batalha das mulheres pelos direitos civis, políticos e sociais resultou em avanços notáveis, tais como a orientação do trabalho feminino, o direito de voto e um maior envolvimento na educação e na política. No entanto, dentro dos movimentos feministas, há uma variedade de batalhas que não são homogêneas em relação ao conceito de "mulher".

Como destaca Djamila Ribeiro, o feminismo negro tem mostrado a necessidade de reconhecer e valorizar outros segmentos atrelados ao ser mulher. Ribeiro argumenta que "o feminismo negro é essencial para entender as especificidades das opressões vividas por mulheres negras, que enfrentam não

apenas o machismo, mas também o racismo e a marginalização socioeconômica" (2016, p. 32).

Carneiro (2003) defende que uma batalha pela igualdade de gênero deve abranger todas as vivências e experiências femininas, especialmente aquelas que não estão incluídas nas narrativas predominantes, "as questões de gênero não podem ser analisadas de forma isolada, sem considerar as interseccionalidades com raça e classe" (2003, p. 45). Portanto, para se pensar numa sociedade verdadeiramente equitativa, é essencial que as organizações feministas reconheçam a diversidade. Como sugere Ribeiro, é necessário ampliar o olhar e entender as várias facetas da identidade feminina." apontando rumos para um feminismo que seja, de fato, inclusivo e representativo de todas as mulheres" (2016, p. 35).

Portanto, para tratar as relações sociais focadas nas mulheres marcadas pela desigualdade, é preciso pensar o feminismo de uma forma menos teórica, e com mais prática, capaz de entender as dinâmicas das mulheres periféricas. Por essa razão, a batalha pela igualdade de gênero, originada de um modelo europeu branco e de classe média/alta, não se harmoniza com as desigualdades raciais e econômicas. Isso impacta ainda mais essas mulheres, que estão socialmente inferiores as mulheres brancas e homens negros, tornando-as mais suscetíveis ao processo de apagamento social. (Lugones, 2008, p.12)

Lugones (2008) retoma a discussão com base no conceito de colonialidade de gênero. Ela defende que a resposta para as disparidades percebidas entre as mulheres periféricas deve ser encontrada em seu próprio ambiente e nas interações entre elas. O autor argumenta que "a colonialidade do gênero revela como a opressão das mulheres periféricas é enraizada em uma complexa interseção de raça, classe e colonialismo, exigindo um feminismo que reconheça e aborde essas múltiplas dimensões de opressão". (2008, p. 15)

Dentro do cenário racial, o conceito formulado por Alberto Guerreiro Ramos é ímpar para compreender a dinâmica das relações raciais no Brasil. Um sociólogo relevante do Brasil que teve um impacto significativo na discussão sobre raça e identidade no país. No seu trabalho, ele discute as complexidades das relações raciais, enfatizando a importância de uma compreensão aprofundada das estruturas sociais e

culturais que influenciam tais relações. Ramos introduz o conceito de "patologia social" para descrever as disfunções nas relações raciais dentro da sociedade brasileira. Ele argumenta que a sociedade brasileira sofre de uma espécie de doença social, onde as relações raciais são marcadas por desigualdades e discriminações profundas. Segundo Ramos, essas patologias são resultado de um sistema social que perpetua a marginalização e a exclusão dos afro-brasileiros (1957, p. 98).

Essas considerações, contribui para esta dissertação porque toca na questão do olhar dos elaboradores de Políticas Públicas, de como eles enxergam ou reproduzem o entendimento de que população brasileira é homogênea para a construção das políticas e no que se refere às mulheres, como é confortável vê-las como iguais (gênero mulher), sem um debruçar sobre suas necessidades específicas e sua identidade cultural.

Gonzalez faz uma crítica severa ao mito da democracia racial no Brasil, algo que se assemelha a outros teóricos, como Guerreiro Ramos. Ela defende que este mito contribui para ocultar as acentuadas desigualdades e preconceitos raciais existentes no país. O mito da democracia racial, ao propagar a noção de uma sociedade racialmente equilibrada, impede a sensibilização e a reflexão crítica sobre o racismo estrutural. (1988, p. 110).

Segundo Ramos, uma das estratégias essenciais para combater o racismo estrutural é consolidar a identidade e a autoestima dos afrodescendentes no Brasil. Ele argumenta que a apreciação da cultura e da história afro-brasileira é essencial para que as pessoas possam resistir às narrativas opressivas e se afirmar em uma sociedade que muitas vezes os exclui. (1957, p. 187).

O autor também defende as ações afirmativas e políticas de inclusão como instrumentos para corrigir as disparidades raciais. Ele considera essas medidas imprescindíveis para fomentar a justiça social e a igualdade de oportunidades para os afro-brasileiros. Ele diz que, sem ações proativas, as desigualdades raciais persistirão, comprometendo a coesão social e a equidade no Brasil. (1957, p. 210).

Esse autor nos traz um ponto importante a pesquisa, a necessidade de se implementar políticas afirmativas, no que tange, à Comunidade de Macapazinho,

percebeu-se que a ausência das ações afirmativas implica diretamente no processo de (in)visibilidades dessas mulheres quilombolas.

Franz Fanon, outro pensador relevante neste quadro teórico, apresenta reflexões sobre racismo e colonialismo e elaborou conceitos fundamentais para compreender o racismo e suas repercussões psicológicas e sociais. No seu trabalho "Pele Negra, Máscaras Brancas" (1952), Fanon investiga as profundas cicatrizes que o racismo e o colonialismo deixam nas pessoas e nas comunidades. Ele caracteriza o racismo como uma estrutura opressora que desumaniza e subjuga os indivíduos racializados. Defende que o racismo vai além de atitudes ou preconceitos pessoais, sendo uma questão estrutural que afeta todas as áreas da vida social, econômica e política. (1952, p. 69).

A noção de alienação é essencial na análise de Fanon. Ele argumenta que as pessoas racializadas são profundamente alienadas pelo racismo, ou que se enxergam através da perspectiva desumanizadora dos colonos. Esta marginalização não é somente externa, mas também interna, impactando a mente e a identidade do indivíduo negro. Descreve como a opressão racial é assimilada pelos negros, levando a uma crise de identidade e autoconfiança. (1952, p. 82). Essa discussão é relevante, pois as mulheres quilombolas de Macapazinho enfrentam uma crise de identidade e autoestima, conforme evidenciado no capítulo três, ao destacarmos suas respectivas falas.

Fanon retrata o esforço do indivíduo racializado para ser reconhecido em uma sociedade racista, utilizando a dialética do reconhecimento. Ele argumenta que os afrodescendentes são frequentemente colocados em uma condição inferior e não obtêm reconhecimento na cultura colonial. Esta recusa em considerar é um tipo de violência mental que perpetua a dominação racial. (1952, p. 109).

A conexão entre racismo e violência é um componente fundamental da teoria de Fanon. Ele declara que a violência física e mental é instintivamente provocada pelo racismo. A desumanização dos indivíduos racializados resulta em violência colonial e pós-colonial, perpetuando um ciclo de opressão e resistência. (1952, p. 228). De acordo com o escritor, a agressão do colonizado contra o colonizador é uma reação inescapável à violência estrutural do colonialismo.

O município de Castanhal está inserido na mesorregião denominada Mesorregião Metropolitana de Belém (MMB), sendo esta uma das seis mesorregiões do estado do Pará, estando a mesma agrupada em duas microrregiões. Nesta mesorregião, localizada no nordeste do estado, está a junção de onze municípios, a saber: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bujaru, Castanhal, Marituba, Santo Antônio do Tauá, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Inhangapí. A microrregião o qual Castanhal está inserido compõe-se também dos seguintes municípios: Inhangapí, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Bujaru e Santa Isabel. Castanhal é o quinto município mais populoso do Pará com uma população estimada, conforme dados CENSO do IBGE de 2022, de 192.256 habitantes.

A cidade tem uma posição geográfica privilegiada no mapa do Pará, sendo cortada pela rodovia federal BR-316, importante rota para o escoamento da produção, além disso, está a um pouco mais de 60 quilômetros de distância do porto, aeroporto e da Alça Viária, na região metropolitana de Belém. Localizado a uma latitude - 1,29389 graus e decimais de graus; e longitude -47,92639 graus e decimais de graus; Castanhal está a uma altitude de 41 metros acima do nível do mar. O município possui 1.029,300km² (2022) de extensão territorial e em 2022 a Densidade demográfica atual é de 186,78hab/km² (IBGE - 2022).

Tabela 1 – Representação Territorial de Castanhal-PA.

| TERRITÓRIO | |
|---|---|
| Microrregião | Castanhal |
| Área territorial (km ²) | 1 029 Km2 |
| Dens. Demográfica (hab/km ²)- 2022 | 186,78 |
| Altitude | 41 metros |
| Latitude | - 1,29389 graus e decimais de graus |
| Longitude | - 47,92639 graus e decimais de graus |
| População Estimada 2022 (CENSO) | 192.256 |

Fonte: IBGE (2022). Elaboração:Quadros, Carmem. (2023)

O Município apresentou no último Censo, 2010, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,67 para o mesmo ano. Desdobra-se conforme

tabela a seguir:

Tabela 2 – Situação do IDHM e índice de GINI - 2010 e PIB/2021.

| DESCRIÇÃO | ÍNDICE/VALOR |
|---|--------------|
| IDHM - Ranking Estadual – 7 | 0,67 |
| IDHM – Longevidade | 0,80 |
| Esperança de vida ao nascer | 72,97 |
| IDHM – Educação | 0,58 |
| Escolaridade da População Adulta | 53,63 |
| Fluxo Escolar da População Jovem (Frequência Escolar) | 0,61 |
| IDHM – Renda | 0,65 |
| Renda Per capita | 467,32 |
| PIB - Per capita (R\$) – 2021 | 22.897,75 |
| Índice de GINI | 0,54 |

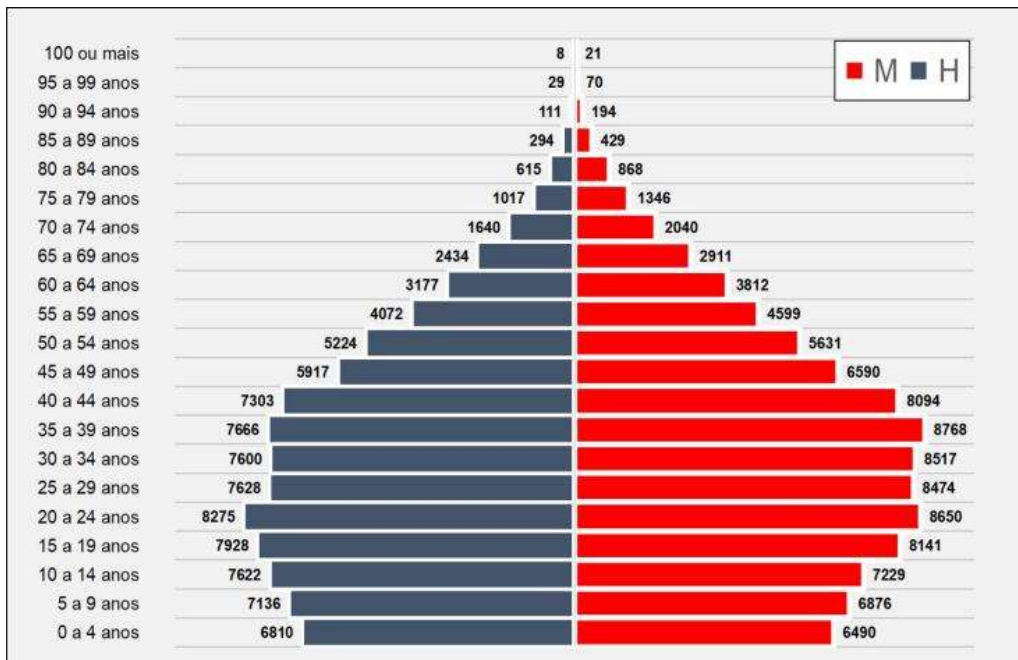
Fonte: IBGE/FAPESPA. Elaboração: Quadros, Carmem. (2023)

O IDH do Município, 067 referente a 2010, o deixa na 7ª posição no Estado do Pará, e o PIB-2021 ocupa a posição 9ª na esfera estadual. De acordo com a classificação padrão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um IDH de 0,67 representa um nível médio de desenvolvimento humano. Este índice reflete elementos cruciais do progresso, tais como saúde, educação e rendimentos, diminuindo áreas com potencial para melhorar a qualidade de vida da população. (Governo do Estado do Pará, 2022).

Em obras como Formação Econômica do Brasil, Furtado discute a relação entre o avanço econômico e social, argumentando que as disparidades regionais espelham a marginalização histórica de áreas periféricas, como a Região Norte do Brasil, onde Castanhal está situada. Furtado sugere que o aprimoramento de competências humanas por meio da educação e da renda é vital para áreas com Índice de Desenvolvimento Humano Médio, como tática para vencer o subdesenvolvimento estrutural. (Furtado, 2005, p. 287-295)

2.1.1 Estimativa Populacional.

Gráfico 1 – Pirâmide Etária de Castanhal.



Fonte: IBGE/CENSO 2022. Elaboração: Quadros, Carmem. (2023)

De acordo com o Censo 2022, a análise da pirâmide etária de Castanhal revela alguns aspectos demográficos significativos para a cidade. Normalmente, Castanhal tem uma população predominantemente jovem, com uma predominância maior de crianças e adolescentes. No entanto, observa-se um aumento gradual no número de adultos e idosos. Esta distribuição indica que a população do município tem potencial para crescimento econômico, contudo, é necessário um planejamento para gerir o envelhecimento populacional previsto para as próximas décadas.

A população de 0 a 14 anos constitui uma parcela específica, demonstrando uma elevada taxa de nascimentos, enquanto a população de 15 a 59 anos apresenta uma elevada proporção de indivíduos em idade produtiva. Contudo, nota-se um ligeiro aumento nas idades mais avançadas, aumentando a necessidade de políticas focadas no cuidado com os idosos, incluindo, assistência social, saúde e infraestrutura acessível. Esta configuração demográfica é um parâmetro importante para o planejamento de políticas públicas na cidade, direcionando decisões em setores como educação, trabalho e saúde para atender às demandas de uma população em expansão e envelhecimento.

Segundo o Censo 2022 do IBGE, a composição étnica e racial da população de Castanhal é diversificada, espelhando as diversidades culturais e étnicas da área. Castanhal tem uma população calculada em cerca de 192 mil pessoas, com uma composição étnica predominantemente composta por pessoas que se identificam como pardas, seguida por brancos e negros, de acordo com os dados do estudo (IBGE, 2023).

As categorias de cor e raça seguem a categorização oficial do IBGE, que se baseia em autodeclarações para determinar as origens étnico-raciais da população, oferecendo uma perspectiva aprofundada da diversidade local. Pesquisas e análises de teóricos, como Souza (2022), ressaltam que a diversidade racial em áreas como Castanhal reflete o processo histórico de constituição populacional do Brasil, com uma presença marcante de descendentes indígenas, africanos e europeus, o que impacta a estrutura social e econômica da cidade (Souza, p. de 134).

2.1.2 Hidrografia de Castanhal.

O Rio Inhangapi é o rio principal do município, delimitando parcialmente a fronteira entre Castanhal e Inhangapi, ao sul. Ele é composto por igarapés e se origina no Sudoeste da cidade, desaguando no Rio Guamá. Na margem direita, os afluentes são os Igarapés Tauarí e Pitimandeuá, que, em parte, limitam-se com Inhangapi ao sul. O Rio Apeú, que nasce no noroeste da cidade e possui como afluentes os Igarapés Macapazinho, Castanhal e Americano, faz fronteira com o sudoeste com Santa Izabel do Pará. Na parte nordeste, a confluência do Rio Braço Direito do Marapanim com o Rio Caranã, juntamente com o afluente deste Braço do Caranã, delimita a fronteira leste com o município de São Francisco do Pará. O Rio Braço Esquerdo do Marapanim limita-se ao norte com Curuçá, enquanto ao nordeste com Vigia (Valente et al., 2001; PARÁ, 2012, citado por Silva, 2018, p.05).

A Bacia Hidrográfica do Rio Apeú abrange uma área de cerca de 320,37 Km². Ao longo de sua extensão, houve uma interferência humana significativa que modificou a paisagem local, como a redução de florestas secundárias causadas pela atividade agrícola tradicional na área, além da ocupação desordenada. (Jesus, 2009, p. 34).

2.1.3 Vegetação.

A vegetação do município era constituída por Floresta Ombrófila Densa, que se caracteriza por apresentar fisionomia e estrutura variadas, com algumas espécies que perdem facilmente a folhagem no período de maior estiagem. Segundo Veloso e Filho (1982) apud Embrapa (2001), esta fisionomia é chamada de floresta ombrófila densa de terra firme, conforme a classificação adotada pelo IBGE, que se refere à floresta primária.

Com o acelerado processo de ocupação e urbanização, a floresta primária foi sendo substituída pela vegetação secundária em diversos estágios de desenvolvimento, denominadas capoeiras, que, apesar de constituir parte da vegetação ombrófila, possui reduzido ou nenhum valor comercial (EMBRAPA, 2001).

Há ainda a ocorrência menor da floresta higrófila de várzea, que se apresenta ao longo dos cursos d' água. Caracteriza-se por apresentar espécies que não perdem folhas em nenhum período do ano. Neste tipo de cobertura vegetal, é dominante as espécies de palmeiras. De acordo com o IBGE, essa vegetação é denominada de floresta ombrófila densa de planície aluvial (EMBRAPA, 2001).

Historicamente, a paisagem do nordeste do Pará sofreu uma mudança significativa, resultante do processo de uso e ocupação na área, o que resultou em uma grande vulnerabilidade dos recursos naturais. Com o passar do tempo, esse processo se intensificou, resultando não apenas na devastação da floresta, mas também na fragmentação do aglomerado secundário, devido ao crescimento urbano.

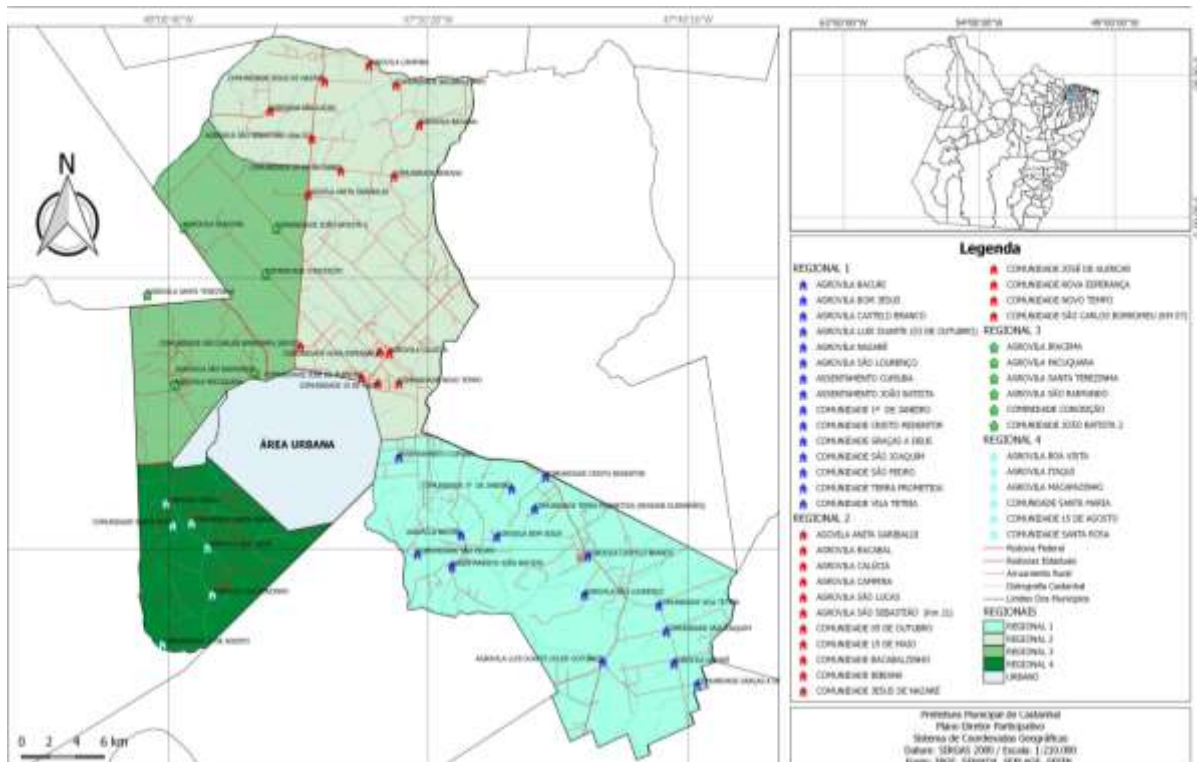
Nesse contexto, o território município de Castanhal compreende 1.029,30 Km² do território paraense (IBGE-2022). Desse total, a área com remanescente florestal é de 73,2 Km², representando apenas 7,08% do território do município (INPE, 2016). Tais alterações na paisagem, vem comprometendo o patrimônio natural do município, os quais necessitam da criação de unidades de conservação para a proteção dos recursos naturais.

2.2 Organização Político-Administrativa

O município compõe, administrativamente, a área urbana da sede e três subprefeituras: Apeú, Saudade e Jaderlândia e a área rural com 19 agrovilas, 02

assentamentos agrários, 02 Comunidades Quilombolas e 21 comunidades. Entre acampamentos e ocupações. Em 2019, a Prefeitura Municipal de Castanhal, no processo de atualização do Plano Diretor, dividiu a área rural do município de Castanhal, em 4 regionais, segundo a justificativa era respeitar os seus critérios de desenvolvimento sócio/econômico/demográfico, para que houvesse a promoção de políticas específicas de cada regional.

Mapa 2 – Macrozonas Rural.



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Trabalho dos Mapas Temáticos - PMC 2018.

Os limites rurais do município de Castanhal estão separados em setores, estes nomeados de Regionais. Na sua divisão, cada Regional está assim distribuída:

✓ Regional 1: abrange as agrovilas de São Pedro, Bom Jesus, Castelo Branco, São Lourenço, Vila Teresa, São Joaquim, Bacuri, Nazaré e Graças à Deus, os assentamentos João Batista e Cupiúba e as ocupações terra Prometida “Regiane Magalhães” e Cristo Redentor.

✓ Regional 2: abrange as agrovilas da Calúcia, Anita Garibaldi, Campina, Bacabalzinho, São Sebastião e São Lucas, e as ocupações denominadas de Jesus de Nazaré, 05 de Outubro, Bibiana, Nova Esperança, 15 de maio, Novo Tempo e José

de Alencar.

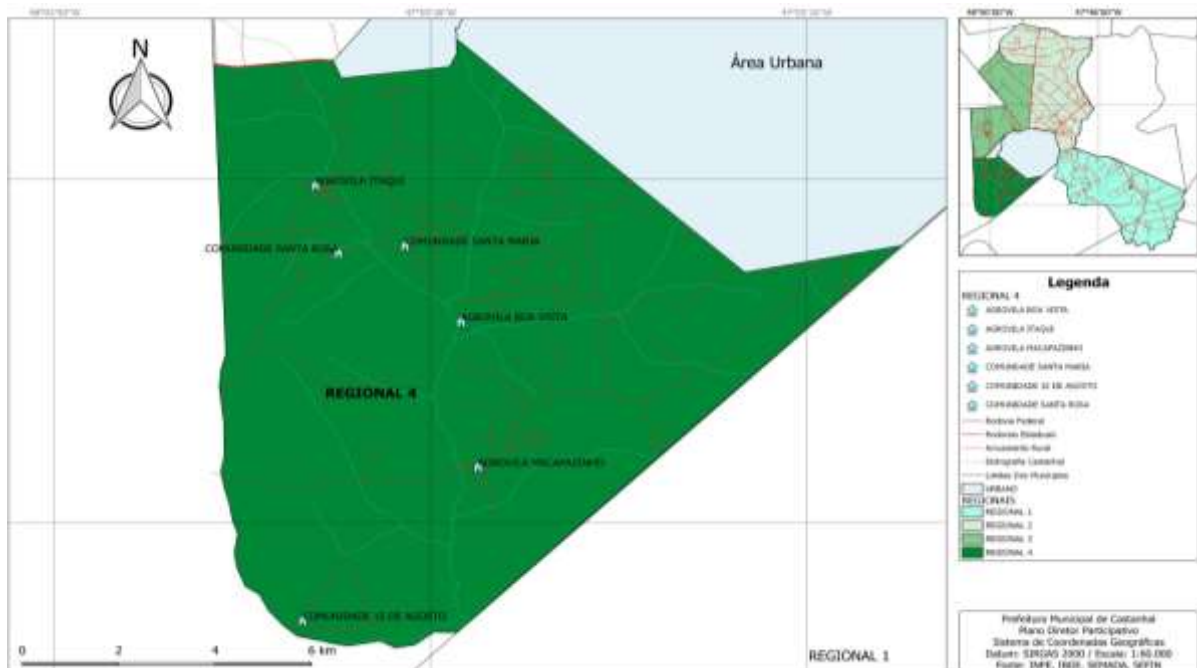
✓ Regional 3: abrange as agrovilas de Iracema, Santa Terezinha, Pacuquara, São Raimundo e a ocupação João Batista.

✓ Regional 4: abrange as agrovilas de Itaqui, Santa Rosa, Boa Vista, Macapazinho, 15 de Agosto e Santa Maria.

2.2.1 Regional 04.

A regional 04 é a regional que inclui a Comunidade Quilombola de Macapazinho, está localizada no Sudoeste do município tendo como fronteiras vizinhas os municípios de Santa Isabel e Inhangapi, sua área geográfica soma 113 km², isso corresponde a 10,92% da área total do município de Castanhal, cálculos por área, tendo como principal via de acesso ao centro urbano a BR 316. Essa será a Regional utilizada mais diretamente na pesquisa.

Mapa 3 – Regional 4.



Fonte: IBGE. Elaboração: Grupo de Trabalho dos Mapas Temáticos da PMC - 2018.

2.2.2 Características sócio territorial da Regional 4.

Esta regional é formada por (02) dois acampamentos, (01) um quilombo e 03 (três) agrovilas. Se percebe, no que se refere a área chamada de acampamento, são

territórios que estão aguardando regularização fundiária, para oficializar-se como Assentamento. De acordo com a Lei nº 11.952/2009 (e suas alterações), os procedimentos de regularização de terras públicas na região amazônica, afetando diretamente os acampamentos de posse na área. Em 2020, a Medida Provisória nº 910, promoveu alterações, ampliando a possibilidade de regularização para pequenas propriedades e assentamentos informais.

2.3 Desenvolvimento econômico e social da regional 4

Para o Desenvolvimento econômico sustentável da região, se destacam pequenas fábricas moveleiras artesanais, pousadas, pequenos balneários que fomentam o turismo, fábricas de açaí, abatedouros de animais de grande porte e frigoríficos, com ênfase, para um deles que exporta para o exterior.

2.3.1 Equipamentos públicos de Saúde

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro da regional 04 estão localizadas (03) três unidades de atendimento: 1 – Posto de saúde Boa Vista, 2 – Posto de saúde de Itaqui e 3 – Unidade Saúde da Família - USF de Macapazinho. Os postos de saúde da Agrovila Boa Vista e Agrovila Itaqui, possuem seus dados inseridos à unidade de atendimento de Macapazinho. Isso mostra a importância estratégica do Quilombo, nessa regional.

Quadro 1 – Estabelecimentos de Saúde da Regional 04.

| Ordem | Unidade de Saúde | Localidade | Cadastro de Usuários | Cadastro de Domicílios |
|-------|--------------------------|-------------------------|----------------------|------------------------|
| 01 | Posto De Saúde Boa Vista | Agrovila Boa Vista | Remanejado | Remanejado |
| 02 | Posto De Saúde De Itaqui | Agrovila Itaqui | Remanejado | Remanejado |
| 03 | USF De Macapazinho | Quilombo de Macapazinho | 565 | 208 |

Fonte: SESMA – 2023. Elaboração: Quadros, Carmem (2023)

2.3.2 Equipamentos públicos de Educação

De acordo com dados adquiridos através da Secretaria Municipal de Educação, dentro da regional 04 estão localizadas 06 escolas que atendem uma demanda de

282 alunos.

Tabela 3 – Escolas da Regional 04.

| Unidade de ensino | Localização | Nº de alunos |
|---|-----------------------------|---------------------|
| EMEIF Ana Joaquina da Silva | Agrovia Itaqui | 106 |
| EMEF Maria Ferreira Nobre | Corrente do Apeú | 56 |
| EMEF Raimunda Izabel de Matos Souza | Ramal da boa vista | 24 |
| EMEIF Antônio Marques de Moraes | Agrovia boa vista | 24 |
| EMEF Maria Bandeira Braga | Quilombo macapazinho | 61 |
| EMEF Francisco Ferreira de Matos | Ramal do macapazinho, Km 05 | 11 |
| Quantidade de escolas: 06 | | |
| Quantidade de alunos matriculados: 282 | | |

Fonte: SEMED 2023. Elaboração: Quadros, Carmem (2023)

2.4 Quilombo de Macapazinho de Castanhal-PA.

O Conceito de comunidades remanescentes de quilombolas, passou a ser entendido, de uma forma mais constituída, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, na qual emergem como detentores de direitos que devem ser garantidos e fornecidos pelo Estado brasileiro. Entre estes direitos, destacam-se os artigos 215 e 216 e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esses artigos procuram enfatizar os direitos da população negra e quilombola no Brasil.

Mas afinal, como conceituar as Comunidades Quilombolas, conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade.

De todo modo, temos que comunidade remanescente de quilombo é um

conceito político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra.

Comungo, do princípio de que não é apenas classificar juridicamente e politicamente o território quilombola, vale tocar no ponto que cabe aos povos tradicionais, com olhar de entender os vínculos coletivos estabelecidos nessa territorialidade. Para isso, Fernandes e Fernandes (2019), diz que povo “o que denota o vínculo de coletivo a uma certa territorialidade, marcada por língua, história, costumes, interesses de tradições comuns”. (Fernandes e Fernandes, 2019, p.77)

Nesse sentido, para que ocorra o processo de certificação ou reconhecimento de um território como quilombola, um longo caminho burocrático foi seguido, dentre esses passos, a análise antropológica desse território. Na resolução de Tombamento: Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O processo do pedido de Certificação da comunidade de Macapazinho, iniciou por meio da parceria com o núcleo de apoio as comunidades quilombolas não certificadas, através do representante Raimundo Magno Cardoso Nascimento, que oficializou o pedido junto a Fundação Cultural Palmares, em 4 de maio de 2014. A Comunidade foi certificada em 2017, pela Fundação Cultural Palmares e segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988, após este ato legal, torna-se oficialmente, Quilombo Macapazinho de Castanhal-PA, pelo Processo nº 01420.005383/2015-19, cujo registro de certificado FCP é a Portaria nº 220/2017, de 14/08/2017.

Em 2023, por meio de uma iniciativa do Coletivo Espiar e Curiar, formado por discentes do Programa de Pós Graduação em Estudos Antròpicos na Amazônia - PPGEEA da Universidade Federal do Pará - UFPA, que enviou ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, o pedido de Ponto de Memória à Comunidade Quilombola de Macapazinho, foi aprovado, conforme Portaria IBRAM nº 579/2021.

Figura 01 - Certificado de Ponto de Memória do Quilombo de Macapazinho.



CERTIFICADO DE PONTO DE MEMÓRIA

O Instituto Brasileiro de Museus reconhece a entidade cultural **Associação dos Remanescentes Quilombolas de Macapazinho** como Ponto de Memória, a partir dos critérios estabelecidos pela [Portaria Ibram nº 579, de 29 de julho de 2021](#).

Este certificado comprova que a entidade cultural apoia ou desenvolve programas, projetos e ações de museologia social, pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território, visando à identificação, registro, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial, contribuindo para o reconhecimento e valorização da memória social brasileira.

Fonte: IBRAM 2023

2.4.1 Historização do Quilombo de Macapazinho

Figura 2 - Imagem aérea do Quilombo de Macapazinho.



Fonte: Arquivo pessoal do fotógrafo Saulo 2023.

A Comunidade Quilombola de Macapazinho, está localizada a 15 km do centro de Castanhal, onde moram, cerca de 500 famílias. O lugar é banhado pelas águas do Rio Apeu. Fundada em 15 de novembro de 1894, tem 129 anos de tradição, histórias

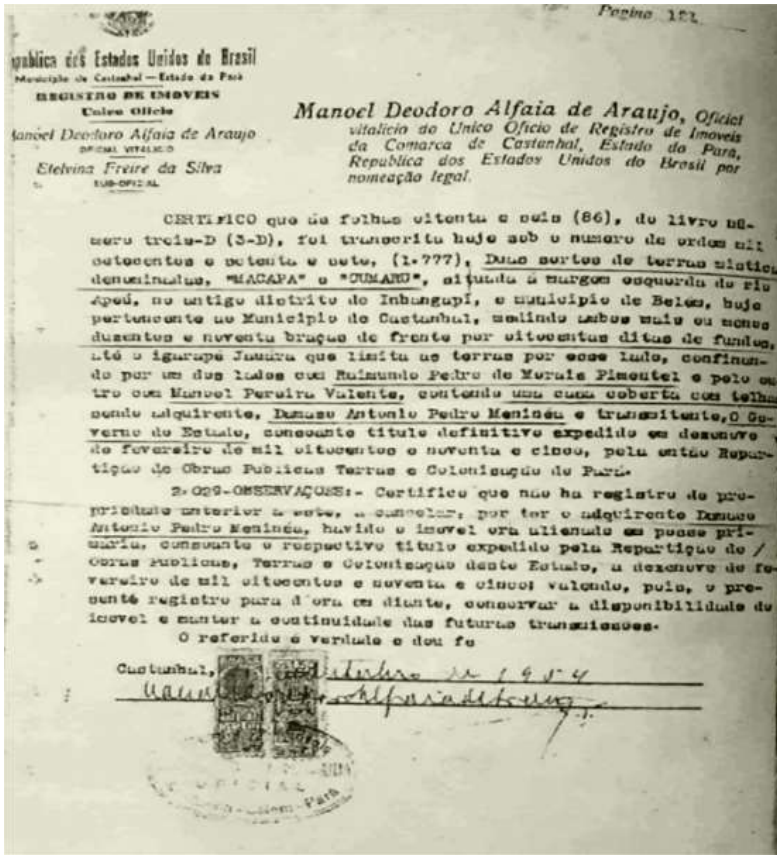
e cultura. A pesquisa mergulhou nos relatos e história das mulheres entrevistadas, um tipo de pesquisa que se concentra na coleta e análise de relatos verbais de pessoas sobre coisas que aconteceram no passado. Essa técnica é especialmente útil para acessar perspectivas e experiências que não são normalmente documentadas em fontes escritas tradicionais, como as de comunidades marginalizadas.

A área hoje conhecida como Macapazinho era "cercada" por engenhos, senzalas, fazendas de cacau e outras estruturas que produziam alimentos e outros produtos que eram enviados para Belém durante o período escravista, de acordo com relatos de pessoas mais velhas da comunidade e documentos encontrados na localidade, de guarda das famílias mais antigas da Comunidade.

Por volta de 1894, um casal chamado Damaso Antônio Pedro Meninéia e Inocência escolheu o local para morar. Segundo, Farias, 2006, Damaso dá o novo endereço o nome de Macapá assim que chegou. De acordo com o livro do pesquisador da Comunidade Benício Farias, o casal já havia reunido muitas famílias que fugiram da escravidão na região. Além disso, os residentes estrangeiros e indígenas desenvolvem para a formação da identidade e da comunidade. (Farias, 2006, p.32). Diz que :

“[...] Macapazinho foi fundado com o nome Macapá, em Novembro de 1894, conforme Decreto que trata o artigo 125 do regulamento de 28 de outubro de 1891 e artigo 26 do mesmo regulamento, conferido pelo art. 5º § sexto da lei 83 de 15 de setembro de 1892 e artigos 40 e 45 do Regulamento de 28 de outubro do corrente ano, e aos 17 de fevereiro de 1895, foi arquivado na Secretaria de Obras e Colonização do Pará: Assinado Marciano Antunes da Silva.” (Farias, 2006. p.45)

Figura 3 - Certidão do 1º imóvel de Macapazinho.



Fonte: Farias, Benício.

Os registros da comunidade indicam que Dâmaso recebeu a regularização de terras do governo do Estado em 1891. Naquela época, a área chamada Cumaru tinha 290 braças de frente por 800 de fundo. Além das terras de Macapá, que medem 20 braças de frente e custam 100 de fundos. Damaso teria informado ao governo do estado que era necessário construir um cemitério e uma igreja, bem como povoar a área ao redor dos locais sagrados. A comunidade acredita que o governo foi despertado para a liberação das terras por causa do trabalho, do desejo evidente e da esperança de melhores dias em Damaso. (Farias, 2006, p.45).

Existem evidências de que Dâmaso era um líder exemplar para a comunidade. Possivelmente se fixou em Macapá para ficar tranquilo com sua família, pois Dâmaso já não estaria sob o regime escravista naquela época, (Farias, 2006, p.36). Seu Benício, foi um pesquisador, que revela, por meio da história oral, grandes acontecimentos histórico e social da Comunidade. “A história oral permite que os historiadores capturem uma riqueza das experiências de vida e do papel dos indivíduos em processos históricos”, afirmou Michael Frisch (Frisch, 1990, p.67). Ele

ênfatiza que esse método tem sido crucial para registrar e interpretar as experiências de mulheres, trabalhadoras, minorias étnicas e outras comunidades que historicamente não tiveram representação suficiente nos registros oficiais.

Segundo Farias, 2006, um dos casos mais emblemáticos foi à defesa de Matilde, mulher escravizada que teve um filho sem pai declarado. Naquela época a criança para que fosse batizada precisaria e ter sobrenome. Damaso deu seu sobrenome a criança que se chamou Isaias Meninéia. Segundo o autor “A desconfiança de sua esposa Inocência foi sanada com o fino olhar e com a certeza dada pelo pajé e pela parteira que detinham na experiência o dom do DNA”. (2006, p.25)

Os membros mais antigos da comunidade relataram (fala do Sr. Teodoro) que antes as famílias produziam farinha de mandioca, extraíam insumos naturais e plantavam tabaco para venda e consumo. As casas foram construídas com barro e a cobertura foi feita de palha. Fibras, madeira e sementes eram usadas no artesanato. A única maneira de chegar à cidade de Belém, era viajar de barco, que levava em média de três a cinco dias, entre o trecho comunitário e a capital. Observou-se que a dinâmica econômica e social da Comunidade era muito dependente do Rio.

A igreja, um local de referência da comunidade, fica de costas para a chegada da comunidade e de frente para o rio, essa observação foi explicitada numa ida a Comunidade com meu Coorientador (Prof. Dr. Guilherme). Durante as entrevistas, o Sr. R., nos relatou que isso devia ao fato do Rio Apeú ser, na época, o único meio de escoar a produção. Hoje, a pouca produção é transportada por ônibus ou veículos próprios, isto é, as estradas e ramais são os meios de escoamento da matéria prima produzida no Quilombo.

Com o passar dos anos, as terras foram ganhando novos moradores e novos empreendimentos foram facilitando a vida dos moradores da comunidade, pequenos comércios se estabeleceram, e mais produção agrícola foram realizadas. No entanto, o atual líder, senhor Teodoro, de 90 anos, afirma que houve uma crise que se intensificou em meados da década de 70, quando as famílias começaram a vender suas terras para fazendeiros, por causa de problemas, como a falta de alimentos, a falta de acesso à cidade, distâncias longas e doenças. Agregado a isso, os

fazendeiros começaram a comprar extensas áreas de terra para a criação de gado. (Farias, 2006, p.32)

Esta fotografia representa uma típica área antropizada no Quilombo, fica numa parte alta, onde durante uma instalação de um poste da Companhia de Energia do Pará, Equatorial, se achou materialidades arqueológicas, machadinhas. Em visita a casa do sr. que ficou de posse do material, ele relatou que essa área vivia indígenas, que é provável ter “muitas pedras dessas enterradas”. Enquanto pesquisadora informei a instituição sobre as evidências na área.

Figura 4 - Área de fazenda, com atividade de pecuária.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

O Quilombo de Macapazinho é cercado por grandes fazendas, onde a atuação antrópica é evidenciada, pois muitas vegetações deram espaço à pecuária. Existe a preponderância de vegetação secundárias, áreas de capoeiras, que se misturam com áreas de agricultura, com plantações de mandioca, hoje bem menos que antigamente. Na Comunidade há grandes castanheiras, com datação, aproximadas, de mais de 80 anos.

Figura 5 - Castanheira centenária.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 6 - Mangueira dos Japiins.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Segundo relatos de dona Lúcia Mininéia, essa Castanheira, enfrente a sua residência já tem mais de 100 (cem) anos. Embalada pelo saudosismo de uma época, onde a Comunidade possuía mais áreas preservadas, ela desabafa:

“Tenho saudade da beira do rio quando era cheia de árvores frutíferas (mamão, abacate, buriti), mas ninguém cuidava e foi se acabando. Havia muitas castanheiras e árvores nativas, quando a gente chegou já estava ali, no fundo do meu quintal tem uma que o raio caiu em cima, mas ta viva até hoje, nessa época havia poucas casas na comunidade.” (L.M - 2023)

A Mangueira é datada com mais de cem anos, foi plantada num lugar privilegiado do Quilombo, onde as manifestações culturais ocorrem, ao lado da Igreja católica e enfrente ao coreto, sempre admirando o Rio Apeú. A mangueira ficou mais famosa, porque durante anos, servia de abrigo aos japiins, pássaro, símbolo da Cidade de Castanhal. Segundo os mais antigos, é um pássaro que tem uma cantoria peculiar e traz alegrias e felicidade, e por isso, muitos chamavam a Comunidade, de Macapazinho dos Japiins. Os mais antigos relataram que existiam duas mangueiras, porém só a que abrigava os japiins resistiu a ação humana.

Atualmente, a comunidade vem se organizando para conquistar seu espaço e usufruir de seus direitos, nesse sentido, tem lutado por melhorias. Essas lutas já possibilitaram várias conquistas, a construção do cemitério (uma das primeiras construções na comunidade), além de outras implantações de equipamentos públicos, como: uma escola, uma unidade de saúde, ginásio, asfaltamento de vias, sistema de abastecimento de água e muitos outros. Porém, o processo de certificação deixou

evidente que na comunidade não havia projetos ou programas que trabalhasse as questões ligadas aos territórios quilombolas, no que se refere à história, identidade, ancestralidade, pertencimento, territorialidade e memórias.

O Quilombo, ainda não possui titulação e nem pedido em andamento. Isso gera um problema em relação, as informações precisas, sobre o tamanho aproximado desse território, além do que, como observado, no processo histórico da Comunidade, já houve vendas de terras aos fazendeiros, bem como ocupações desordenadas por pessoas externas à comunidade. Uma questão a se considerar num processo de titulação de área pelo ITERPA.

Esse contexto, mostra evidências de “racismo ambiental”, devido às ações humanas e do poder público nesse território. Os efeitos desproporcionais causados no meio ambiente dessa terra quilombola, a poluição, a degradação dos recursos naturais e o desmatamento são exemplos de racismo ambiental que é perpetuado por projetos de desenvolvimento que desconsideram os direitos e a existência dessa comunidade. Uma lógica de exploração que negligencia e desvaloriza esses territórios habitado por povos tradicionais.

Marina Silva (2018, p. 45) destaca que "a luta contra o racismo ambiental nas terras quilombolas não se trata apenas da preservação ambiental, mas de uma luta pela sobrevivência física, cultural e espiritual dessas comunidades". Ela sustenta que os efeitos ambientais nessas terras vão além da degradação do meio ambiente, pois afetam diretamente a capacidade das comunidades de manter suas tradições culturais e modos de vida tradicionais, que estão intrinsecamente ligados ao território que ocupam.

Portanto, a luta contra o racismo ambiental em terras quilombolas envolve não apenas a proteção do meio ambiente, mas também a defesa dos direitos humanos e territoriais dessas comunidades. Como aponta Gonçalves (2019, p. 123), "a resistência quilombola ao racismo ambiental é uma forma de afirmar sua identidade e garantir a continuidade de sua existência frente às pressões externas". Esta resistência é fundamental para que essas comunidades possam manter sua autonomia e preservar suas culturas em um contexto de constantes ameaças.

O Rio Apeu, tem todo um significado histórico, religioso, social, econômico e

cultural ao território e região, porém vem sofrendo danos ambientais, no decorrer de seu curso que afetou a dinâmica da Comunidade, hoje o Rio, já não tem a importância de escoar produtos agrícolas, os inúmeros portos que havia ao longo do percurso da Vila do Apeú até o Caudaloso Rio Guamá, já não existem. Porém, a importância religiosa continua forte e significativa, visto que, ocorre todo ano, em agosto, o Círio Fluvial de Macapazinho. Grande evento religioso que envolve várias comunidades ao entorno.

Figura 7 - Rio Apeú, a beira da Comunidade.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 8 - Rio Apeú, sentido Boa Vista.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

As duas imagens retratam realidades diferentes, no que tange ao referencial, Rio Apeú, um mais próximo da Comunidade, onde o fluxo de pessoas é constante, é visto como uma área de lazer. Nesse perímetro do rio, não há vegetação para protegê-lo, causando assoreamento, o solo torna-se mais delicado e frágil, tornando-o mais suscetível à erosão das margens dos rios. A outra imagem mostra uma região coberta por uma vegetação, com árvores e palmeiras, um panorama típico de áreas tropicais, como a Amazônia. Contudo, é crucial levar em conta como o meio ambiente natural pode ser impactado por processos de antropização, isto é, pela ação humana.

A fotografia ilustra a dualidade do vínculo entre o ser humano e a natureza em áreas de floresta tropical. Ela representa, por um lado, a biodiversidade e a beleza dos ecossistemas tropicais; por outro, representa o efeito das atividades humanas. A salvaguarda e a gestão sustentável dessas regiões necessitam de políticas

governamentais eficazes, que considerem tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dele dependem. (Odum, 1988, p.123)

Durante o Trabalho de Campo, as mulheres entrevistadas, citaram momentos e eventos ocorridos à beira do rio, memórias familiares, afetivas o Trapiche de todo dia, ainda é o ponto de encontro e lazer dos moradores e visitantes. Mas as idas à comunidade, pude observar a falta de preservação e conservação desse patrimônio natural, pois muitos resíduos são deixados próximo ao rio, a comunidade tem reclamado, da poluição sonora e ambiental, principalmente aos finais de semana. Algumas nascentes foram aterradas, devido a abertura de ramais e da estrada recém construída.

Figura 9 - Trapiche sobre o Rio Apeú 1970.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 10 - Trapiche sobre o Rio Apeú 2023.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

O Trapiche é um ponto de encontro atemporal, me arrisco a dizer isso, sem medo de errar, pois pelos relatos das mulheres quilombolas, esse espaço foi e é um patrimônio carregado de memórias. Um local, assim como muitos na Comunidade, que ultrapassa o tempo, funcionando como depósitos de vivências, sentimentos e narrativas coletivas, cheia de significados acumulados ao longo das gerações.

Na década de 70 era conhecido como o local de embarque e desembarque, onde se concentrava os trabalhadores para receber e despachar mercadorias, ali se escutava histórias e causos, entre uma embarcação e outra. Isso significa, que o local traz lembranças de uma época que o rio movimentava a economia local e trazia

alimentos para os moradores. A dinâmica das águas, era o elo central com a cidade de Castanhal.

Era também reconhecido como o ponto de lazer, onde as famílias se reuniam e aproveitavam as águas do Apeú para um banho refrescante, onde muitas mulheres viveram momentos agradáveis com a família, e que hoje ao olhar para o rio, vem à tona lembranças de ensinamentos e diversões a beira do rio. Alguns pais já faleceram. Uma das mulheres entrevistadas (Sra. E), melancolicamente, relatou: “lembro que meu avô Marco, me levava para banhar no rio, me ensinou a nadar, perto do poço da mandioca, era comum essa cena no rio”.

O autor Gaston Bachelard explora a noção de que determinados espaços possuem um significado emocional e se transformam em refúgios da memória. Ele propõe que esses espaços, como residências ou pontos de encontro, se tornam "temporais" através de memórias e sentimentos intensos que "residem" no inconsciente dos indivíduos. Bachelard declara: "Um lugar povoado pela memória transcende a mera localização física; é uma paisagem emocional que une passado e presente". (1958, p. 38).

Segundo o filósofo francês Maurice Halbwachs, o entendimento desses espaços depende fundamentalmente da memória coletiva. Halbwachs defende que os marcos físicos fortalecem a memória, funcionando como âncoras para o passado. Locais onde as pessoas se encontram frequentemente, seja por razões culturais, religiosas ou emocionais, adquirem um significado que perdura ao longo do tempo. Portanto, mesmo quando o ambiente ao redor muda, esses locais carregam recordações compartilhadas, preservando a conexão entre o passado e o presente. (1990, p. 52)

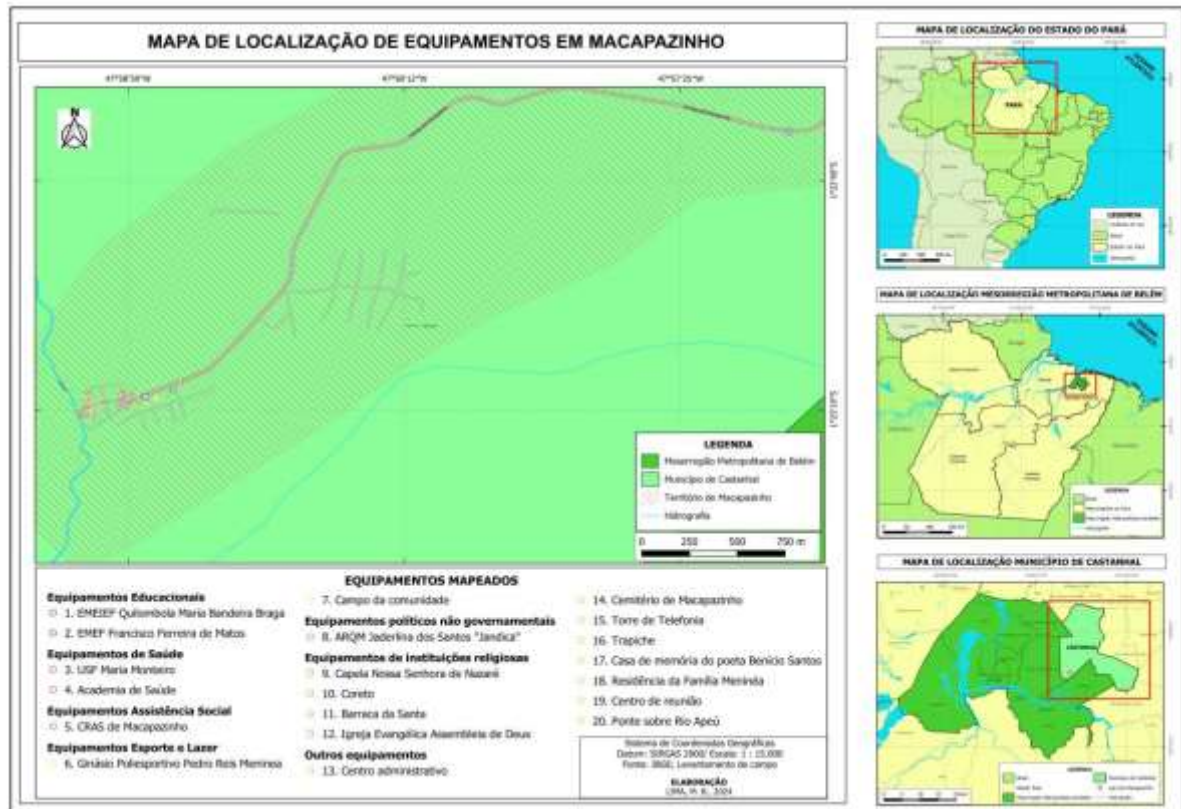
Figura 11 - Macapazinho e os domingos à beira do Rio Apeú.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Atualmente, a Comunidade recebe muitos visitantes e turistas, para a prática desse banho, principalmente, aos domingos, porém mudou a configuração e o significado, o que antes era um momento familiar, hoje é visto como um balneário, onde é comum ver carros e motos com som alto, e consumindo bebidas alcoólicas. A sra. Mariana, Moradora próximo ao rio, relatou que: “sempre fica lixos, latinha, garrafas e sujeiras, próximo ao rio, nós é que temos que limpar, já foi falado várias vezes, mas ninguém escuta”.

Mapa 4 - Quilombo de Macapazinho e os Equipamentos Públicos.



Fonte: IBGE 2022 e Levantamento de campo Elaboração: Lima, M. B. 2024

Desde de novembro de 1894, com a fundação de Macapá (primeiro nome dado a Macapazinho), através da regulamentação de terras concedida a Damaso Antônio Pedro Meninéia, ex escravos, segundo relato de parentes, considerado dono do lugar, iniciou as atividades, com intuito de cumprir a promessa feita ao governador da época, Gentil Bittencourt, de construir dois centros sagrados, a igreja e o cemitério. Além de ter sido responsável pela plantação de árvores, símbolos da região, mangueira e castanheira. Também doou terras, para quem tinha interesse de povoar o lugar.

Desse modo, iniciou o processo de organização da Comunidade. Atualmente, as principais atividades econômicas estão ligadas ao ramo do comércio informal (mercadinho, bar, lanchonete), serviços públicos, servidores públicos que atuam na escola, unidade de saúde, ginásio, cemitério e sistema de abastecimento de água, além da estrutura existente de energia elétrica e serviços de internet. Depois dos serviços de pavimentação asfáltica da via principal, aumentou o fluxo de pessoas, seja para atividades esportivas, como o ciclismo, seja para visitação turística, visto que o cenário, como um todo, é muito atrativo e convidativo ao turismo, mas não há projetos nesse

ramo.

O mapa de localização das instituições públicas e não públicas implantadas no Quilombo, retrata a situação atual, no que se refere aos serviços implementados, a pesquisa realizada averiguou todos equipamentos, conforme descrito no mapa, porém se aprofundou nos de ordem educacional e de saúde, mas devido a importância cultural do território, coletou informações de várias manifestações culturais, em âmbito da comunidade.

2.4.3 Aspecto histórico cultural e religioso.

Macapazinho é conhecida também pela fé e tradição religiosa de seus moradores que comemoram duas grandes festas: o Círio de Macapazinho, que ocorre no primeiro domingo de agosto e a Festa do Divino, ocorre 50 dias após a Páscoa. Essa, é tradição dos seus ancestrais, já o Círio foi introduzido por uma pessoa de fora da comunidade.

A Festa do Divino é organizada por um grupo de pessoas da Comunidade de Macapazinho e pela primeira vez, as Festas do Divino é coordenada por uma mulher quilombola, Nilzete. Mas em cada comunidade, na qual a Coroa passa, existem os responsáveis pela permanência dela na residência, bem como, na organização das casas em que acontecerão as novenas. Segundo relatos dos organizadores, as datas específicas e a programação completa da Festa do Divino, em Macapazinho, Castanhal, podem variar a cada ano, mas ocorre anualmente.

Se percebe, uma abordagem ligada a vivência religiosa cristã católica, onde a data está atrelada a Páscoa, isso significa que após os 50 dias, depois da Páscoa é celebrado a vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos, esse acontecimento cristão é a base para a festa descrita neste estudo.

Essa geografia da passagem do Santo envolve três municípios: Castanhal, Inhangapí e Santa Izabel, e ocorre, em média, cinco meses antes a cerimonia do Divino Espírito Santo. O Divino percorre as comunidades de Itaboca, São Sebastião, Inhangapí, Santa Maria, São Benedito, Pernambuco, Trindade, São João, Itaquí, São Tomé e Boa Vista. Durante a festa, é comum que sejam realizadas procissões, missas, novenas e outras manifestações religiosas. Além disso, também podem

ocorrer eventos culturais, como danças folclóricas, apresentações musicais e festas populares.

Importante salientar que essa festividade, traz reflexões sobre a religiosidade e a tradição cultural do povo dessa comunidade, mesmo que a festa com marcação da igreja católica, não seja um consenso dentre os moradores, pois existe outras igrejas, na comunidade, em número maior, as igrejas evangélicas, que segundo relatos não compartilham do uso de imagens nas celebrações religiosas. Respeitam essa manifestação de fé.

Figura 12 - Coroa do Divino - Comunidade de Macapazinho.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

O Círio Fluvial de Macapazinho, faz 97 anos de festejo, umas das maiores manifestação de fé da região. Há envolvimento de forma direta da comunidade, por meio da diretoria do Círio. Segundo relatos do Sr. R. e Sr. S., memorialista da Comunidade, o Círio já existia, mas ainda não era fluvial. Inicia o Círio Fluvial, há 97 anos, sendo que o primeiro trajeto era da Cabeceira do Rio São João, passando pelo rio Apeú, até Macapazinho, porém era um percurso custoso e mais difícil, devido a correnteza do rio ser contrária, os fiéis chegavam muito tarde e exaustos.

O Círio Fluvial de Macapazinho, foi em virtude de uma promessa do Sr. Emílio do Rosário, nascido em Caraparú, município de Santa Izabel, músico por paixão, mas

agricultor por necessidade, e justo durante um escoamento de sua produção agrícola a Belém, pelo Rio Guamá, houve o naufrágio do barco (uma pequena embarcação de madeira), onde estava com parentes (dois cunhados) que faleceram no naufrágio. Durante sua agonia, no rio, ele, como bom devoto de Nossa Senhora de Nazaré, fez a promessa de agradecimento. A ideia de realizar um Círio Fluvial veio, em parte pela inspiração do Círio Fluvial que já ocorria em Caraparú, e também por andar pela Comunidade, como músico, conhecido na região e ver que poderia ter um Círio, nos moldes que existia em sua terra natal.

Figura 13 - Missa em Boa Vista.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 14 - Romaria pelas águas do Apeú.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

O Círio Fluvial de Macapazinho já completou 97 anos. A segunda maior festa do Círio em Castanhal. Ocorre no primeiro domingo de agosto, seguindo o percurso pelo Rio Apeú, saindo após a missa na Agrovila de Boa Vista, onde às 7h as pessoas se concentram, para a missa campal, com a entrega do manto de Nossa Senhora de Nazaré. Porém, vale ressaltar que nem sempre foi assim.

Logo que foi emitido o título de terras a seu Damaso, 1894, Nossa Senhora de Nazaré já era padroeira da Comunidade, dessa forma, foi instituído uma irmandade para cuidar dessa festa, inclusive para organizar o percurso por terra, num ramal sem casa, deram o nome de estrada do círio, mais ou menos um quilômetro, acontecia no mês de julho. Após a chegada de um Português religioso, chamado de Chico Ruivo, mudaram para agosto, que permanece até hoje.

A jornada dos peregrinos pelo Rio Apeú, da Comunidade Boa Vista à ao Quilombo de Macapazinho, é uma jornada profundamente permeada pela fé e pela devoção, em que o ambiente natural e o sagrado se fundem numa celebração singular. Em cumprimento a promessas e pedidos, os promesseiros continuam a nadar e rezar, a bordo de um barco decorado com flores e a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. No bote, crianças fantasiadas de anjos cantam, enquanto o padre conduz os fiéis, entoando preces e cânticos religiosos que reverberam pelo rio, fundindo-se com o ruído da água e da natureza.

Ao longo dessa jornada, a paisagem exhibe não somente a beleza natural, mas também as mudanças provocadas pelo tempo e pelo comportamento humano. Os residentes da Comunidade Boa Vista recordam que, no passado, o rio era mais profundo, suas margens exuberantes eram enfeitadas com uma variedade de flores, que atualmente estão cada vez mais escassas.

Essas alterações no cenário refletem não só a passagem do tempo, mas também as consequências das ações humanas no ecossistema, que podem impactar a biodiversidade e a harmonia ecológica local. Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves, "o meio ambiente está profundamente conectado à comunidade que o habita, já que é nele que se manifestam as tradições culturais e as lembranças coletivas" (Gonçalves, 2001, p. 72). Portanto, para os habitantes, cada alteração no rio vai além de uma alteração física; é um indicativo de afastamento das origens, já que cada flor e cada curva da água contêm histórias e memórias afetivas.

Portanto, a peregrinação no Rio Apeú transcende uma prática religiosa; é uma expressão de resistência cultural, na qual os peregrinos reafirmam sua ligação espiritual e histórica com o rio, cuja existência é essencial para suas tradições e sobrevivência. Este rito enfatiza a importância de apreciar e salvaguardar o ambiente natural como um patrimônio cultural, assegurando que as próximas gerações possam continuar a reconhecer nos rios e florestas a mesma herança de identidade.

2.4.3.1 O Círio e as mulheres quilombolas em Macapazinho

No Brasil, a comunidade negra abraçou o cristianismo em um cenário intrincado de adaptação e resistência cultural. A imposição do cristianismo pelos colonizadores não se limitou a aceitar novas crenças; envolveu uma reinterpretação das práticas religiosas europeias, que foram formadas com base nas tradições africanas. De acordo com Vicente Salles (2004), o negro "não aceitou a religião branca de maneira simplista e direta, mas a modificou, incorporando elementos de suas crenças ancestrais, resultando em uma religiosidade híbrida e de múltiplas facetas". (2004, p. 213).

O Círio de Nazaré, uma das mais expressivas festas religiosas do Brasil, influencia os hábitos católicos no Pará e seus municípios. Da mesma forma que o Círio Fluvial afeta não apenas a Comunidade de Macapazinho de Castanhal, mas todas as comunidades ao redor. Para muitos, essa comemoração, caracterizada por intensa devoção, representa uma oportunidade para reforçar sua fé e identidade. No entanto, ao analisar as repercussões dessa fé na Comunidade, emerge um contraste com a realidade enfrentada pelos quilombolas. As vivências e conhecimentos dessas mulheres são muitas vezes negligenciados, mesmo outras religiões, que não o cristianismo, sofreram um processo de obscurecimento, em um contexto predominantemente católico.

As práticas religiosas no Círio Fluvial de Nazaré, com suas raízes fortemente católicas, espelham um modelo patriarcal que intensifica as funções de gênero convencionais. A história da Igreja Católica tem apoiado a concepção de que a função feminina deve ser focada na devoção e submissão, especialmente em locais onde a tradição é o alicerce das atividades religiosas, conforme Costa (2010), isso é particularmente evidente nas comunidades quilombolas, onde a religiosidade feminina é comumente manifestada de maneira diferente da ortodoxia católica, resultando, assim, em marginalização. (2010, p.45).

Figura 15 - Tingimento da Serragem.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 16 - Preparativos do Almoço do Círio.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

As imagens retratam alguns trabalhos realizados pelas mulheres (mais jovens) quilombolas em Macapazinho, a mistura de tinta na serragem serve para fazer o tapete de serragem na escadaria, descida da igreja para o trapiche, por onde a imagem da Santa passa, após o trajeto pelo Rio Apeú. As mulheres (mais velhas) também são incumbidas de fazer a comida, para os organizadores e parceiros do Círio, e para vender aos participantes, para angariar fundos para a igreja da Comunidade.

Em Macapazinho, as mulheres quilombolas têm um papel crucial na manutenção de tradições culturais e religiosas que se diferenciam de certas práticas do catolicismo. Conforme Carneiro (2005), essas mulheres preservam práticas religiosas e conhecimentos ancestrais que são fundamentais para a identidade e resistência da comunidade, mas que a supremacia católica muitas vezes obscurece. Isso acentua uma dupla marginalização: suas vozes como mulheres e quilombolas são constantemente caladas em um ambiente religioso que não valoriza adequadamente a variedade de manifestações de fé e espiritualidade. (Carneiro, 2005, p. 78).

No Círio Fluvial de Macapazinho, a religiosidade não só exalta a fé e a comunidade, mas também contribui para a proteção de um local onde as mulheres são invisibilizadas. A hegemonia católica, além de estabelecer padrões religiosos aceitos, legitima uma estrutura social onde as mulheres, particularmente as negras e quilombolas, são vistas como secundárias. (Akotirene, 2019, p. 56)

O Círio de Nazaré, além de ser uma importante expressão cultural, contribui para a perpetuação da invisibilidade das mulheres quilombolas de Macapazinho, devido à sua herança colonial e patriarcal, onde a mulher ocupa papéis sociais secundários, como o da cozinha, onde a mulher fica afastada do evento e está para servir os homens que estão na linha de frente da cerimônia.

Este cenário diminui a visibilidade das mulheres quilombolas nos locais de poder e decisão, tanto no âmbito comunitário quanto nas relações externas. Na Comunidade de Macapazinho, essa situação é evidente: as mulheres que contribuem através de suas tradições culturais e religiosas não conseguem expressar, completamente, sua missão, pois a religião local, as impede de expressar completamente o que fazem. (Akotirene, 2019, p. 56)

2.5 As Políticas Públicas para mulheres quilombolas: construções e desafios

Atualmente, no Brasil existem várias políticas públicas instituídas para povos quilombolas, esta pesquisa considerou, de forma mais densa, as políticas públicas de cultura, saúde e educação. Porém, traz considerações sobre as demais políticas que ao longo do trabalho foram identificadas e mapeadas, em âmbito do Quilombo de Macapazinho.

A garantia dos direitos das mulheres quilombolas é uma parte importante da luta pela dignidade nos quilombos. Esses direitos incluem igualdade de gênero, acesso à educação, cuidados médicos e participação nas decisões comunitárias. É essencial considerar e respeitar a diversidade cultural das comunidades quilombolas, bem como valorizar as contribuições culturais e históricas que elas fizeram e fazem para a sociedade.

No Brasil, as políticas governamentais direcionadas às mulheres quilombolas visam corrigir injustiças históricas e garantir direitos específicos para esse grupo. No entanto, é essencial enfatizar que a implementação eficaz dessas políticas muitas vezes traz desafios e obstáculos. Há diversas comunidades quilombolas no Pará que partilham a mesma situação. Este estudo tratará de alguns assuntos relacionados às mulheres quilombolas no Brasil, concentrando-se particularmente no Pará e na região de Castanhal.

No ano de 2012, o Brasil estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, direcionando as instituições de ensino a desenvolverem currículos contextualizados e ajustados às realidades dos quilombolas. As orientações promovem a inclusão de conhecimentos ancestrais, narrativas de resistência e elementos culturais das comunidades quilombolas nos currículos escolares (Brasil, 2012, p. 45).

É essencial que as instituições de ensino quilombolas considerem os valores e conhecimentos particulares dessas comunidades para que a educação seja inclusiva e relevante. Conforme Gomes (2003), a valorização da história e das tradições culturais afro-brasileiras é crucial para a construção de uma identidade positiva entre os jovens quilombolas, auxiliando na batalha contra o racismo e a discriminação, tanto no contexto escolar quanto fora dele. (2003, p.1988). Ela ressalta que "a educação quilombola deve se fundamentar nas vivências comunitárias para promover o aprendizado e a valorização das origens culturais".

É essencial implementar políticas públicas direcionadas às mulheres quilombolas com o objetivo de promover a igualdade de gênero, o reconhecimento cultural e aprimorar as condições de vida dessas comunidades. A elaboração dessas políticas deve considerar as demandas, obstáculos e desejos das mulheres quilombolas. Uma outra ação crucial nas políticas públicas é proporcionar chances de geração de renda para mulheres quilombolas através de formações, treinamentos e acesso ao microcrédito. Envolver-se em atividades econômicas como o artesanato, a agricultura sustentável e o turismo cultural podem contribuir para a obtenção de rendimentos financeiros.

Ademais, é essencial que as políticas públicas tratem da violência de gênero nas comunidades quilombolas, ampliando a sensibilização, consolidando as redes de suporte e proporcionando salvaguardas para as mulheres. Também incentivo as mulheres quilombolas a participarem das decisões, em suas comunidades e em escalas mais abrangentes, fomentando sua representação política e liderança. No Quilombo de Macapazinho, essa participação, ainda é muito tímida, nos poucos momentos observados, estão nos papéis secundários, seja na Associação de Remanescente de Quilombo, seja nos eventos culturais, essa timidez me provocou a entender mais sobre esse silenciamento.

A valorização e preservação da cultura e tradições das mulheres quilombolas é outro aspecto primordial que as políticas públicas devem levar em conta. Isso pode ser obtido promovendo sua presença em eventos culturais, iniciativas de resgate de conhecimentos ancestrais e fortalecendo sua autoestima e imagem pessoal. Garantindo o acesso justo à justiça para as mulheres quilombolas e combatendo o preconceito.

É importante enfatizar que as mulheres quilombolas, organizações da sociedade civil (Associação Remanescente de Quilombolas de Macapazinho), instituições acadêmicas e o governo devem cooperar na formulação dessas políticas públicas. Ademais, é essencial que as políticas sejam acompanhadas e avaliadas regularmente para assegurar que gerem os resultados esperados.

No Brasil, existem leis e políticas que abordam as demandas das mulheres quilombolas. Aqui estão algumas das referências legais mais importantes:

- Constituição Federal de 1988 (CF/88): A Constituição estabelece o direito à igualdade e à não discriminação, garantindo a proteção dos direitos das mulheres em geral. Além disso, reconhece a importância da preservação das culturas das comunidades quilombolas.
- Decreto nº 4.887/2003: Este decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas. Ele estabelece o direito dessas comunidades à posse definitiva de suas terras, reconhecendo a importância da preservação cultural e das atividades tradicionais.
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM): O PNPM é uma política governamental que visa promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres em diversas áreas. Ele reconhece a necessidade de políticas específicas para as mulheres quilombolas, considerando suas particularidades.
- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN): Essa política busca enfrentar as desigualdades raciais na saúde, incluindo a saúde das mulheres negras e quilombolas. Ela promove o acesso a serviços de saúde de qualidade e sensíveis às questões raciais e de gênero.

- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010): Esta lei estabelece diretrizes para a promoção da igualdade racial no Brasil, incluindo medidas específicas para a população quilombola. Ela reconhece a importância de ações afirmativas e de políticas de valorização da cultura e história dessas comunidades.
- Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR): O PLANAPIR é um instrumento que visa promover a igualdade racial no país. Ele inclui ações voltadas para a promoção dos direitos das mulheres quilombolas, como o acesso a políticas de saúde, educação e empoderamento econômico.
- Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Embora não seja especificamente direcionada às mulheres quilombolas, a Lei Maria da Penha é uma importante legislação de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, beneficiando todas as mulheres, incluindo os quilombolas.

2.5.1 Educação: “Quilombola”

A metodologia de ensino quilombola valoriza e honra a cultura, história e tradições dos quilombos, comunidades formadas por descendentes de escravos que resistiram à opressão e mantiveram suas tradições culturais ao longo dos séculos. Este método de ensino visa ouvir as mulheres da comunidade para que possam expressar suas perspectivas sobre a aplicação dessa política na área. O que deve ser destacado é o acesso a uma educação de alto padrão que preza e valoriza as tradições, culturas e identidades pessoais.

Portanto, é possível afirmar que a Educação Quilombola é a 'original', caracterizada pela liberdade de expressão de um povo. Neste contexto, o termo "Educação" ganha um significado mais abrangente e intrincado, pois comporta significados subjetivos e marcantes para as pessoas envolvidas na relação, (Santana, 2005, p.121) auxiliando assim na expansão da cidadania de um povo.

Cavalcante (2017) publicou um artigo intitulado "Políticas públicas de educação quilombola no Brasil: progressos e obstáculos", no qual analisa as políticas públicas ligadas à educação quilombola no Brasil, desde a sua criação até a atualidade. O escritor destaca as vitórias e desafios na execução dessas políticas, além de propor

estratégias para sua execução, que incluem a capacitação de docentes e a elaboração de currículos contextualizados.

Para este trabalho, se fez necessário as consultas das normativas e legislações que regem a educação quilombola. Existem várias legislações que tratam da educação quilombola no Brasil, entre elas:

- Lei nº 10.639/2003 - Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de educação básica.
- Decreto nº 4.887/2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- Parecer CNE/CEB nº 3/2004 - Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
- Resolução CNE/CEB nº 1/2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- Lei nº 12.711/2012 - Estabelece critérios para a reserva de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, incluindo os estudantes das comunidades quilombolas.
- Portaria Interministerial nº 1.040/2014 - Institui o Programa Brasil Quilombola, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, incluindo ações para a educação.

Essas leis são fundamentais para assegurar que as comunidades quilombolas tenham acesso a uma educação de qualidade, fomentando a inclusão social e valorizando sua cultura e tradições. A Constituição Federal de 1988, a principal lei brasileira, especialmente o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante às comunidades quilombolas o direito de possuírem suas terras. (BRASIL, 2011).

Conforme Gonçalves e Silva (2012), A educação quilombola é uma abordagem pedagógica que tem como objetivo valorizar e reconhecer a cultura, a história e as tradições das comunidades quilombolas, promovendo sua inclusão social e garantindo o acesso a um ensino de alto padrão. Segundo a autora, é fundamental que a educação quilombola seja contextualizada e ajustada a cada comunidade, levando em conta suas características únicas e demandas. Além disso, a autora enfatiza a importância do treinamento de professores para atuar nesses contextos, bem como a execução de políticas públicas que assegurem o acesso à educação para as comunidades quilombolas.

Conforme as últimas informações e políticas externas relacionadas à educação quilombola, as diretrizes e normas estabelecem uma estrutura específica para escolas que acolhem estudantes quilombolas. Em 2020, foram identificadas aproximadamente 2.526 escolas quilombolas no Brasil, atendendo a uma média de 275.132 alunos. Embora esses números indiquem uma presença, muitas dessas instituições enfrentam obstáculos como acesso limitado à educação, dificuldades de transporte e distâncias significativas para os alunos, especialmente nas áreas rurais onde esses centros estão situados.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, encarregada de gerir a política nacional para a promoção e preservação da cultura negra no Brasil, até o final de 2023, existiam no país 3.591 comunidades quilombolas reconhecidas. O reconhecimento quilombola é apoiado pelo Decreto no 4.887 de 2003, e a Fundação Palmares não conduz uma avaliação direta, adotando o princípio de autodefinição, conforme estabelecido na Convenção 169 da OIT, que estabelece as características culturais e territoriais das comunidades remanescentes de quilombos. Estas informações recentes sublinham a importância de ações governamentais que reforçam as políticas de proteção territorial e o acesso aos direitos fundamentais.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2020, no Pará, existem cerca de 329 instituições educacionais que atendem estudantes quilombolas em áreas rurais. No entanto, nem todas essas instituições de ensino estão localizadas em territórios de quilombos remanescentes. Lamentavelmente, a quantidade de escolas particulares em áreas remanescentes de quilombos no Pará não é exata. Isso demonstra um processo de invisibilidade das políticas do governo em relação às

comunidades quilombolas. É dever do Estado superar essa dolorosa situação e cabe à sociedade civil pressionar o governo para que implemente políticas públicas que garantam o direito à singularidade da Educação Escolar Quilombola.

No Pará, há diversas comunidades quilombolas, algumas situadas em regiões de difícil acesso e infraestrutura insuficiente. A educação escolar nessas comunidades é um desafio, porém também uma necessidade para o avanço e fortalecimento das comunidades quilombolas. A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) tem a responsabilidade de garantir o acesso a um ensino de excelência para as comunidades quilombolas no Pará. A prioridade deve ser dada às iniciativas de: Formação de professores; elaboração de currículos personalizados; fortalecimento das instituições educacionais nas comunidades quilombolas; inclusão de estudantes quilombolas em programas de ações afirmativas; identificação e delimitação das terras quilombolas. Essas medidas são essenciais para impulsionar a educação escolar em comunidades quilombolas no Pará, assegurando o acesso a uma educação de alto padrão e valorizando a cultura e as tradições dessas comunidades.

Em Macapazinho, a comunidade tem uma relação muito íntima com a escola, essa afirmativa, é em decorrência da história contada pelos mais velhos. A escola, antigamente, ficava próxima a “boca” do rio São João, afluentes que se encontra com o rio Apeú. Segundo informações, era na casa da Prof^a. Maria Bandeira, a qual lecionava para às crianças da Comunidade. A partir da década de 40, já havia prédio próprio, com o nome de Escola Primária do Estado, a professora Bandeira continuou lecionando, era de família tradicional de Castanhal, respeitada por uma postura ativa.

Atualmente, a instituição de ensino continua no mesmo local, com o nome de Escola Municipal Quilombola Professora Maria Bandeira, uma homenagem a primeira professora de Macapazinho, que alfabetizou muitos moradores, não só do quilombo, mas das outras comunidades circunvizinhas.

Indo nessa linha, a pesquisa foi direcionada para somar na dissertação e no entendimento da organização da política de educação quilombola, em âmbito do município de Castanhal, onde há uma Secretaria Municipal, considerada gestão plena e que em 2020, por meio da Lei Municipal nº 01 de janeiro de 2020, altera a nomenclatura da identificação das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino

Fundamental, localizada em territórios quilombolas. Entre elas a Escola Maria bandeira Braga localizada na agrovila de Macapzinho, passando a ser chamada Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Professora Maria bandeira Braga

Esse processo foi motivado, inicialmente, pela autodefinição da certificação, conforme registro emitido pela Fundação Palmares 2017. Depois, em 2018, iniciou-se outro processo, via SEMED, através do Núcleo de Educação do Campo e do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade. Lembrando que a educação Escolar quilombola é uma modalidade muito recente, em âmbito da educação brasileira, e ainda muito desconhecida em alguns municípios.

Sem esquecer, que os avanços nessa situação, iniciou com uma articulação institucional, passando por uma conversa com lideranças, educadores, instituições de ensino e representantes não governamentais (Conselho de Educação e Sociedade Civil). A fundamentação legal está pautada, principalmente, na seção sete do artigo 41 da Resolução CNE/CEB nº 04/2010, inscrita como modalidade de ensino, a ser desenvolvida em unidades educacionais situadas em terras ocupadas por povos e comunidades remanescente de Quilombos.

Essa trajetória burocrática passou pelo Conselho Municipal de Educação, que fez algumas observações em relação a regulamentação, do funcionamento da escola no quilombo, da implementação do Projeto Político Quilombola - PPQ e outras observações. A fundamentação legal, segue a C.F de 88, Convenção 169 da OIT, Decreto nº 5.051 de 2004 e o Decreto Federal nº6.040 de 2007 e demais legislações pertinentes que cabe na questão. Após as discussões e tratativas iniciais, o processo foi em direção ao legislativo, para a aprovação da Lei, baseada no estudo e na fundamentação legal. Em 2020, a Lei de inclusão do nome Quilombola, no nome da escola, foi aprovada e conseguinte apresentada à comunidade.

Figura 17 - E.M.I.FQ. Prof. Maria Bandeira Braga.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

Figura 18 - E.M.E.F Francisco Ferreira Matos.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

A Escola de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola Professora Maria Bandeira Braga, em 2024, estava com 77 alunos, com turmas no Maternal a partir de três anos (11alunos), educação infantil, na idade de quatro e cinco anos (17 alunos), nas séries 1º ano e 2º ano (21 alunos), na série 3º ano (12 alunos) e 4º e 5º anos (16 alunos), contemplando a educação infantil ao ensino fundamental menor que vai do 1º ano ao 5ºano. Na Escola Nuclear Francisco Ferreira de Matos, 20 alunos, divididos em duas turmas, uma mista de quatro e cinco anos (8 alunos) e outra multiseriada do 1º ao 5º ano (12 alunos).

A educação escolar é um desafio, ora pela falta de recursos pedagógicos adequados, ora pela ausência do plano de educação permanente de educação quilombola para o corpo técnico da escola de Macapazinho. No entanto, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas para garantir o acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes quilombolas. Tais como: maior interação com o Quilombo, projetos transversais que incentivam a ancestralidade e saberes, como cultivo de horta com ervas medicinais, palestras e participação nos eventos culturais da Comunidade.

A Escola tem incentivado iniciativas de inclusão social e cidadania, através de colaborações das entidades não governamentais para assegurar investimentos em infraestrutura e recursos didáticos, com o objetivo de valorizar a cultura quilombola. Em 2023, a Comunidade, recebeu a visita do programa nacional Vaga Lume. Que vieram enloco e efetivaram visitas nas residências dos alunos matriculados na escola, cujo objetivo era identificar e mapear perfis dos alunos, para a implementação do

projeto de uma biblioteca. Em 2024, essa biblioteca foi inaugurada, num espaço que já existia na comunidade, mas estava ocioso, um local com vista para o Rio Apeú.

2.5.2 Saúde Quilombola

Este subtítulo tem como objetivo destacar as necessidades de saúde das mulheres quilombolas, ressaltando as vulnerabilidades estruturais, tais como o racismo institucional que essas mulheres enfrentam, particularmente no cenário do Quilombo de Macapazinho. A legislação que orienta as políticas de saúde para comunidades quilombolas no Brasil é fundamentada em um conjunto de diretrizes que buscam fomentar a igualdade e satisfazer as particularidades culturais e sociais desses grupos.

Os marcos legais fundamentais incluem: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990); Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/2017); Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria nº 992/2009) e Programa Brasil Quilombola (PBQ). Estes instrumentos jurídicos definem os fundamentos para políticas públicas de saúde destinadas às comunidades quilombolas, com o objetivo de superar desigualdades e demandas, como as especificidades socioculturais e territoriais desses grupos.

A Unidade de Saúde da Família “Maria Monteiro” de Macapazinho foi implantada na Comunidade, a partir da década de 90, com a finalidade de proporcionar saúde e bem estar aos moradores da Comunidade. Maria Monteiro era uma atuante parteira na Comunidade, uma verdadeira referência para outras mulheres. Atualmente, a Unidade conta com uma estrutura melhorada, falas dos servidores mais antigos. Quadro técnico de Enfermeiros, Médicos (Clínico Geral), Técnicos e Agente de Saúde Comunitária - ACS, importante salientar que alguns desses profissionais são mulheres quilombolas do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e que residem na Comunidade. Os atendimentos seguem orientação do Serviço Estratégia Saúde da Família - ESF do Sistema Único de Saúde - SUS, ligada a Proteção Primária, com finalidade maior de prevenção e atendimentos sem complexidade.

Figura 19 – U.S.F. “Maria Monteiro”.



Fonte: Quadros, Carmem (2023)

Figura 20 - Academia de Saúde.



Fonte: Quadros, Carmem. (2023)

O Programa Academia da Saúde (PAS), introduzido em 2011, é uma tática de promoção da saúde e produção de cuidado que se baseia na criação de espaços públicos denominados polos, onde são proporcionadas atividades físicas à população. Estes centros integram a rede de Atenção Primária à Saúde, possuindo infraestrutura, equipamentos e profissionais capacitados.

Atuam como um ponto focal no território, reforçando as ações de promoção da saúde em conjunto com outros programas e iniciativas de saúde, tais como a Estratégia Saúde da Família. A Academia de Saúde da Comunidade de Macapazinho, foi implantada em 2021, com intuito de dar suporte às atividades da Unidade de Saúde, porém ainda não funciona como preconiza o Programa citado. Durante a pesquisa, era comum ver crianças fazendo uso dos equipamentos para brincar, dessa forma, enquanto não se efetiva a Política, as crianças deram uso social aos equipamentos.

Essa Unidade de Saúde atende a uma variedade de pessoas, incluindo uma quantidade considerável de idosos (mais de 120 idosos). A Unidade possui uma ambulância para atendimentos emergenciais, assegurando uma resposta ágil em circunstâncias críticas. Em relação à equipe, a coordenação é conduzida por uma mulher quilombola, residente do próprio quilombo, o que intensifica a ligação com a comunidade. Quatro Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que trabalham no local, três são mulheres do Quilombo, o que fomenta uma interação recíproca baseada na confiança e no entendimento das dinâmicas locais. Esta proximidade cria vínculos de amizade e respeito, que, dependendo da relação do ACS, simplificam a realização do trabalho.

Desde 2003, a comunidade afrodescendente vem exigindo, na saúde pública do país um enfoque específico para satisfazer suas demandas, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. No entanto, muitos grupos tradicionais, incluindo comunidades ribeirinhas, comunidades de terreiros e quilombolas, ainda são negligenciados pelo governo. A falta de um serviço que considere os aspectos socioculturais dos povos mencionados, juntamente com o preconceito e o racismo dos profissionais de saúde, coloca os pacientes em situações de infrações aos direitos humanos.

De acordo com Sueli Carneiro, a marginalização das mulheres negras no sistema de saúde espelha uma longa história de exclusão social e racial, destacando a relevância de uma visão que considere a interseccionalidade como um recurso analítico fundamental (Carneiro, 2011, p.45). Carneiro classifica como "genocídio simbólico" a invisibilidade e o desprezo pelas necessidades particulares das mulheres quilombolas. A ausência de políticas de saúde adequadas para essas mulheres leva a uma negligência institucional constante.

Jurema Werneck também argumenta que as brasileiras negras enfrentam uma "vulnerabilidade programada" no acesso à saúde, uma condição mantida por práticas institucionais que ignoram as especificidades das experiências dessas mulheres (Werneck, 2010, p. 28). Conforme Werneck, essa fragilidade está associada ao racismo institucional, que se expressa tanto na falta de ação quanto no desprezo às suas necessidades particulares. Ela esclarece que o sistema de saúde pública frequentemente falha em atender essas mulheres de maneira integral, resultando em um atendimento insatisfatório e excludente. Este procedimento institucional reflete uma vasta história de discriminação racial, conforme ressaltado por Sueli Carneiro, que descreve o impacto deste "genocídio simbólico" no sistema de saúde como um resíduo colonial ainda presente nas políticas de saúde do Brasil (Carneiro, 2011).

A pesquisa solicitou informações sobre os indicadores de mortalidade e natalidade, porém não obtivemos retorno. O que nos deixa reflexiva sobre como as mulheres dessa Comunidade são estudadas e quais maiores incidências de saúde as acometem.

2.5.3 Dados sobre as mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola de Macapazinho.

A pesquisa também analisou dados do Cadastro Único, de acordo com o art. 2º do Decreto Federal nº 6.135 de 26 de junho de 2007, esse cadastro é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, além de subsidiar as políticas públicas nos entes federativos, a competência é do Ministério do Desenvolvimento Social, porém a inclusão de famílias é realizada nos municípios. Em Castanhal, a Secretaria Municipal de Assistência Social faz esse gerenciamento.

Dessa forma, o quadro socioeconômico da comunidade, segundo o CadÚnico, são 183 famílias inscritas e 472 pessoas cadastradas. Esses dados apresentam o seguinte perfil de renda, considerados pobreza (1) 61 famílias, com renda de até R\$ 109, 00. Considerados pobrezas (2) 32 famílias, com renda de R\$ 109, 00 até R\$ 218, 00. Os de baixa renda 47 famílias e com renda acima de meio salário mínimos são 43 famílias, totalizando 183 famílias.

A política de transferência de renda se faz importante nesse território, pois contribui para amenizar a situação de extrema vulnerabilidade dessas mulheres, o que por meio de programas como o Programa Bolsa Família – PBF funcionou com a população mais pobre desse país. Mas deve-se oferecer e estimular os instrumentos de qualificação profissional para que essas mulheres permaneçam na nova situação econômica e social de forma independente, gerando consumo e mais renda, sendo capaz de criar seus filhos e ter uma vida digna sem programas de transferência de renda.

Em 2019, foi inaugurado o primeiro prédio da Assistência Social, ligada ao Cras do Milagre, chamado Centro de Convivência, vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social do Milagre, com intuito de fortalecimento de vínculos e direcionar ações de proteção social e trabalhar prevenção com as famílias do Quilombo. Os serviços direcionados para idosos, jovens e crianças aconteceram até final de 2020. Porém, em 2021, os serviços foram desativados e durante as entrevistas algumas mulheres relataram a falta que essas atividades faziam em suas vidas.

Sobre o perfil social das mulheres quilombolas da Comunidade de

Macapazinho. No que tange a identidade de sua etnia, das 183 mulheres analisadas, 74%, (135) mulheres declararam-se pardas, 6,5%, (12) mulheres definiram-se brancas e 19,5% (36) dessas mulheres se reconhecem pretas.

A Política Pública de Educação é uma ferramenta ímpar para fortalecer e empoderar mulheres, mas percebe-se que na Comunidade de Macapazinho, é necessário melhores estratégias para alcançar esses resultados. Dessas famílias, o cenário educacional, está da seguinte forma: 39 pessoas não possuem instrução, 62 pessoas possuem o ensino fundamental incompleto, 30 pessoas possuem o ensino fundamental completo, 24 pessoas possuem o ensino médio incompleto, 64 pessoas possuem o ensino médio completo, 13 pessoas apresentaram o grau de ensino superior incompleto ou completo ou com grau a mais de instrução e 11 não responderam.

A escolaridade dessas mulheres retratadas na base do cadastro único, mostra o quadro precário de escolaridade, que em parte pode estar interligado a herança colonial, em outra ao racismo estrutural e institucional, que provoca diretamente a escassez de investimentos, a ausência de recursos pedagógicos que valorizem a identidade quilombola. Além de lidar com o racismo, as mulheres quilombolas também enfrentam desigualdades de gênero, a sobrecarga de tarefas domésticas e a atenção à família, que frequentemente dificultam a prossecução dos estudos e a ausência de creches e programas de suporte para mães que estudam.

Isso mostra, que a comunidade quilombola estudada, tem uma realidade socioeconômica frágil, não só na questão renda, mais também, na questão educacional e de saúde, fragilidades que refletem vulnerabilidades que implicam em tomadas de decisões dos gestores para criarem medidas que fortaleçam as políticas públicas, nesse território.

Isto posto, percebemos que a mulher quilombola dessa comunidade, vive situações de pobreza e de desproteção social e que discutir e debater políticas públicas nesse território requer pensar essa mulher em sua totalidade.

2.5.4 Avaliação das Políticas Públicas no Quilombo de Macapazinho

O Quadro abaixo retrata uma parte do questionário aplicado com 30 mulheres quilombolas, na Comunidade de Macapazinho.

Quadro 2 - Avaliação das Políticas Públicas no Quilombo de Macapazinho.

| Descrição | Ruim | Regular | Bom | Ótimo |
|---|------|---------|-----|-------|
| Como você avalia a qualidade de vida na sua comunidade? | 2 | 5 | 17 | 6 |
| Como você vê a oferta de emprego em Castanhal para mulheres negras? | 6 | 14 | 7 | 1 |
| Como você vê a qualidade de oferta de moradia em Macapazinho? | 5 | 6 | 16 | 3 |
| Como você avalia a política cultural na comunidade? | 5 | 12 | 12 | 1 |
| Como você avalia a política de esporte e lazer na comunidade? | 6 | 16 | 8 | 0 |
| Como você avalia o gerenciamento de resíduos sólidos (coleta, transporte e destinação final do lixo) na sua localidade? | 8 | 13 | 8 | 1 |
| Como você avalia a qualidade dos recursos hídricos (igarapés, canais e rios) | 10 | 8 | 10 | 2 |
| Como você avalia a política ambiental na comunidade? | 11 | 11 | 7 | 1 |
| Qual o estado de conservação da sua rua? | 6 | 8 | 14 | 2 |
| Como você avalia os serviços de atendimento básico de saúde (consultas e exames laboratoriais básicos)? | 1 | 9 | 19 | 1 |
| Como avalia os serviços de atendimentos de média e alta complexidade (consultas/exames especializados e serviço hospitalar) em Castanhal? | 5 | 12 | 12 | 1 |
| Como você avalia a qualidade do ensino público municipal na comunidade? | 2 | 13 | 14 | 1 |
| Como você avalia a qualidade da merenda escolar municipal? | 2 | 7 | 20 | 1 |
| Como você avalia a qualidade do transporte escolar municipal? | 0 | 6 | 22 | 2 |
| Como você avalia a mobilidade (fluidez e segurança) nos ramais? | 11 | 6 | 13 | 0 |
| Como você avalia os serviços de transporte coletivo? | 5 | 9 | 15 | 1 |
| Como você avalia a qualidade da iluminação pública na comunidade? | 9 | 6 | 14 | 1 |
| Como você avalia a qualidade da pavimentação das ruas na comunidade? | 6 | 16 | 7 | 1 |
| Como você avalia o serviço de saneamento básico (abastecimento de água, rede de esgoto e coleta regular de lixo) na sua localidade? | 5 | 6 | 18 | 1 |
| Como você avalia a atuação da Secretaria Municipal de Agricultura? | 12 | 9 | 8 | 1 |
| Como você avalia a oferta de serviços da política de Assistência Social na comunidade, por meio dos equipamentos (Cras, Creas, Cadunico)? | 7 | 11 | 9 | 1 |
| Como você entende a visibilidade social da mulher na comunidade? | 2 | 10 | 17 | 1 |

Fonte: Quadros, Carmem (2023)

A metodologia utilizada para a análise dos dados foi principalmente descritiva, analisando percepções coletadas por meio da pesquisa de campo. A análise descritiva é uma técnica que permite a identificação de padrões e tendências por meio de um resumo das características principais dos dados. Este tipo de análise é essencial quando o objetivo é fornecer uma visão geral das reações dos participantes às variáveis estudadas.

Este método é particularmente eficaz em estudos que procuram entender as percepções e avaliações dos sujeitos sobre problemas específicos; por exemplo, os serviços públicos e a qualidade de vida em Macapazinho, são exemplos de problemas em que este método é eficaz.

A utilização de tabelas e gráficos facilita a visualização dos dados e a identificação de padrões na análise descritiva. Assim, os dados foram organizados e interpretados para obter uma melhor compreensão das opiniões e percepções das mulheres quilombolas sobre vários aspectos da vida comunitária, como emprego, saúde, educação e visibilidade social.

A análise dos dados fornece uma melhor compreensão das percepções da comunidade sobre os serviços e a qualidade de vida na região de Castanhal, com especial atenção às mulheres negras. A ideia por trás da análise é que as políticas públicas devem ser consideradas em função de seus objetivos e de como impactam a vida cotidiana das pessoas, especialmente as mulheres quilombolas.

A avaliação da qualidade de vida da comunidade foi, predominantemente positiva, com 17 pessoas classificando-a como "Boa" e 6 pessoas classificando-a como "Ótima". Mas as avaliações "Ruim" e "Regular" têm 7 respostas, o que indica que ainda há coisas a melhorar. De acordo com Djamila Ribeiro (2019, p. 45), "a experiência vivida por mulheres negras em contextos de marginalização é marcada por uma constante negociação entre resistir e sobreviver", o que indica que, mesmo nos casos em que a qualidade de vida das mulheres é considerada boa, podem haver desafios estruturais subjacentes que afetam sua percepção.

A oferta de emprego é percebida de forma crítica, com a maioria (14) avaliando-a como "Regular" e 6 como "Ruim". Apenas 1 pessoa considera a oferta de empregos como "Ótima". Esta visão reflete as dificuldades que as mulheres negras enfrentam

no mercado de trabalho, conforme apontado por Sueli Carneiro (2003, p. 22), que discute o conceito de "confinamento social" e como ele limita as oportunidades econômicas para as mulheres negras, levando a uma situação de precariedade e exclusão.

A avaliação da política de esporte e lazer da comunidade é predominantemente negativa, com 16 avaliações classificadas como "Regular" e 6 avaliações classificadas como "Ruins". Lélia Gonzalez (1988, p. 73) descreveu o conceito de "racismo institucional", que pode ajudar a entender esta percepção. Ele explica como as políticas públicas frequentemente ignoram as necessidades das comunidades negras, o que resulta em falta de infraestrutura e serviços adequados.

Existe uma interessante divisão sobre a qualidade dos serviços públicos, como saúde e educação. 19 participantes avaliaram a qualidade dos serviços de atendimento básico de saúde como "Boa", mas os serviços de complexidade média e alta receberam avaliações menos positivas. Além disso, 22 pessoas dizem que o transporte escolar é "Boa", mas a mobilidade nos ramais é principalmente "Regular" ou "Ruim". "As diferenças no acesso a serviços básicos entre diferentes grupos sociais revelam as desigualdades estruturais enraizadas em nossa sociedade", afirma Ribeiro (2017, p. 89).

A visibilidade social das mulheres na comunidade recebe 17 avaliações "Boas". Mas doze pessoas a consideram apenas "Regular" ou "Ruim", indicando que há muito caminho a percorrer para uma verdadeira equidade. "A luta das mulheres negras pela visibilidade e reconhecimento é uma luta contínua, que desafia as narrativas dominantes e busca criar um espaço onde suas vozes possam ser ouvidas", afirma Angela Davis (2016, p. 66).

A avaliação dos dados indica que, mesmo com algumas características positivas da vida comunitária, ainda existem grandes desafios a serem solucionados. Isso é particularmente relevante para o trabalho, políticas públicas de esporte e recreação e a visibilidade social das mulheres negras. As citações de escritoras negras, tais como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Angela Davis, contribuem para contextualizar e ampliar o entendimento desses dados. Também

evidenciam a necessidade de as políticas públicas serem mais inclusivas e considerarem as particularidades das mulheres negras em comunidades quilombolas.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO: VIVÊNCIAS E ANCESTRALIDADE, UM PROCESSO LATENTE DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE MACAPAZINHO.

A invisibilidade social das comunidades quilombolas é uma herança do período colonial e é mantida pela falta de reconhecimento e inclusão dessas populações nas políticas públicas. (Munanga e Gomes, 2006, p. 71).

As mulheres nas comunidades quilombolas, especialmente na Comunidade de Macapazinho de Castanhal, tornam essa situação mais clara. O trabalho com elas foi um grande desafio, porque os vestígios deixados pelo processo colonial, ainda estão presentes nas instituições e em seus locais de vivências. Como enfatiza Sueli Carneiro, “o confinamento social é uma das formas de exclusão que ainda persistem, limitando o acesso dessas mulheres aos espaços de poder e decisão” (2005, p. 45). Em muitos momentos, elas são invisibilizadas nos debates políticos e sociais, bem como nas ações, serviços e programas que deveriam garantir seus direitos.

Ao implementar políticas públicas voltadas para mulheres quilombolas, é crucial levar em conta e superar esses obstáculos históricos e estruturais. A batalha delas não se limita a direitos fundamentais, mas também a reconhecimento e valorização de sua cultura. Segundo Gonzales (1988, p. 32). "A questão racial e de gênero está intrinsecamente ligada, exigindo políticas que abordem simultaneamente essas duas dimensões de opressão."

Assim, para lidar com as questões das mulheres quilombolas, é imprescindível um entendimento amplo dos contextos sociais, culturais e históricos que influenciam suas existências. O propósito deste estudo é expor essas realidades, promovendo um diálogo franco e dedicado à justiça social. É fundamental que as políticas públicas sejam formuladas de maneira colaborativa, assegurando que as mulheres quilombolas sejam ouvidas e respeitadas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.1 - Perfil das mulheres quilombolas entrevistados

Para cumprir o propósito estabelecido pelo estudo, procurou-se por mulheres negras adultas, quilombolas, pertencentes à comunidade quilombola de Macapazinho,

com 18 anos a 85 anos, que vivem na localidade e que concordassem em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento, Livre e Esclarecido. As mulheres participantes do estudo, tinham conexão, a grande maioria, com a sra. Aline, principal articuladora na Comunidade. A qual fez a indicação e mediou o acesso às mulheres, inicialmente, para responder os questionários e depois para as entrevistas.

A partir deste ponto, apresento-lhes as 10 (dez) participantes deste estudo, no entanto, visando preservar a identidade delas, para cada entrevistada foi atribuído um número indicando a ordem crescente de 01 até 10.

Quadro 3 - Perfil Socioeconômico das Entrevistadas.

| Entrevistadas | Idade | Raça/co r | Escolaridade | Estado Civil | Vínculo laboral | Benêfí cio Assist enciais | Mora com | Renda Familiar | Filho |
|---------------|-------|--------------|---------------------------|-----------------|--------------------------------|------------------------------------|----------------------|-------------------------------|-------|
| 1 | 70 | Parda | Fundamental Incompleto | casada | aposentada | não | 4 pessoas ou mais | Até 1 salário mínimo | 3 |
| 2 | 81 | Parda | Fundamental Incompleto | casada | autônoma | não | 3 Pessoas | Sem renda declarad a | 7 |
| 3 | 20 | Preta | Superior Incompleto | solteira | empregada (meio período) | não | 3 pessoas | 1 a 3 salário mínimo | - |
| 4 | 44 | Preta | Médio Incompleto | casada | empregada | não | 4 pessoas | 1 a 3 salário mínimo | 2 |
| 5 | 85 | Parda | Fundamental Incompleto | viúva | aposentada | não | 4 pessoas | 1 a 3 salário mínimo | 10 |
| 6 | 51 | Parda | Médio Incompleto | outro | empregada | não | 2 pessoas | 1 a 3 salário mínimo | - |
| 7 | 65 | Preta | Médio Incompleto | viúva | aposentada | não | 1 | 1 salário mínimo | 2 a 3 |
| 8 | 38 | Preta | Médio | casada | desemprega da | não | 5 | 1 salário mínimo | 1 |
| 9 | 60 | Preta | Fundamental Incompleto | solteira | empregada | não | 2 | 2 salário mínimo | - |
| 10 | 60 | Preta | Médio | divorci ada | empregada | não | 2 | 2 salário mínimo | 2 |

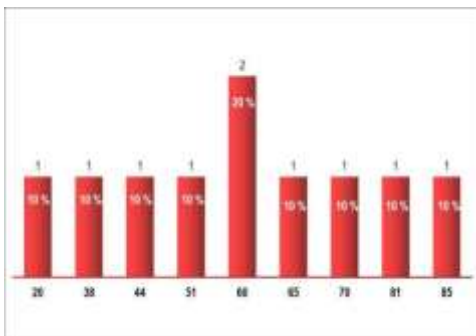
Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: Quadros, Carmem (2023)

A avaliação dos dados apresentados sobre o perfil das entrevistadas indica várias possibilidades de vulnerabilidade entre as mulheres quilombolas, particularmente em relação à idade, etnia, nível educacional, emprego, renda familiar e diversidade familiar. Esta avaliação proporciona uma perspectiva aprofundada sobre

a vida dessas mulheres, enfatizando a intersecção entre raça, gênero e classe social, elementos que influenciam o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e de assistência social.

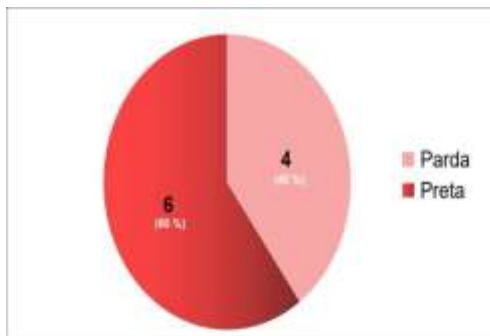
Com base nas informações apresentadas acerca do perfil dos entrevistados, nota-se uma predominância de mulheres idosas, têm idades entre 20 e 85 anos, de cor parda ou preta, com baixa escolaridade (a maioria, com apenas o ensino fundamental incompleto) e com uma renda familiar de até três salários mínimos. A maioria das participantes reside em famílias compostas por três ou mais indivíduos e tem filhos, embora algumas sejam líderes familiar ou tenham a aposentadoria como principal fonte de renda. Residem no Quilombo Macapazinho desde o seu nascimento, o que representa 70% da amostra. Três participantes, mesmo sendo quilombolas, chegaram à comunidade tardiamente.

Gráfico 2 – Idade.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

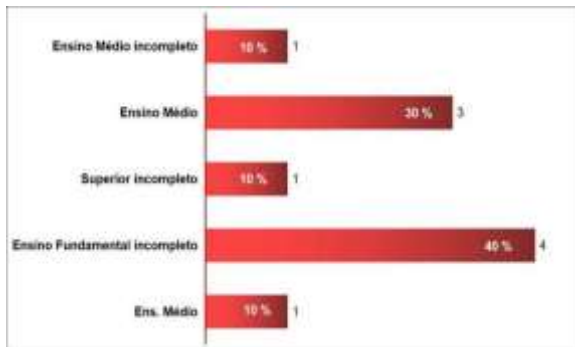
Gráfico 3 - Cor/raça e etnia.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

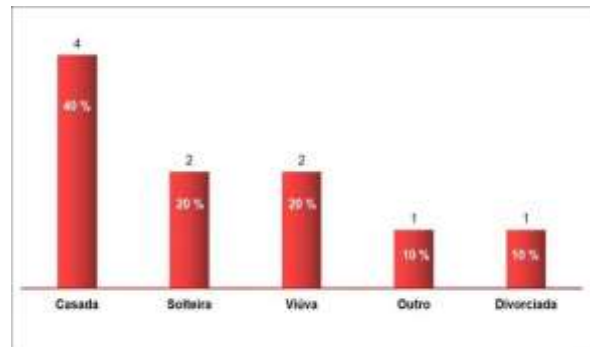
A maior parte das participantes da pesquisa é formada por mulheres idosas e de cor preta ou parda, espelhando um grupo populacional que vive em maior vulnerabilidade social e econômica. O processo de envelhecimento em comunidades quilombolas, onde o acesso a políticas de saúde e segurança é mais restrito, expõe as mulheres idosas a um risco elevado. Sueli Carneiro aborda essa situação ao propor que o racismo estrutural provoca um "genocídio simbólico" ao marginalizar as mulheres negras das políticas de saúde e proteção, tornando-as invisíveis no sistema público de saúde (2011, p.45). Esta exclusão se manifesta nas restrições de serviços de saúde apropriados para idosos, que frequentemente apresentam necessidades mais particulares devido às comorbidades relacionadas à sua idade.

Gráfico 4 – Escolaridade.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

Gráfico 5 - Estado Civil.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

Em relação ao nível de escolaridade, verifica-se que das entrevistadas, quatro delas possui o ensino fundamental incompleto, e quatro ensino médio e uma, ensino superior incompleto e uma, ensino médio incompleto. De modo geral, a baixa escolaridade, mostra fragilidade das mulheres quilombolas. Conforme aponta Campos *et al* existe

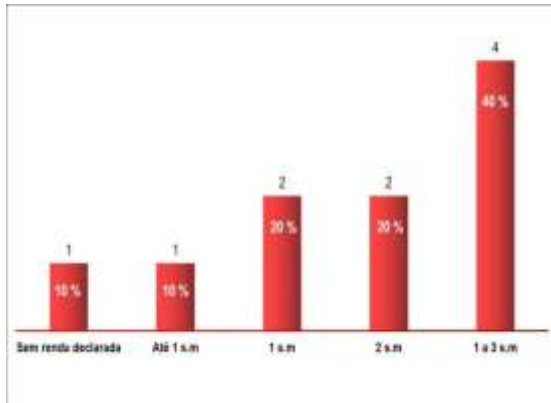
“[...] baixa quantidade de escolas quilombolas que ofertam o ensino médio em território brasileiro e contribuem para a manutenção dessa realidade. Os estudantes quilombolas, sem ter como e onde continuar seus estudos, passam a frequentar menos as escolas e, conseqüentemente, faz com que os anos de estudo dessa parcela da população negra tenda a ser muito baixa.” (2017, p. 213).

A escolaridade dos quilombolas ainda é um entrave a ser vencido pela política de educação, pois muitos deles não conseguem concluir o ensino médio devido a várias barreiras sociais e econômicas que impossibilitam a frequência ao ambiente escolar e a continuidade nos estudos. Isso reflete na inserção e conclusão do ensino superior para essas camadas mais vulneráveis da população.

O quadro aponta essa baixa escolaridade, com um número considerável que não concluiu o ensino fundamental (40%). Esta baixa escolaridade está diretamente relacionada aos desafios históricos de acesso à educação que a comunidade negra e quilombola no Brasil enfrentam. Nilma Lino Gomes ressalta que o racismo institucional mantém a marginalização no campo educacional, limitando as oportunidades de progresso e, conseqüentemente, as oportunidades de melhores condições de trabalho e rendimento (2003, p.1988). Em regiões rurais e quilombolas, essa circunstância se torna ainda mais clara, pois os jovens muitas vezes precisam deixar a escola para ajudar a sustentar a família ou por falta de escolas apropriadas e próximas.

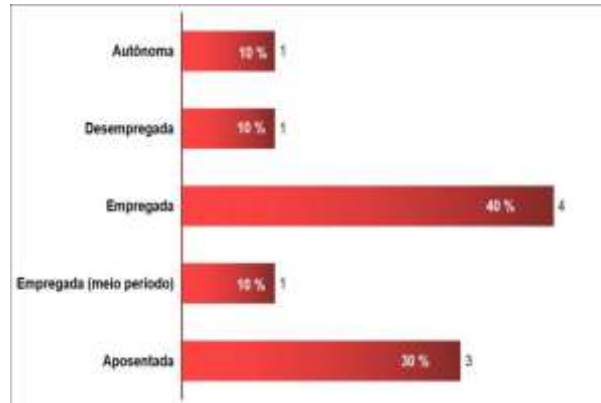
Há uma diferença entre a população branca e negra em relação à educação, apesar de várias políticas, a população negra continua com um índice abaixo do esperado no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Isso se manifesta nas taxas de emprego e na renda desses indivíduos.

Gráfico 6 - Renda Familiar.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

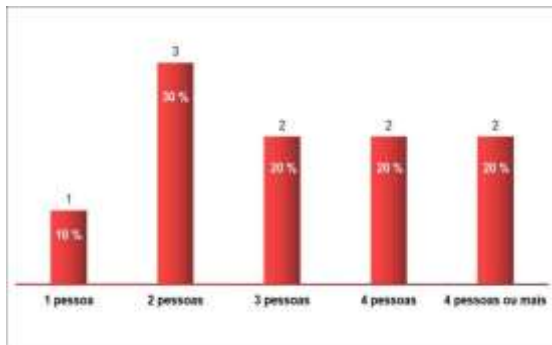
Gráfico 7 - Trabalho.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

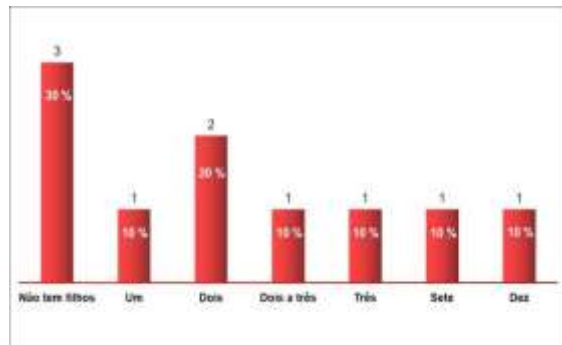
Observa-se que muitas das entrevistadas são aposentada ou têm empregos precários, como trabalhos autônomos ou de meio período. Esta situação é habitual entre mulheres negras e quilombolas, que lidam com obstáculos para entrar no mercado de trabalho formal e muitas vezes desempenham funções informais ou com salários baixos. De acordo com Jurema Werneck, essa instabilidade no trabalho é uma "vulnerabilidade programada", onde o racismo estrutural impede o progresso econômico e social de mulheres negras e quilombolas, perpetuando a desigualdade (2010, p.28). Existe uma parte considerável (40%) das mulheres entrevistadas estão empregadas nos serviços públicos, o que significa uma certa estabilidade laboral. Percebe-se, também, que (40%) possuem renda familiar de até três salários mínimos, o que evidencia, uma renda melhor, em relação a maioria que moram na Comunidade e que faz uso de programas sociais, como o Bolsa Família.

Gráfico 8 - Mora com.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

Gráfico 9 – Filhos.



Fonte: Quadros, Carmem (2023).

A maioria das entrevistadas (60%) vive em famílias com três ou mais membros, contudo, possuem algum tipo de renda. A análise desses dados permite inferir que as condições de vida das mulheres quilombolas são marcadas por limitações que impactam diretamente sua saúde e bem-estar. A falta de fundos e a falta de acesso a serviços de saúde adequados intensificaram desafios já presentes em comunidades quilombolas, como a falta de assistência à saúde reprodutiva e de apoio psicológico. Werneck (2010) ressalta que as mulheres de ascendência africana e quilombola são vítimas de um "racismo institucional" que afeta diretamente a assistência que recebem nos serviços de saúde pública, gerando desconfiança e distanciamento dessas mulheres em relação ao sistema de saúde.

Em relação à profissão das mulheres quilombolas, a maioria exerce um trabalho remunerado. Nota-se que as mulheres quilombolas envolvidas neste estudo, com os maiores rendimentos, também possuem os mais elevados níveis de educação e, conseqüentemente, ocupam empregos formais mais valorizados e remunerados. Pesquisas feministas, ao comparar informações de educação e ocupação de homens e mulheres, revelam que ainda existem disparidades salariais entre os gêneros e entre as raças. Isso significa que mulheres negras ganham menos do que mulheres brancas e homens negros e brancos. De acordo com o IBGE (2018), "a renda média mensal dos trabalhadores brancos (R\$ 2.796) superou a dos negros ou pardos (R\$ 1.608).

O desemprego é também uma realidade que permeia as desigualdades de gênero e raça, pois de acordo com dados do Dieese para os negros, a taxa de desemprego é sempre maior do que a dos não negros. Enquanto para os homens negros, ficou em 13,2%, no 2º trimestre de 2021, para os não negros, foi de 9,8%.

Entre as mulheres, a cada 100 negras na força de trabalho, 20 procuravam trabalho, proporção maior do que a de não negras, 13 a cada 100 (2021, p. 5). Na base do Cadastro único, existe 183 mulheres, com perfil para programas sociais. (CECAD, 2024).

As mulheres do Quilombo de Macapazinho, uma parte das que participaram dessa pesquisa, fazem uso do programa de transferência de renda, bolsa família, que tem por objetivo reduzir as situações de vulnerabilidade social. Outro fator importante, observado neste trabalho de campo, foi o processo de formação da identidade quilombola dessas mulheres, pois, apesar de não conhecerem a história da comunidade, 7 das 10 entrevistadas se consideram quilombolas devido aos seus ancestrais negros e escravos que fazem parte da história.

A partir da análise do perfil das mulheres participantes, faz-se necessário apontar que elas, são resistentes, pois encontram formas de manter-se e de manter suas famílias, num cenário de grandes adversidades e dificuldades.

3.2 Falas que se conectam - mulheres quilombolas de Macapazinho.

A representatividade das lutas das mulheres quilombolas na Comunidade representam grandes contribuições aos movimentos feministas, visto que suas características históricas, representam força e resistência, de ser quilombola e mulher negra no país, no Estado do Pará e no município de Castanhal.

Pensando assim, o trabalho traz uma reflexão sobre a mulher quilombola de Macapazinho e a sua relação com as lutas no acesso às políticas públicas. Isso é importante, porque mesmo se essa mulher não tiver um papel social definido na comunidade, ela faz parte de uma organização coletiva e política que representa o segmento da mulher negra e quilombola.

A identidade quilombola das mulheres de Macapazinho é expressa com orgulho e ligação com suas origens. “Eu me sinto quilombola” (Entrevistada 3), declarou uma delas, destacando como a identidade da vida comunitária influencia a sua. A rotina diária, que inclui atividades como cozinhar no fogão a lenha e lavar roupas no igarapé, além do trabalho no campo, que foi transmitido pelos mais velhos, intensifica essa conexão com o campo e as tradições.

Contudo, elas lidam com diversos obstáculos. Uma das participantes relatou sobre o desafio do transporte: "Sempre é complicado pegar um ônibus para comprar coisas e depois retornar com as sacolas" (Entrevistada 1). Adicionalmente, diversas mulheres referiram a ausência de comércio local, como supermercados, o que complicava o acesso a produtos essenciais. A falta de apoio institucional para iniciativas culturais também representa um obstáculo, conforme demonstrado pela interrupção de eventos tradicionais.

Nas falas, ficou evidente, o envolvimento em atividades comunitárias como meio de salvaguardar os direitos e garantir a preservação das tradições. Este modelo de entidade ilustra como as mulheres se organizam em favor do bem comum, mesmo com recursos escassos. A Fala da Entrevistada 01:

Eles tiraram o projeto "Clube de Mães", uma iniciativa da comunidade, era tão bom, aprendi a fazer as panelas e depois agente vendia as panelas de barro, o que nos ajudava. Mas não gostava quando, ficávamos só fazendo e vinha alguém de fora e levava para vender fora da comunidade, o certo era que tivesse um projeto para vender aqui. (2023, M.L)

Na representação política, observe-se que a participação feminina ainda é restrita. Apesar de algumas estarem engajadas em associações, elas afirmam que as mulheres não ocupam uma posição significativa nas decisões e movimentos organizados. No entanto, evidenciam um sentimento de unidade e o anseio de ver as futuras gerações mais engajadas e com mais acesso a direitos: "Espero que também haja mais direitos e mais engajamento na conservação da comunidade." (Entrevistada 8)

Cada declaração revela uma identidade robusta e o orgulho de pertencer à comunidade quilombola. Segundo uma das participantes da entrevista, "Eu me sinto quilombola e aprendi a lutar pelos meus direitos", (Entrevistada 3) enfatizando a batalha pela afirmação.

Essas mulheres se uniram com afeto e consideração suas recordações culturais, como a mãe que cozinhava "toda sexta-feira Santa" (Entrevistada 3), preparando pratos típicos com Castanha-do-Pará e peixe, evidenciando como a gastronomia é um legado que reforça sua identidade e ligação com a Comunidade.

“Hoje sou a Coordenadora da Festa do Divino Espírito Santo, tem o Círio de Nossa Senhora de Nazaré que ainda estão vivos e são exemplos de tradições comunitárias que vão além de meras festividades. São eventos que vemos como momentos de união, onde alimentos e recordações são compartilhados, minha mãe me ensinou a fazer comida, por isso me sinto bem quando cozinho nessas festas. Antigamente se usava a Castanha do Pará nos pratos, até hoje utilizo. Mas teve Festividade, como a de São Raimundo e a Festa do Tacacá que não acontece mais, mas era tão bonito. Movimentava a Comunidade.” (2023, N.)

No entanto, existe também um certo descontentamento, pois, de acordo com elas, "a comunidade não manteve a festividade" (Entrevistada 3), sinalizando um distanciamento. Em relação à função das mulheres na manutenção da cultura, é evidente que são as guardiãs das tradições. A persistência de atividades como a fabricação de farinha é um exemplo da disseminação de conhecimentos e práticas ancestrais. A entrevistada 3, relata que a produção de farinha deixou de ser em local afastado, como era antes, hoje há uma modernização dos procedimentos - como a produção de farinha mais próxima da casa. Muito bem lembrado pela entrevistada. Pois existe um objetivo claro de preservação nessa prática, “a casa de farinha é para nossos filhos e netos”, expressando o desejo de que essa herança cultural seja mantida para as próximas gerações.

Outro ponto sensível é a questão da violência de gênero, que é mencionada pelas entrevistadas não apenas em casos de violência doméstica, mas também na transformação progressiva da postura feminina. Atualmente, de acordo com elas, “as mulheres reagem” e buscam orientação para lidar com tais situações. A participação em entidades (Associação) que lutam pelos direitos quilombolas é vista como um meio de resistência, mesmo que alguns se sintam intimidados ou desanimados pela ausência de unidade ou por disputas internas.

A entrevistada 1, diz:

“Tenho lembranças não muito boas sobre a minha relação. Pois antigamente os homens não refrescavam as mulheres e batiam mas a gente era feliz. por que família é tudo e tinha que conviver com família também.” (2023. M.L)

Na última análise, as mulheres manifestaram o desejo de proporcionar um bom legado aos jovens da comunidade, ansiando por avanços na educação e nas oportunidades para as futuras gerações. Para elas, a manutenção da identidade quilombola e da cultura não se trata apenas de resistência, mas também de esperança e visão para o futuro.

A conexão com a família e a origem é um assunto de destaque. Uma entrevistada ocasional gravou-se de sua mãe, que "cantava para nós" e nos ensinou "as brincadeiras de roda" (Entrevistada 1), atividades que atualmente são escassas na comunidade. A ancestralidade também é uma herança de práticas culturais e estilos de vida: "minha profissão de agricultora herdei do meu pai", afirmou outra mulher, diminuindo que o zelo pela terra e as tradições agrícolas tradicionais são transmitidas de geração para geração.

As conversas com as mulheres quilombolas da comunidade de Macapazinho evidenciam a intensa presença da ancestralidade, das recordações e dos obstáculos do dia a dia. As declarações delas evidenciam não somente suas experiências, mas também a relevância de sua comunidade quilombola e das tradições culturais. Uma delas declara: "Sinto-me quilombola e aprendi a lutar pelos meus direitos" (Entrevistada 3), enfatizando que a identidade é essencial na sua batalha pelo reconhecimento e manutenção da cultura. Segundo Sueli Carneiro, essas mulheres representam uma "memória social e emocional" (Carneiro, 2011, p. 96), que resiste ao apagamento cultural, imposto ao longo da história.

As mulheres relatam os desafios que enfrentam em suas vidas em comunidade, como a restrição de acesso a serviços indispensáveis e a falta de representação política e econômica. Eles ressaltam a importância da associação quilombola, porém, nem todos se sentem completamente representados. Alguns indivíduos exibem um certo desinteresse pelos projetos comunitários, o que espelha as tensões internas. Este sentimento de invisibilidade é corroborado pela análise de bell hooks, que abordagem como a sociedade frequentemente "desvaloriza a resistência e a batalha das mulheres negras" (hooks, 2019, p. 29). Isso evidencia que o suporte institucional e a valorização da identidade quilombola continuam sendo obstáculos para essas mulheres.

Durante as conversas com as mulheres da comunidade quilombola de Macapazinho, surgem perguntas acerca de ancestralidade, identidade e os desafios que enfrentam na vida comunitária. As expressões revelam uma ligação intensa com a história de seus antepassados e o empenho constante em preservar essa herança. Uma das mulheres declara: "Gostar de ser Quilombola, é resistência, a Associação deveria garantir os nossos direitos, deve trabalhar autoestima com os mais velhos,

sinto que eles não se importa ser quilombola”, (Entrevistada 4) enfatizando a relevância de honrar suas origens e buscar a justiça, um tema importante para as mulheres quilombolas, que, conforme Sueli Carneiro destaca, sofrem "dupla opressão, de gênero e racial" (Carneiro, 2011, p. 96).

A ancestralidade é revelada nas anotações dos pais, como a avó Cecília, uma figura que simboliza a resistência e o saber tradicional, registrada com carinho e respeito. Outras referências pertinentes abrangem as lembranças dos antepassados que cozinhavam em panelas de barro com cavacos de madeira, ou ainda as habilidades manuais, como bordados. Essas práticas são relatadas com nostalgia e orgulho, despertando o desejo de preservar e transmitir esses saberes para as futuras gerações. As recordações da cozinha e das celebrações também intensificam essa ligação com o passado: "Minha mãe utilizou castanha-do-pará nos pratos da sexta-feira santa." (Entrevistada 3) A herança ancestral é evidenciada nas lembranças dos familiares e nas tradições transmitidas de geração em geração.

As mulheres relatam os desafios que enfrentam em suas vidas em comunidade, como a restrição de acesso a serviços indispensáveis e a falta de representação política. Elas ressaltam a importância da associação quilombola, porém, nem todos se sentem completamente representados. Alguns indivíduos exibem um certo desinteresse pelos projetos comunitários, o que espelha as tensões internas. Este sentimento de invisibilidade é corroborado pela análise de bell hooks, que aborda a sociedade frequentemente “desvaloriza a resistência e a batalha das mulheres negras” (2019, p. 29). Isso evidencia que o suporte institucional e a valorização da identidade quilombola continuam sendo obstáculos para essas mulheres.

Algumas afirmações fazem referência à violência de gênero, especialmente a opressão evidente em relações passadas. Contudo, há um sentimento de conquista e resiliência. conforme uma delas declara: "Hoje observei as ocorrências das mulheres, sempre se preservam, não gostam de falar". Isso reflete o pensamento de Patricia Hill Collins, que destaca que “a resistência das mulheres negras à violência é um ato de resistência” (2002, p. 112), simbolizando um avanço significativo rumo à independência.

Essas mulheres expressam o receio de que as futuras gerações não mantenham suas tradições, mesmo possuindo mais chances. Elas afirmam perceber avanços na educação e no reconhecimento de sua cultura. Quando escutamos essas vozes, entendemos a resolutividade e o empenho das mulheres quilombolas em preservar suas raízes, enquanto lutam por um futuro mais justo e inclusivo.

A comunidade de Macapazinho tem um papel ativo nos movimentos de defesa da terra. Percebe-se, que ainda tem preservado suas tradições culturais e práticas ancestrais, isso fica evidente nas falas das mulheres entrevistadas (M.L. 2023)

“Eu sou católica e tenho muitas memórias da minha mãe e ela cantava pra gente, eu gostava das brincadeiras de roda, de se esconder, do anelzinho. coisas que a gente não vê mais hoje na comunidade, minha mãe chamava dona Jandira Ferreira Meninéia, era uma mulher forte que me ensinou muita coisas.”

Outro aspecto relevante é a religiosidade. Numerosas dessas mulheres tiveram um papel importante em festas tradicionais, como o Círio de Nazaré e a Festa do Divino, apesar de algumas notarem que essas celebrações se modificam com o passar do tempo. Uma declaração afirma: "O Círio mudou a minha existência", enfatizando a relevância dessas práticas para o fortalecimento da fé e da comunidade. Patricia Hill Collins aborda essa valorização da espiritualidade como resistência cultural, declarando que “a espiritualidade e a religiosidade das mulheres negras são fundamentais para a sua identidade coletiva” (2002, p. 112.)

As conversas com Entrevistada 9, conduzidas no dia 10 de setembro de 2023, evidenciam um vínculo intenso com a ancestralidade, a rotina da vida quilombola e os obstáculos da representação e da identidade. Ao ser questionada sobre a sua identidade, ela expressa insegurança: “Sim, às vezes acho que não, não consigo me definir”. Esta sensação de incerteza ilustra um problema comum em comunidades tradicionais, onde as identidades são muitas vezes obscurecidas pela sociedade dominante. Sueli Carneiro destaca que a identidade negra e quilombola é constantemente negada em sua "humanidade e subjetividade" (2011, p. 96). De acordo com Carneiro, essa negação provoca um sentimento de marginalização que impacta diretamente a autoimagem das pessoas.

As lembranças da entrevistada 9, de sua infância, incluindo passeios a cavalo com a mãe, são sugeridas para a construção dessa identidade quilombola, mesmo que as recordações se misturem entre o ambiente do quilombo e a "agrovila" onde cresceu. Ela registrou a avó, com quem adquiriu habilidades tradicionais, como a confecção de beiju e o manuseio de castanha-do-pará e andiroba, habilidades essenciais para sua conexão com seus ancestrais. Segundo a entrevistada, esse elemento das tradições familiares ultrapassa as competências culinárias, simbolizando um "modo de se ver como um todo", conforme Lélia Gonzalez afirma acerca da herança cultural africana e indígena nas práticas quilombolas. (1988, p. 72).

No que diz respeito às celebrações e à fé, a entrevistada 8 expressa emoções conflitantes. Ela declara que "nunca gostei de festas e do festival do tacacá, tinha medo e sinto aflição por essas comemorações", uma declaração que pode refletir um vínculo de trauma e desconfiança gerado por experiências de violência em festas passadas. No entanto, a comemoração do Divino, mesmo diante dos obstáculos, persiste como uma tradição significativa. Nestas celebrações, "as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental, no festival do tacacá, elas trabalharam e conquistaram, acredito que só existia por causa de nós, mulheres" (Entrevistada 8).

Esta afirmação ressalta a relevância vital das mulheres nas festividades e nas tradições comunitárias, mesmo que muitas vezes sejam desconsideradas. Bell hooks ressalta que as mulheres negras ocupam esses espaços de trabalho e assistência, mas muitas vezes sem o devido reconhecimento, uma prática que necessita de questionamento e revisão para alcançar a justiça social (2019, p. 1988).

A relação da entrevistada 9 com a comunidade, também enfrenta barreiras práticas e limitações. Ela salienta que "a comunidade necessita de mais iniciativas, começa algo, mas nunca progride". Esta sensação de frustração é um sinal da falta de continuidade e apoio nas iniciativas locais. Angela Davis ressalta que comunidades afrodescendentes e quilombolas enfrentam desafios estruturais decorrentes de uma longa história de marginalização econômica e política (2017, p. 39), ressaltando a necessidade de políticas públicas mais sólidas e rigorosas.

Um outro ponto discutido é a busca por direitos específicos para mulheres quilombolas. A Entrevistada 9 destaca que "nunca participou de movimentos e a associação nunca debateu os direitos das mulheres quilombolas", minimizando a ausência de discussão sobre questões de gênero dentro da própria organização comunitária. Este aspecto ressalta a importância da interseccionalidade no tratamento dos direitos quilombolas, uma posição apoiada por Collins, que argumenta que é essencial entender a interação entre raça, gênero e classe na constituição de camadas específicas de opressão. (2002, p. 112.)

Finalmente, a referida entrevistada manifesta seu anseio de que sua filha adquira independência e alcance o que lhe pertence: "No futuro, desejo que cada um tome as rédeas da própria vida, ninguém se preocupe com ninguém e desejo que minha filha tome as rédeas da própria vida e alcance o que lhe pertence." Este anseio por autonomia reflete o anseio por uma vida de maior qualidade e por um ambiente mais equitativo.

A herança familiar e os costumes culinários também desempenham um papel importante. A Entrevistada 7 cita a preparação de pamonha, moqueca e o cozimento da mandioca, métodos que ela agora transmite às suas filhas. A atenção em compartilhar esses conhecimentos reflete o que Lélia Gonzalez caracteriza como uma "memória coletiva" que carrega "sinais de resistência e afirmação da identidade" (1988, p. 59). Para ela, instruir suas filhas a "jogar tarrafa e usar a minhocas como isca" é um meio de preservar a ligação com seus ancestrais e fortalecer a potência da identidade quilombola.

A entrevistada 7, uma mulher ativa na comunidade, enfatiza a importância do apoio mútuo e da presença feminina na organização quilombola. Ela compartilhou sua vivência como parteira nas comunidades de Macapazinho e Boa Vista, destacando a relevância que teve no cuidado das mulheres locais. "Já trabalhei em domicílio, atuava como parteira em Macapazinho", conta, destacando a importância das mulheres no cuidado e na transmissão de saberes. Angela Davis enfatiza a importância dessa tarefa na "manutenção das redes comunitárias", que as mulheres negras constroem como parte de uma longa história de resistência e apoio mútuo (2017, p. 47)

Em contrapartida, a entrevistada 4 aborda as dificuldades de ser quilombola em ambientes onde é comumente discriminada. Ela reflete sobre a importância de assegurar os direitos quilombolas e ressalta a relevância da autoestima e da acessibilidade para a população negra: "Na universidade, me incentivou a criar um grupo focado na comunidade negra, na autoestima negra e na acessibilidade", afirma. O desejo dessa jovem é deixar um legado para as próximas gerações, ajudando a evitar que a condição de quilombola e negra seja vista como um estigma ou fonte de preconceito.

Essas declarações evidenciam a constante batalha das mulheres da comunidade de Macapazinho para manter sua cultura e transmitir suas tradições, enquanto buscam sua autoconfiança e identidade. Elas são protetoras dos conhecimentos ancestrais e desempenham um papel crucial na comunidade, participando tanto como líderes quanto como educadoras, mantendo viva a comunidade, "é um instrumento importante na resistência e na formação de uma memória coletiva forte" (Collins, 2002, p. 112.)

Em última análise, espera-se que as futuras gerações possam replicar os conhecimentos dos mais velhos, proporcionando à comunidade mais oportunidades e avanços, visto que todas as entrevistadas anseiam por melhorias em seu território, como bem fala a entrevistada 8 "Anseio por mais avanços para a comunidade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade Quilombola de Macapazinho, ainda não possui estudos de delimitação territorial, sendo assim, não obtivemos, nesta pesquisa informações sobre a área territorial, o que se sabe, segundo relatos dos moradores da Comunidade, que ao passar dos anos, as áreas privadas, principalmente as Fazendas, se aproximaram mais do centro do Quilombo.

A pesquisa traz um cenário geral dos serviços básicos implementados na comunidade, como água potável e encanada, abastecida por um macro sistema de abastecimento de água, gerenciado pela Prefeitura de Castanhal. A rede de esgoto é precária e isso foi umas das principais reclamações relatadas pelas mulheres entrevistadas. A energia elétrica é mantida pela empresa Equatorial. As vias de acesso, embora a via principal tenha recebido pavimentação asfáltica, no ano de 2024, continua sendo um desafio para a comunidade, pois não houve consulta prévia, sobre possíveis danos aos afluentes e vegetação por onde passou a estrada. Além do que, existem outras rotas de entrada e saída em Macapazinho que estão em situação precárias, inclusive com trechos carregados de descartes irregular de resíduos sólidos.

A organização social de Macapazinho é caracterizada pela colaboração e pelo vínculo forte entre os membros da comunidade, que combinam obrigações e atividades diárias. Esta entidade tem uma ligação profunda com as tradições afrodescendentes e a disseminação de saberes ancestrais, particularmente no que se refere ao uso sustentável do solo, à agricultura familiar e aos rituais e festividades culturais. Se percebe na Comunidade, os vínculos familiares e de vizinhança desempenham um papel crucial, reforçando a concepção de uma comunidade que se desenvolve como uma extensa família continuamente.

Em consulta ao site da ONU Mulheres, temos as informações publicadas pela Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas – CONAQ, que no Brasil há aproximadamente dois milhões de quilombolas, em todos os estados brasileiros, a maioria ainda vive no campo, essas comunidades são símbolos de resistência da Cultura negra, onde a mulher negra tem grandes contribuições para a preservação desses espaços, mesmo assim as mulheres negras desses quilombos, enfrentam a invisibilidade estatística nas políticas públicas. A situação de vulnerabilidade e de invisibilidade está inscrita em boa parte das comunidades tradicionais (CONAQ,

2018).

Nesta dissertação, os resultados obtidos por meio das informações do Cadastro Único e da pesquisa de campo, serviram para evidenciar, a estrutura social marcada por assimetrias de gênero, raça/etnia atingindo, de forma particular, o destino da vida dessas mulheres, na medida em que, elas não possuem sua cultura e tradição valorizadas, e lutam ainda pelo direito e a garantia de acesso aos seus direitos de cidadania.

Pensando a partir do objetivo geral desta pesquisa, que preza por identificar e compreender a (in)visibilidade das mulheres quilombolas e as políticas públicas implementadas na Comunidade de Macapazinho. Durante este estudo, tornou-se claro que as mulheres quilombolas do quilombo lidam com obstáculos estruturais e institucionais que afetam diretamente suas vidas. A falta de registros territoriais é um aspecto alarmante, já que a falta de informações sobre o território quilombola não só prejudica a segurança fundiária da comunidade, como também provoca um afastamento com sua própria história e identidade. A falta de reconhecimento dos territórios quilombolas na academia e nas políticas públicas evidencia um apagamento histórico que precisa ser questionado: como assegurar o direito à memória e à identidade se não existem registros oficiais que identifiquem tais áreas?

Apesar de existirem leis específicas para os quilombolas, como o Decreto no 4.887/2003 e as políticas direcionadas à saúde e educação, a realidade indica um abismo entre essas leis e sua implementação eficaz. A simples presença de leis não assegura a mudança social, principalmente quando ocorrem falhas na supervisão e implementação dessas políticas. Portanto, compete à academia, aos movimentos sociais e à comunidade quilombola questionar questões essenciais: como por exemplo, o fechamento do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Política de Assistência Social, que desde 2021 ficou sem uso social, embora os recorrentes pedidos para a reabertura desse espaço.

Com base em argumentos como contenção de despesas e demanda reduzida, sem considerar a vulnerabilidade da comunidade impactada. Essa perspectiva desconsiderou a obrigação do poder público em assegurar igualdade no acesso a serviço socioassistencial e enfatiza a marginalização dos quilombolas que necessitam

desse serviço e os forçando a irem busca-los na cidade.

O encerramento de serviços públicos em comunidades quilombolas não é uma questão isolada, mas sim um resultado direto do racismo estrutural que mantém essas comunidades à margem da sociedade. Para lidar com este desafio, é necessário reconhecer a dívida histórica com os quilombolas e estabelecer políticas que assegurem seus direitos de forma eficaz e constante. A batalha pela continuidade desses serviços é fundamentalmente uma batalha pela dignidade e pela igualdade social.

Nesse sentido, exploramos não somente o eixo de gênero, raça/etnia, mas também o de classe social, para identificar, por meio da base do cadastro único e a pesquisa de campo que as mulheres quilombolas de Macapazinho, das mais jovens, às mais velhas, estão em situação de vulnerabilidade social e que as Políticas Públicas implementadas não atendem as especificidades dessas mulheres.

Em observação às questões que envolvem as mulheres quilombolas, cabe enfatizar que a abordagem requereu olhares e perspectivas interdisciplinares. Posto isto, no viés sociológico, as relações sociais estabelecidas e os papéis sociais desempenhados por essas mulheres, em âmbito da Comunidade Quilombola, perpassam pelas questões históricas e o contexto exploratório desde a colonização portuguesa, fator importante para se discutir, o ser mulher negra.

A função da mulher na dinâmica familiar em Macapazinho é de suma importância para a preservação da cultura, do cuidado e da estruturação da comunidade. As mulheres desempenham diversas funções na família, incluindo a educação dos filhos, a manutenção do lar e a disseminação de saberes ancestrais. Elas são as protetoras das tradições culinárias, das festividades religiosas e dos conhecimentos relacionados à terra e à agricultura. Contudo, essa sobrecarga de obrigações nem sempre é percebida, e a busca por melhores condições de vida inclui também o reconhecimento do papel crucial da mulher quilombola no seio da família e na comunidade.

No contexto social, a mulher desenvolve várias funções, os tais múltiplos papéis, pregado de forma romântica pela sociedade, e por que não dizer pelos movimentos

feministas das mulheres brancas europeias. As falas empíricas de que a mulher deve ser independente e que deve dar conta de tudo, em parte serve para estimular, mas também para mascarar, a vida de desproteção social dessa mulher quilombola, desprotegidas de seus direitos civis e sociais, isso significa dizer que essas mulheres são símbolos de resistência, pois são submetidas às violações de direitos, evidenciadas em indicadores de vulnerabilidade social, que possuem uma dimensão ligada a violência estrutural, uma forma de violência que carrega outros tipos de violências.

Neste sentido, se entender como a mulher negra e quilombola, se constitui como um ato político, é se entender fazer parte, de toda uma história de opressões. Estando de maneira geral, associado a uma luta contra dominação. Algo importante a salientar é que, não se fala, simplesmente, em ser quilombola, mas de se identificar quanto quilombola, o que leva uma carga política para os quilombos, mas também se transforma em um processo de luta, uma luta feminista cotidiana em seu território.

No que diz respeito ao reconhecimento das políticas públicas, nota-se um desconhecimento amplo sobre a natureza dessas políticas e como obtê-las. Numerosas mulheres de Macapazinho relataram problemas para conseguir informações sobre seus direitos e sobre os programas governamentais em vigor. A falta de funcionários públicos engajados diretamente na comunidade e a complexidade no acesso aos benefícios, comprometem a eficácia dessas políticas. Ademais, existe um sentimento de desconfiança na habilidade do município, em satisfazer as necessidades quilombolas, o que faz com que uma parcela das mulheres deixe de buscar esses recursos. Portanto, é essencial que sejam implementadas ações educativas e de conscientização na comunidade, permitindo que os residentes não só conheçam seus direitos, mas também possam reivindicá-los de forma mais eficaz.

A estrutura social e política de Macapazinho também engloba diversas práticas culturais e educacionais que fortalecem a identidade comunitária e a disseminação de valores para as futuras gerações. Dentre essas práticas, as cerimônias religiosas festa do Divino e do Cirio de Nossa Senhora de Nazaré, se sobressaem, desempenhando um papel fundamental na preservação da ligação cultural com os ancestrais.

O estudo, deixa evidente que é preciso um papel socioeducativo dentro da comunidade para que a juventude existente tome conhecimento da história e se sintam parte dela. Isso possibilita a compreensão da importância de Macapazinho para Castanhal e para implementação das Políticas Públicas. Não conhecer a história pode contribuir para o processo de invisibilidade e também para a não compreensão das particularidades dessas mulheres. A interseccionalidade deve servir como um guia na criação dessas políticas, assegurando sua eficácia e adequação a essas particularidades. Adicionalmente, é imprescindível um empenho constante para assegurar que a comunidade seja reconhecida, de acordo com seus próprios critérios, honrando sua cultura, seus conhecimentos e sua história.

Espera-se que esta dissertação contribua para novas discussões sobre políticas públicas para as mulheres negras quilombolas e que também contribua para que elas saiam da invisibilidade e sejam protagonistas dos seus direitos. Sabe-se que é importante a movimentação junto ao poder público, para traçar estratégias, conforme descrito nas legislações para População Negra.

No tocante do trabalho, as mulheres quilombolas não se limitam a serem vítimas das desigualdades estruturais; elas também atuam como catalisadoras de transformação, encarregadas de manter a herança ancestral, a cultura e a identidade da sua comunidade. A batalha pela educação, saúde, pela preservação dos territórios e pelo reconhecimento da cultura quilombola não é somente um obstáculo social, mas também uma exigência acadêmica. Se não houver registros, dados e a devida valorização da história quilombola, podemos perpetuar a sua invisibilidade. Que este estudo atue como um marco inicial para futuras pesquisas e para o reforço das vozes das mulheres quilombolas, no meio acadêmico e na sociedade.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: **Martins Fontes**, 2007.

Akotirene, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: **Polém**, 2019.

Andrade, A. L. M. Mulheres quilombolas. Movimento, liderança e identidade. Dissertação do curso de pós-graduação em Educação e Cultura. **UFP**. 2016.

Arruti, José Maurício A.P. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: **Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)**, 2003.

Bachelard, Gastón. A Poética do Espaço. São Paulo: **Martins Fontes**, 1958, p. 38.

Beauvoir, S. O segundo sexo: A experiência vivida (2a ed., v. II). **Difusão Europeia do Livro**, 1967.

Bonfim, V. M. S. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: Bases históricas. In: **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**.

NASCIMENTO, E, L. (org). São Paulo: Selo Negro, 2009.

Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**.

Brasil. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Sutiãs

Brasil. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (Org.). **Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais**. 2003.

Campos, Isadora Golim et al. Mulheres quilombolas e práticas de empoderamento na luta pela terra: uma análise sob a perspectiva feminista decolonial. 2022.

Carneiro, S. Mulheres Negras: Um Olhar Feminista sobre a Ação Afirmativa. São Paulo: **Selo Negro**. 2005.

Carneiro, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: **Selo Negro**. 2003.

Carneiro, Sueli, Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA** (org.), Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: **Takano Editora**, 2003.

Carneiro, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003. **CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Carneiro, Sueli. Mulheres negras e o movimento feminista no Brasil. São Paulo: **Selo Negro**, 2003, p. 47.

Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2012, p. 94-96.

Collins, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro. São Paulo: **Boitempo**, 2019.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas. In: **Combate Racismo Ambiental**. Blog da Tania Pacheco. 2022.

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas** 1, p.171-189, 2002

Cristiane, M. M. Abordagens e procedimentos qualitativos: implicações para pesquisas em organizações **Revista Alcance**. vol. 21, núm. 2, pp. 324-349, abril-junio, 2014.

Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Diniz, Eli. Políticas públicas e desigualdades sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: **IPEA**, 2018, p. 120-125.

Dussel, Enrique. Por uma Utopia do Humano: Olhares a partir da Ética da Libertação. São Paulo: **Paulus**, 2010, p. 212.

EMBRAPA. Manual técnico de vegetação brasileira: projeto de proteção da floresta atlântica. Brasília: **EMBRAPA**, 2001.

estudo de perfis antrópicos na Amazônia oriental. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, 2018.

Fernandes, J. G. S.; Ramos J. B S. O que é Estudos Antrópicos. In.: **RAMOS J. B S**; Fernandes, José Guilherme; Fernandes, Daniel dos Santos. Personas e habitus: Fiori, José Luis. Política econômica no Brasil pós-64. São Paulo: **Paz e Terra**, 2004, p. 67.

Fonseca, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: **UEC**, 2002. Apostila.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Geertz, C. O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: **Vozes**, 2000.

Gomes, Nilma Lino. Educação, Identidade e Cultura Afro-brasileir . São Paulo.

Gonçalves, A. P. Racismo Ambiental: A Luta Quilombola pelo Direito ao Território. São Paulo: **Editora Vozes**. 2019.

Gonzales, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios- Marcia Lima. 1ª edição, Rio de Janeiro: **Zahar**,

2020.

Gonzalez, L. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. In L. Gonzalez, Festas Populares no Brasil. São Paulo: **Marco Zero**. 1988.

Halbwachs, Maurício. A Memória Coletiva. São Paulo: **Vértice**, 1990, p. 52.

Hall, S. Identidade Cultural na Pós-Modernidade. **DP&A Editora**. 1999.

Iamamoto, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade. 2 ed. São Paulo: **Cortez**, 2001.

interdisciplinares. 1. ed. **Curitiba: Appris**, 2020, p. 29-41.

Little, Paul Elliott. 2007. "Political Ecology as Ethnography: A Theoretical and Methodological Guide." **Horizontes Antropológicos**, Volume 3. Selected Online Edition. Acesso em 09 de outubro de 2018.

Magnani, J. G. O velho e bom caderno de campo. **Revista Sexta Feira**, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

Minayo, M. C. S., Sanches, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): p 239-262, jul/set, 1993.

Nascimento, B. Quilombos: Resistência ao Escravismo. Rio de Janeiro: **Achiamé**. 1985.

Nogueira, Marco Aurélio. A crise das políticas públicas no Brasil. São Paulo: **Cortez**, 2011, p. 17-18.

Nora, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática do Lugar. In: **Projeto História**. São Paulo

Nunes, Nilza Rogéria de Andrade. Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares. Rio de Janeiro: **Gamma**, 2018.

Piedade, Vilma. Dororidade. São Paulo: **Editora NOS**, 2017.

Ramos JBS. (2012). Por uma utopia do Humano: olhares a partir da ética da libertação de Enrique Dussel. Porto - Portugal. **Afrontamento**.

Ramos, A. G. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. **Editora UFRJ**. 1957.

Ribeiro, D. (2017). O que é lugar de fala? São Paulo: **Letramento**.

Ribeiro, D. (2019). Pequeno manual antirracista. São Paulo: **Companhia das Letras**.

Ribeiro, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: **Letramento**, 2017, p. 78.

Riscado, J. L. de S., OLIVEIRA, M. A. B.; BRITO, Â. M. B.B. Vivenciando o racismo e

a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 96-108, 2010.

Rocha, C. J. T (Org.). Estudos Antrópicos na Amazônia: entre textos e contextos Santos, Maria Helena. História das políticas sociais no Brasil: da República à Nova República. São Paulo: **Expressão Popular**, 2019, p. 22.

Santos, R. (2018). Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas: Caminhos para a Inclusão. Rio de Janeiro: **Pallas**.

Sartre, J-P. Entre quatro paredes. Tradução de Guilherme de Almeida. São Paulo: **Abril Cultural**, 1977.

Schwartz, Stuart B. Quilombos ou Mocambos. In: Silva, M.B.N. Da (Org). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

Silva, J. F. S. da. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 13, n. 2, 2004.

Silva, M. Ecologia e Política: A Questão Ambiental no Brasil. São Paulo: **Editora Cortez**. 2018

Silva, Paulo Roberto. A construção das políticas sociais no Brasil: do Estado Novo à **Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 35.

Silva, T. T. Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. **Editora Vozes**. 2000.

Silveira, G.S; Ferreira Filho, S. L. C.. Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas: Estudo Sobre a Associação dos Remanescentes de Quilombolas em Concórdia do Pará (ARQUINEC). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 29, p. 1-16, 2015.

Velho, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. **Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Veloso, H. P.; FILHO, A. L. Classificação da vegetação brasileira. Brasília: **IBGE**, 1982.

Werneck, J. Saúde da População Negra: Perspectivas e Desafios. **Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde**. 2007.

Werneck, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (Org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Criola. **Fundação Heinrich Böll**.

Werneck, Jurema. O feminismo negro e a busca por justiça social. Rio de Janeiro: **Pallas**, 2007, p. 52-53.

APÊNDICES - Entrevistas com as Mulheres Quilombolas de Macapazinho

Entrevistada 1 - (08/08/2023)

1. Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Nasci em Macapazinho pela parteira. Me sinto quilombola.

2. Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Antes eu saía da comunidade para assistir à missa na cidade; me lembro que aos sábados cozinhava à lenha, acordava cedo, lavava roupa e louça no igarapé. Agente tinha esse costume. Minha vida de agricultora herdei do meu pai. A mandioca ficava de molho no rio. Aprendi muita coisa com minha mãe e tenho muitas memórias dela e ela cantava pra gente, eu gostava das brincadeiras de roda, de se esconder, do anelzinho. coisas que a gente não vê mais hoje na comunidade, minha mãe chamava dona Jandira Ferreira Menineia, era uma mulher forte que me ensinou muitas coisas. já meu pai a referência era só trabalho, era mareteiro e maior agricultor era ele, Francisco Minineia e sr. Teodoro.

Eu: e as tradições na Comunidade?

A festa do divino antigamente era boa, mas agora só é droga, antes era a missa e o leilão, agora tem festejo de véspera, e o povo só quer saber disso. Meu pai trabalhou muito na irmandade, ajudava a igreja, a qual era ligada a igreja de Belém (Nossa Senhora de Nazaré); depois passou para a Igreja Cristo Rei de Castanhal e mudou para melhor, assim os grupos da comunidade começaram a participar mais.

3. Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Na minha época, minha relação era com a terra, porque se plantar tem que adubar, antes não queimava a roça, plantava direto. Hoje 6h saio para o roçado e às 10h estou de volta. Vejo que muito mudou, agente aprendia, desde cedo a trabalhar no roçado, ainda hoje faço farinha, não vemos os jovens querendo saber o que nossos pais nos ensinavam, ele nem querem aprender mais.

Tenho saudade da beira do rio quando era cheia de árvores frutíferas (mamão, abacate, buriti) mas ninguém cuidava e foi se acabando. Havia muitas castanheiras e árvores nativas quando a gente chegou já estava ali. havia um poucas casas na comunidade.

4. Quais principais desafios enfrentados por você?

O transporte, antigamente era no Pau de arara nós íamos de Macapazinho até Boa Vista pelo ramal, era difícil porque era muito roçado, meu esposo usava o rio para levar farinha até o Apeú, a melhoria nas estradas e ramais aos poucos foram surgindo e foi acabando essa prática de escoar pelo rio as mercadorias. Alguns moradores foi se mudando para Macapazinho, porque estava crescendo as coisas aqui.

Não mudaria muita coisa aqui na comunidade, mas sentimos falta do pequeno comércio, como supermercado. É sempre complicado pra pegar um ônibus comprar as coisas e depois voltar com as sacolas no ônibus.

5. Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Todos gostam de mim, tenho meu aposento e continuo indo para a roça.

6. Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Tenho lembranças não muito boas sobre a minha relação. Pois antigamente Os homens não refrescavam as mulheres e batiam mas a gente era feliz. por que família é tudo e tinha que conviver com família também

7. Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Eu não conheço os direitos que temos na comunidade, só o direito a convivência. Eu me sinto bem de estar na comunidade, tenho uma boa relação com todos, não me sinto discriminada, sempre quero o melhor das pessoas. Espero que também haja mais direitos e mais envolvimento na preservação da comunidade.

8. Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Geralmente, o presidente é um homem.

9. Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Eu tenha amor próprio, me sinto bem de estar na comunidade, tenho uma boa relação com todos.

10. Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Não me sinto discriminada, nunca sentir preconceito fora da comunidade. Trabalhei dez anos em casa de família.

11. Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

O festival do tacacá. Quem cuidava disso era nós mulheres, era nosso lazer e uma forma de aprender alguma coisa, mas acabou. As tacacazeiras vendiam muito. Mas não tinham apoio e tinham que fazer tudo. Era a atração na comunidade. Isso incentivava o pequeno comércio. Devia voltar esse festival.

Em Boa Vista tinha o festival chamado festival do abacaxi poucas pessoas possuíam roçados, quem tinha era considerado de boa posse.

12. Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Agente não participava de muitas reuniões, como é hoje as reuniões da associação de quilombola.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Que haja mais projetos pra nós.

Entrevista 2 - 19/08/2023

1- Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

A comunidade não gosta do termo quilombola, não há aceitação. Não houve divisão na comunidade, mas as pessoas não se aceitam.

2- Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Lembro da época da mãe fazendo farinha, até hoje ainda faz, mas ia com ela no roçado.

Nossas tradições era o Festival do tacacá, Círio/ Festa do divino. Mas tem um que não existe mais, que lembro pouco, era a Festa de São Raimundo, tinha leilão, bingo, mas a comunidade não conservou essa festividade.

3- Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Participo diretamente da organização do Círio, mas acho que a Associação devia falar mais sobre as tradições e sobre nossos direitos.

4 - Quais principais desafios enfrentados por você?

Queria que o transporte fosse mais diário, mas a comunidade é dividida e acaba que ninguém briga por isso e a Associação não se empenha.

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Acho que deveria ter mais ajuda para a Comunidade

6 - Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Sim, o lugar e a família me deixam ter boa relação com as pessoas da comunidade. Mas não vejo isso na Comunidade.

7 - Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Sou uma das diretoras do Círio Fluvial

8 - Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Nós ajudamos nas organizações de tudo que acontece na Comunidade

9 - Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Não me sinto discriminada. Muitos vem de fora da associação e não são Quilombolas.

Penso em fazer um projeto para ajudar a comunidade, mas sempre tem os que atrapalham.

10 - Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Não me sinto discriminada.

11 - Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Penso em melhorar mais a comunidade e que fique uma boa herança para os jovens.

12 - Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Participo na Organização do Círio Fluvial e vou assistir a reunião da Associação.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

As mulheres sofrem violência e se calam. Que haja mais projetos para os jovens e mulheres.,

ENTREVISTA 3 - 23/08/2023

1- Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Me sinto quilombola e aprendi a buscar meus direitos.

2- Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Minhas memórias me remetem a minha tataravó, como viviam, com isso passei a entender seus familiares antepassados. Foi por meio desse parentesco que conheci muita coisa, pois ela falava dos povos antigos. Minha mãe já tinha referência de liderança na parte da Cultura, da comida principalmente, ela me ensinou a cozinhar, toda sexta-feira santa, usava a Castanha do Pará nos pratos, fazia peixe gostoso, realmente cozinhou muito, e compartilhava seus saberes com a gente.

3 - Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Participo diretamente da organização da Festa do Divino Espírito Santo, a marca era de doação de alimentos, pelos devotos. Esse era o encanto da festa, o que vinha para doação era doação.

Os pais faziam farinha e até hoje temos casa de farinha, onde repetimos os processos, antigamente, depois da escola ia pra lá, nossa rotina, nas férias todos os anos íamos para lá. Hoje, é diferente, meus filhos nem querem fazer parte dessa atividade. Antes andávamos em cima de estivas, hoje vamos de carro, antes o lugar específico para fazer farinha longe de casa. Hoje é no fundo do quintal.

4 - Quais principais desafios enfrentados por você?

Manter vivo os ensinamentos dos meus pais.

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Falta de oportunidades de emprego para todas nós mulheres

6 - Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Procuro aprender mais sobre o que é ser quilombola, trabalho na saúde e percebo que podemos falar mais sobre isso com as pessoas que estão sendo acompanhadas.

7 - Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Sou uma das diretoras da Organização da Festa do Divino, além de participar da Associação.

8 - Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Estudar a cultura Quilombola fortalece a identidade, a preservação da cultura e tradições. Não temos uma mulher aqui participando diretamente da Política, mas vejo cada vez mais as mulheres em cargos aqui na Comunidade.

Meu marido não aceita meu cabelo, mas a partir do momento que eu aceitei não ligo.

9 - Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Tenho uma boa relação com meu esposo e que já dura 14 anos, sou feliz.

Mas vejo muitas violências doméstica, porém, hoje, vejo que a mulher reage, antes elas permitiam essa violência, minha profissão faz orientar as mulheres sobre os diversos tipos de violência.

10 - Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Temos que ter muito cuidado, eu nunca passei por constrangimento por ser negra ou quilombola. Dentro da Associação Quilombola, tentamos trabalhar com os direitos da mulher quilombola.

Nunca sofri discriminação e nem preconceito, só uma vez que olharam para meu cabelo de forma curiosa, mas relevei.

11 - Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Nunca fez nada de projeto na vila. Falam da branca que teve essa iniciativa de empoderamento da mulher negra e Quilombola. Mas ninguém se movimenta para fazer algo nesse sentido.

12 - Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Participo na Organização da Festa do Divino e da Diretoria da Associação.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Para que não morra nossa ancestralidade, e os mais novos passas ter identidade e deixar heranças para os seus.

Pretendo criar o projeto de alimentação, gosto de fazer o que minha mãe ensinou “sabores

de Jandica”, doces. Uma herança gastronômica ancestral.

ENTREVISTA 4 - 23/08/2023

1 - Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Gostar de ser Quilombola, é resistência, a Associação deveria garantir os nossos direitos, deve trabalhar autoestima com os mais velhos, sinto que eles não se importa ser quilombola.

2 - Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Desde de criança via as festividades do Divino, me envolvo na Igreja, já vivenciei isso, desde criança.

3 - Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

As mulheres são difíceis vê-las como líderes na comunidade, isso é vestígio das mulheres colonial, os homens não querem ver as mulheres nessas posições sociais.

4 - Quais principais desafios enfrentados por você?

Criar projetos de valorização a negritude

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Falta de oportunidades de capacitação para jovens e emprego para todas nós mulheres.

6 - Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

A identidade da mulher negra, visto que antes eu não me aceitava, eu não era negra, era morena, assim que me chamava. Minha mãe que começou a me ajudar, por meio da importância dos cabelos negros. Pois cresci vendo, na comunidade, cultura do alisamento de cabelo. Acho que esse aceitar-se é uma resistência.

7 - Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Participo dos projetos que acontece na Comunidade e da Associação.

8 - Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Pouco vemos isso em Macapazinho.

9 - Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Na faculdade me atçou a criar um grupo, chama negra, auto estima negra e aceitou.

O que espera?

Quero deixar meu legado para as próximas gerações, contribuir que a identidade não seja um tabu, que ser negro não é um problema, quero deixar registrado.

Potencialidades, inteligência, responsabilidade.

10 - Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Na Faculdade me chamam, de a Quilombola. Sinto um certo preconceito, de como se fala.

11 - Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Não sei.

12 - Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

De Um Grupo chamado Negra, para trabalhar a autoestima da mulher negra.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Quero deixar meu legado para as próximas gerações, contribuir que a identidade não seja um tabu, que ser negro não é um problema, quero deixar registrado.

ENTREVISTA 5 E 6 - 19/08/2023.

1 - Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Mariana: Antes agente nem sabia o que era quilombola, mas depois que disseram que seria bom, agora me sinto quilombola.

2 - Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Mariana - o círio marcou minha vida e o Festival do Tacacá, era uma sensação.

“Meu pai puxava a barca da Santa, mas nunca foi reconhecido”. Fomos criados no meio da festividade, éramos da serraria.

Ernestina - eu participava, mas as festas já são diferentes, lembro que tinha cadeiras e a missa era no coreto, hoje ainda acontece, mas é pouco.

3- Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Mariana: sou de outra religião hoje, congregação cristã no Brasil, deixei de participar das festividades.

Ernestina: sou católica, sempre vou às missas, mas me sinto muito doente, sempre estou tomando remédio.

4 - Quais principais desafios enfrentados por você?

Ana: A Violência Doméstica, vivi isso a vida toda, pelo meu pai e depois pelo meu marido.

Meu pai não era muito ligado, não em dedicação, era “curto e grosso”, teve Alzheimer, tinha 90 anos. Bebia dois copos e começava a ‘perder a cabeça, e fazia besteira com a gente.

Todos os filhos ele chamava de Francisco e as mulheres Maria, exceto o meu, ele errou, colocou Mariana.

O que mais lembro do meu pai, lembro do português dele “menina não faz isso”, “mas menina não te falei que não ia dar certo”

Ernestina: meu marido brigava por tudo, quando dizia para não dar confiança para o trabalhador Tetê, Ernestina cuidado com o Tetê, porque se ver essa panela ele vai comer tudo, só vai nas coxas”. Ele tinha muito ciúme de mim.

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Nós somos aposentadas, mas se minha mãe fosse viver só disso não dava, eu e minhas irmãs ajudamos. E ainda tem essa venda aqui, mas no final de semana, não dou conta de cuidar da minha mãe e ficar no ponto. Então reverso com minhas irmãs

6 - Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Ana: Participar da Associação, sendo que as mulheres tinham que participar mais das reuniões para brigar por seus direitos, porque não há muitas falas na associação, por exemplo: O Cras, antes funcionava, mas desde 2021, não funciona, já reclamei e nada, quando queremos atualizar nosso cadastro do nis, temos que ir a Castanhal.

7 - Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Não, só da Associação mesmo.

8 - Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Não há, aqui só nossa vida mesmo. As mulheres ficam longe dessas coisas

9 - Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Ana: quando era mais nova engravidei, sentir dor, levei 2 horas de carro para chegar no hospital e depois fui me consultar, meu pai disse “tem que aguenta foi o porquê engravidou. Cheguei no hospital, já na hora de parir. Tive duas cesáreas e não quero nunca ter normal.

Ernestina: tive 16 filhos, tudo normal, com a parteira e 3 abortos, não havia pré natal – 2 filhos morreram de tanto chorar e gemer, foi a doença que deu no umbigo dele

Ana: “quando comecei a me entender tive pena da mamãe, a parteira era má, jogava ovo na boca da mamãe para ela vomitar, porque quando fazia força empurrava o bebê para fora, foi sofrimento.

Ernestina: 10 filhos estão vivos, sendo que 1 morreu em acidente. Lembro que meu miúdo ia muito na colônia (serraria) tinha plantação de açaí que hoje minha filha toma conta, mas eu sentia falta dele.

10 - Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Ernestina: Gostava de fazer farinha. Era meu momento de mostrar meu trabalho.

Ana: Cozinhas para os trabalhadores e eles gostavam, cozinheira Pajeu. Lembro que meu pai tinha raiva de quem pegava a comida e jogava no mato, deixava a gente com fome “você vão comer na puta que pariu”, não deixava a gente sair. Ele ia arrumar namoradas para Belém e se divertia com as morenas. Não tinha moral com a gente, lembro que quando minha mãe fez cirurgia de retirada do útero, ela não fez tratamento com aplicação vaginal, dizia que ela estava com a assanhamento, ela sangrou e levei às pressas ao hospital (não deixou ela em paz) só foi liberar a gente para ir a algum canto, porque minha irmã o peitou, porque viu ele com uma mulher no mato e disse daqui para frente o senhor não tem moral e nós vamos sair.

A única parte boa que ele ensinou a gente, foi a trabalhar e não pedir nada a ninguém. Trabalho há 23 anos no Hospital São José. A única memória boa do meu pai que ele me ensinou a trabalhar.

11 - Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Devia ter mais projeto na comunidade, que ajude as mulheres.

12 - Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Assisto as reuniões da Associação, acho importante. Minha mãe não sai de casa, vive doente.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Espero que a Comunidade melhore, porque agora é muita gente que vem, os peixes estão morrendo, as pessoas vêm pescarem e deixam lixo na beira do rio, já cansei de limpar aqui perto. O meio ambiente não faz nada.

Ana: Meu futuro é ficar até o último dia na comunidade, minha mãe também. Antes vínhamos de pau de arara, agora é mais fácil chegar. Meus netos e bisnetos não moraram na comunidade, não são muito chegados.

Relatos

A gente achava que era escrava, 4h da manhã entrava no poço para espremer a mandioca, ia para Belém de barco pelo rio Inhangapi – Guamá, barco grande, o rio

era cheio de cerrado e eu pegava o motor, eu tinha que guiar. Eu não podia errar, se não era “filha de uma égua, não já te disse para fazer assim”, causaria, pegava carão demais. Hoje o barco não entra no rio daqui, está raso demais.

Toda Sexta íamos para Belém mais de 20 sacos de farinhas para Belém, ele jogava 60kg na minha costa, faltava morrer, minha história foi sofrida, mas sou grata, porque venci, trabalhei. Meu esposo apareceu no meu o caminho, vivemos 25 anos eu ia trabalhar e ele ia me vigiar, era ciumento, era abusivo, era de Castanhal, ele era ignorante e traiçoeiro, frio e calculista, vendia minhas coisas.

Entrevista 7 - 03/09/2023

1. Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Me sinto quilombola, meus avós originários eram indígenas. Tenho no sangue essa herança.

2. Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Meu Pai trabalhava na agricultura, ficava há 2km da comunidade. Levava as produções para fora ia pela estrada, mas ele andava de barco um período. Faz mais de 20 anos, a travessia ainda era na ponte de madeira. Era difícil. Teve um dia que ele foi pelo rio e quase não volta.

A Relação familiar se conecta com a história, a alimentação, como: pamonha, moqueca fazia parte do nosso cardápio e de nossos momentos em família.

3 - Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Precisamos repassar o que sabemos. Tenho duas filhas, mas já sabe jogar tarrafa, ensino os processos a elas. E preciso ensinar os novos sobre as tradições, seja na forma de pescar, e respeitar nossa história.

Antes plantávamos as ervas medicinais, não tinha tanto remédio, então usávamos essas ervas pra curar as doenças.

Eu adorava ir as festas, pulava a janela para ir à festa, tio Moca levava as mulheres para as festas e brincávamos de caí no poço. Lembro que os pais colocavam medo para os mais jovens para que não ficasse na beira da casa.

4-Quais principais desafios enfrentados por você?

Comercio quais produtos comprava os mantimentos para comprar o pão, era só de 8 em 8 dias, lembrei de um momento de insegurança, teve tiros, isso nunca tinha acontecido na comunidade.

Então acredito que até hoje precisamos de mais segurança, agora tem a pista asfaltada, mas mesmo assim, ficamos inseguros.

Outro desafio é a aposentadoria, não tenho projeto pós aposentadoria. Meu pai já está falecido e quero cuidar de minha mãe, só moramos nós duas.

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

O povo da cidade ainda nos ver estranha, já trabalhei em casa de família e estudava. Por isso tenho uma profissão. Já minha irmã, não teve a liberdade de estudar.

6- Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Continuo plantando ervas, sou da área da saúde, vejo tanta coisa. Por isso não deixo de acreditar em nossos saberes.

7. Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

A associação deve conversar sobre os direitos quilombola, procuro passar os ensinamentos, muito na família sobre ancestralidade.

8. Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

9. Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Particpei de grupo de jovens. Me entrosa com o pessoal de minha época, não sofri discriminação.

10. Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Não

11. Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

12. Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Tenho boa relação com a comunidade, sou referência, as vezes chega gente a noite atrás de mim. Já fiz parto a domicílio, era parteira de Macapazinho e Boa vista.

E papel da Associação conversar sobre os diretos quilombola,

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Espero mais conquistas e respeito.

Entrevista 8 - 10/09/2023

1 -- Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Sim, me acho, as vezes não, não sei como me definir.

2 - Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Gostava de andar a cavalo com minha mãe. Não lembro de muita coisa, lembro da casa, do cavalo, o cabrito e quando ia com minha vó pegar a mandioca, ela levava para banhar no rio, aprendi a nadar com o avô Marco e tinha muitas mandiocas de molho. Via que eles gostavam de me ver acompanhar a vida da roça, mas eu era pequena e não ajudava, só passeava, não sei fazer a farinha, mas olhava o processo.

3 - Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Nunca gostei de festa e nem festival do tacacá, tinha medo, tenho aflição pelas festas, no Círio fico ansiosa para acabar, quando era festividade eu ia para a cidade, eu tenho medo, trauma, porque antes as festas tinham muitas brigas e fiquei com medo, as mulheres sempre foram importantes no festival do tacacá, a mulher trabalhava e eles ganhavam, acho que só existia por conta de nós mulheres. Embora, os homens sejam responsáveis no Círio, mas somos nós que estamos por trás, no Divino são praticamente mais mulheres por conta da preparação dos alimentos.

4-Quais principais desafios enfrentados por você?

Manter as tradições, hoje é mais difícil, eu sou jovem e não lembro muita coisa.

5 - Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Vejo algumas amigas sem oportunidades, acho que pra nós mulheres as coisas são mais difíceis.

6- Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Acho que deveria ter mais informações no quilombo.

7. Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Sou da Diretoria do Círio, ajudo na ornamentação e na parte da comida. Sempre estou disposta a ajudar.

8. Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Saber a política só os homens que decidem, mas nunca pensei em ser política, nem entrar na política.

9. Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Sou bem aceita na Comunidade. Mas já sofri preconceito, acho que há diferenciações entre as mulheres na comunidade, as com mais posses são mais vistas e as que tem outras sexualidades são discriminadas.

10-Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Acho que precisamos aprender mais sobre o que é ser quilombola. As vezes as pessoas falam, você mora no quilombo, mas fui criada numa agrovila.

Um dia entrei numa loja e sofri preconceito, os guarda me seguiu e pediu para vasculhar minha bolsa, nunca tinha ocorrido e me senti constrangida, mas não busquei meus direitos e minha tia disse que também sofreu preconceito nessa mesma loja quando foi comprar uma blusa.

11. Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Não participo de projeto, mas vejo muitas que só usam a comunidade para interesses depois não deixa nada em troca, espero que venha novos projetos para as gerações futuras e que seja desenvolvido com continuidade.

12. Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Participo da Associação e Sou Secretária da Escola.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Termino ano que vem minha faculdade.

A comunidade precisa de mais coisas, começa uma coisa e nunca vai pra frente. Tinha o encontro das comunidades, era muita gente, hoje não há muita gente ligada a comunidade católica. Não tenho ideia em como desenvolver projeto, mas gosto de artesanato, não sei como faço os projetos, mas tenho habilidade, e se tiver incentivo, meto a cara e faço.

ENTREVISTA 9 –10/09/2023

1-Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Não sei, como me definir

2-Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Eu andava a cavalo, mas a principal lembrança com a família era a produção de bejú e o manuseio com andiroba, farinha, cacau, urucu caseiro, saberes que minha vó me passou e que sigo o rito, inclusive já muitas pessoas aqui aprender.

Quero muito repassar a minha filha, o uso sustentável do que a natureza nos dá, aqui no sítio, graças a Deus, tempos de tudo um pouco, até a Castanha do Pará. Os antigos faziam, e são poucos os novos que sabem, os adolescentes não sabem,

3. Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Tenho memórias de um tempo antigo. O cacau secava, os amendoins e as castanhas eram feitas e eram raladas com um ralo de lata de sardinha. Essas práticas me conectam aos mais antigos, lembro dos conselhos e dos ensinamentos, mas era minha avó que repassava, eu era mulher, ela mulher – Maria Lameira da Santana o sobrenome é Mendes.

Tem um lugar SANTANA. Lá é um paraíso, sempre ia lá, estava com as primas de lá, o 4º domingo, tem missa na capelinha, lá eles são agricultores, tinha trilho no engenho de lá, os mais antigos, antes era um porto, um elo entre moradores e o rio. Agora tem ramal que vai pelo Itaqui.

Como sei fazer e extrair o óleo de andiroba, o pessoal vem muito atrás, para aprender e pegar a andiroba, porque sabem que eu preservo essa prática.

4. Quais principais desafios enfrentados por você?

É um desafio ensinar as novas gerações, sempre conseguimos desenvolver, mas não fomos mais atrás, não participo da associação, já participei de palestra, mas nunca mais participei.

5. Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Falta de interesse dos órgãos públicos da Comunidade em ensinar as práticas mais antigas.

6. Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Me acho mil no topo de tudo, pois saber o que sei, e aprender e me acho importante e minha família e amigos. Pai nos deixou muito cedo, não tive vínculo com ele e meu avó nos criou até 6 anos de idade, minha relação com o padrasto foi boa, sempre nos deu o que meu pai não deu, minha relação com meus irmãos sempre foi boa.

7. Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Participo da Festa do Divino e do Círio, das celebrações religiosas, importante ter fé Festividade São Miguel Arcanjo lá da Comunidade Nova Aliança.

8. Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Acho que elas poderiam ter maior participação política. A comunidade tem boa aceitabilidade nos papéis políticos.

9. Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Acho que deveria ter mais apoio para as produtoras na comunidade. A gente não sabe de nada e precisa quem nos ensine,

Meu pai de sangue não fez nada por nós. Fomos criados sem o apoio dele, aprendi a me virar,

Vejo ele, tomo benção, mas não sinto nada por ele, nenhum afeto. Meu avô materno foi um outro pai, esse sim, me ensinou muito.

10. Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Nunca sofri nenhum preconceito nem dentro, nem fora.

11-Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Importante discutir a percepção da comida, projetos, oficinas de artes para senhoras, bordado

costura para ocupar seu tempo e projetos para as crianças nos dias de semana.

12. Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Não participo

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Para o futuro, espero que cada um se virando por si, ninguém se importa por ninguém e quero que minha filha se vire por si e conquiste o que é seu.

Os órgãos públicos deveriam favorecer os empregos para quem mora aqui. Direcionar nossos filhos para conseguir emprego, pode ser longe daqui, pois as informações de capacitação e emprego, passam rasteiras.

ENTREVISTA 10 –11/09/2023

1-Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?

Agora sou Quilombola

2-Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?

Sempre via meus pais na roça e aprendi a lida cedo, mexer com a terra e fazer farinha.

3-Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?

Somos nós que cuidamos de tudo, cuidamos do marido, dos irmãos e da casa, mas não somos reconhecidos. Sempre participei dos eventos da Comunidade, sempre ajudando.

4 -Quais principais desafios enfrentados por você?

Preservar as coisas na comunidade, os ensinamentos que os mais velhos passavam, muita coisa mudou e os mais novos não tem interesse em aprender.

5-Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?

Falta de reconhecimento e valorização.

6-Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?

Antes tudo era mais difícil, até para ir a Castanhal. Lembro que íamos ao rio fazer as coisas, hoje é só bagunça, o rio está se acabando e ninguém faz nada.

7-Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?

Participo de todas as atividades religiosas na Comunidade (Círio e Festa do Divino) mas antes tinha outros eventos e festividades. Sou da Associação e vejo que falta mais empenho pela comunidade.

8-Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?

Não tem

9-Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?

Nunca sofri preconceito, mas já trabalhei em casa de família, e sempre me veem diferente. Vejo que nós negras, temos mais dificuldade em conseguir emprego. Só conseguir estudar mais, porque fui morar um tempo na cidade.

10. Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?

Não sofri preconceito.

11-Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?

Não conheço.

12-Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?

Participo da Associação e da Organização do Círio.

13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Espero mais projetos para a Comunidade, tenho dois filhos e vejo pouco interesse em saber sobre os saberes local.

ANEXOS

- I - QUESTIONÁRIO
- II - ROTEIRO DE ENTREVISTA
- III - FOLHA DE ROSTO COMITE DE ÉTICA
- IV - TERMO LIVRE CONSENTIDO
- V - RELATÓRIO DE CAMPO
- VI - PAINEL DE FOTOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA
QUESTIONÁRIO

() Cultura, esporte e Lazer () Outros.

I - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA:

- 1.1 -código (pode ser fictício): _____
1.2- Idade: _____
1.3- Estado civil: () solteira () casada () viúva separada ou divorciada () outro
1.4- Sexo: () F () M () outro
1.5- Cor/raça: () branca () preta () parda () amarela () indígena () outra
1.6- Qual é o seu nível de educação formal?: () sem escolaridade () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental () ensino médio incompleto () ensino médio () superior incompleto () superior completo () mestrado ou doutorado () não sei informar
1.7 - Qual é a sua ocupação atual? () Empregado(a) em tempo integral () Empregado(a) em meio período () Desempregado(a) () Estudante () Aposentado(a) () Outro
1.8- Faixa de renda mensal aproximada: () até 1.s. () de 1 a 3 s.m () de 3 a 5 s.m () acima de 5 s. () sem renda
1.9 Você possui algum tipo de benefício governamen () Sim _____ () Não
1.10- Caso Possua filho: () 1 filho () 2 a 3 filh () acima de 3 filhos
1.11 - Quantas pessoas vivem em sua residência? () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
1.12 - Assinale a renda familiar mensal de sua casa: () até 1.s.m () de 1 a 3 s.m () de 3 a 5 s.m () acima de 5 s.m () sem renda
1.13 - Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5 pessoas
1.14 - Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5 pessoas
1.15 - você contribui na renda familiar? () Sim () Não

II - ASPECTOS GERAIS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- 2.1- Como você avalia a qualidade de vida na sua comunidade? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.2 O que você mais gosta na sua comunidade? Marque até 3 alternativas () Ruas () Comércio e Serviços () Vegetação () Rios/igarapés () Festividades () comunidade como um todo
2.3. O que você mais gosta na sua comunidade com relação a oferta de serviços públicos? Marque até 3 alternativas () Saúde () Educação () Assistência Social () Habitação () Meio ambiente () Infraestrutura e obras () Agricultura

- 2.4. Como você vê a oferta de emprego em Castanhal para mulheres negras? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.5. Onde deveria, prioritariamente, ser aplicado o imposto que o cidadão paga para a Prefeitura de Castanhal, para melhorar ou ampliar o serviço na comunidade? () Coleta de lixo () Limpeza das ruas () Pavimentação () Desobstrução de canais () saúde () educação () Outras opções

- 2.6. Como você vê a qualidade de oferta de moradia em Macapazinho? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.7. Você tem moradia própria? () sim () não
2.8. As atividades culturais, de lazer e esportivas são satisfatórias para o público quilombola? () sim () não.
2.9. Como você avalia a política cultural na comunidade? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.10. Como você avalia a política de esporte e lazer na comunidade? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.11. Você conhece algum programa ou projeto que estimule a cultura de povos quilombolas em Castanhal? () sim () não.
2.12. Você conhece algum programa ou projeto que estimule a prática de esporte na comunidade? () sim () não.
2.13. Você se sente contemplado nas ações sociais e/ou culturais realizadas na comunidade? () sim () não.
2.14. Como você avalia o gerenciamento de resíduos sólidos (coleta, transporte e destinação final do lixo) na sua localidade? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.15. Como você avalia a qualidade dos recursos hídricos (igarapés, canais e rios) () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.16. Sobre o patrimônio natural da comunidade, há preservação ? () sim () não
2.17. Como você avalia a política ambiental na comunidade? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.18. Qual o estado de conservação da sua rua? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.19. Como você avalia os serviços de atendimento básico de saúde (consultas e exames laboratoriais básicos)? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo
2.20. Como avalia os serviços de atendimentos de média e alta complexidade (consultas/exames especializados e serviço hospitalar) em Castanhal? () Ruim () Regular () Bom () Ótimo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

- 2.21. Você conhece algum programa, projeto ou serviço voltada às mulheres quilombolas?
() sim _____ () não
- 2.22. Como você avalia a qualidade do ensino público municipal na comunidade?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.23. O ensino quilombola na comunidade contempla as necessidades da C. Q?
() sim () não
- 2.24. Como você avalia a qualidade da merenda escolar municipal?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.25. Como você avalia a qualidade do transporte escolar municipal?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.26. Como você avalia a mobilidade urbana (fluidez e segurança) nos ramais?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.27. Como você avalia os serviços de transporte coletivo?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.28. Qual a modalidade de transporte que você mais utiliza?
() Veículo individual () Ônibus () Táxi e mototáxi () A pé () Bicicleta () Outros
- 2.29. Como você avalia a qualidade da iluminação pública na comunidade?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.30. Como você avalia a qualidade da pavimentação das ruas na comunidade?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.31. Como você avalia o serviço de saneamento básico (abastecimento de água, rede de esgoto e coleta regular de lixo) na sua localidade?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.32. Quais as atividades agropecuárias mais desenvolvidas em sua comunidade?
() Agricultura () Criação de pequenos animais () Criação de peixes () Outros. Especificar: _____
- 2.33. Como você avalia a atuação da Secretaria Municipal de Agricultura? Quais as sugestões para avançar ainda mais?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
Sugestão. _____
- 2.34. Como você avalia a oferta de serviços da política de Assistência Social na comunidade, por meio dos equipamentos (Cras, Creas, Cadunico)?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.35. Você acha que deveria ter mais serviço na comunidade?
() Sim. Onde?----- () Não
- 2.36. Na sua opinião em que área deveria ser criado Projeto? () Para Idosos () Para Crianças e adolescentes () Para pessoas com Deficiência () Para mulheres () Outros. Especifique _____.
- 2.37. Como você entende a visibilidade social da mulher na comunidade?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo
- 2.38. Você conhece programas e ou serviços voltadas para mulher quilombolas na área social?
() sim () não
- 2.39. Já houve algum evento social ou político específico para mulheres quilombolas na comunidade? () sim () não
- 2.40. Você já liderou ou coordenou algum setor público na comunidade ?
() sim () não



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I - CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- 1.1 . Qual é o nome da comunidade quilombola?
- 1.2. Há quanto tempo essa comunidade quilombola existe?
- 1.3. Qual é o tamanho aproximado do território quilombola em hectares?
- 1.4. Quais são os principais recursos naturais encontrados no território quilombola?
- 1.5. Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade quilombola?
- 1.6. A comunidade quilombola tem acesso a serviços básicos, como água potável, energia elétrica e saneamento?
- 1.7. Quais são os principais desafios enfrentados pela comunidade quilombola em relação à infraestrutura?
- 1.8. A comunidade quilombola possui algum tipo de apoio governamental ou programas específicos para o desenvolvimento local?
- 1.9. Quais são as principais formas de organização social e política da comunidade quilombola?
- 1.10. A comunidade quilombola enfrenta algum tipo de pressão ou conflito por parte de outros atores, como empresas ou fazendeiros?
- 1.11. A comunidade quilombola tem preservado suas tradições culturais e práticas ancestrais?
- 1.12. Existe algum tipo de projeto de turismo comunitário ou valorização do patrimônio cultural da comunidade quilombola?
- 1.13. Como a comunidade quilombola se relaciona com os órgãos públicos e a sociedade em geral?
- 1.14. Quais são as expectativas da comunidade quilombola em relação ao futuro do seu território?
- 1.15. Existe algum desejo ou demanda específica da comunidade quilombola em relação a políticas públicas ou ações afirmativas?

II - CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- 2.1. Quantas mulheres quilombolas vivem na comunidade?
- 2.2. Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres quilombolas?
- 2.3. As mulheres quilombolas têm acesso a oportunidades de trabalho remunerado fora da comunidade?
- 2.4. Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas em relação ao acesso a recursos e oportunidades?
- 2.5. Existe algum tipo de apoio específico para o empoderamento das mulheres quilombolas na comunidade?
- 2.6. Como são as condições de saúde das mulheres quilombolas? Elas têm acesso a serviços de saúde adequados?
- 2.7. As mulheres quilombolas têm acesso a educação formal? Se sim, qual é o nível de escolaridade predominante?
- 2.8. Quais são as formas de participação política das mulheres quilombolas na comunidade e em organizações locais?
- 2.9. A comunidade quilombola promove a igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres?
- 2.10. Quais são as principais tradições e práticas culturais das mulheres quilombolas que são preservadas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA

- 2.11. Existe algum projeto ou iniciativa específica voltada para as mulheres quilombolas na comunidade?
- 2.12. Quais são as perspectivas das mulheres quilombolas em relação ao futuro da comunidade?
- 2.13. As mulheres quilombolas enfrentam algum tipo de discriminação ou preconceito por parte da sociedade em geral?
- 2.14. Existe alguma demanda ou necessidade específica das mulheres quilombolas em relação a políticas públicas ou ações afirmativas?

III- IDENTIDADE QUILOMBOLA (falas mais íntimas das participantes)

- 3.1. Como você define sua identidade e como isso se relaciona com sua comunidade?
- 3.2. Qual sua relação com sua família, ancestralidade e como você se conecta com a história e as tradições quilombolas?
- 3.3. Qual o papel das mulheres quilombolas na preservação da cultura e das tradições da comunidade?
- 3.4. Quais principais desafios enfrentados por você?
- 3.5. Quais as principais barreiras sociais, econômicas e culturais que você enfrenta em sua vida diária?
- 3.6. Quais são as formas de resistência, fortalecimento e luta por direitos que elas têm utilizado?
- 3.7. Você participa de atividades comunitárias, movimentos sociais ou organizações voltadas para a defesa dos direitos quilombolas e igualdade de gênero?
- 3.8. Como se dar a representatividade das mulheres quilombolas na esfera política e nas tomadas de decisão da comunidade?
- 3.9. Quais suas experiências nos aspectos da interseccionalidade da identidade quilombola com outras dimensões, como gênero, raça, classe social e orientação sexual?
- 3.10. Qual sua relação com a sociedade em geral, existe discriminação ou preconceito enfrentados fora da comunidade?
- 3.11. Há discussão sobre projetos ou iniciativas em andamento que promovam o fortalecimento e a inclusão das mulheres quilombolas?
- 3.12. Qual sua relação com as decisões para a comunidade, você participa de associação, movimento ou outras organizações sociais que tem poder de decisão na comunidade?
- 3.13. O que você espera para si mesma, para a comunidade e para as futuras gerações?

Agradecemos sua Participação!!!!

Painel fotos do Círio Fluvial de Macapazinho







RELATÓRIO TRABALHO DE CAMPO PARA COLETA DE PONTOS NO GPS

| | | | |
|-------------------|-------------|---------------------|---|
| DATA: | 08/12/2023 | OBJETIVO | Relizar mapeamento com registros de Coordenadas geográficas dos principais equipamentos públicos e/ou privados localizados na Comunidade Macapazinho. |
| LOCALIDADE | MACAPAZINHO | MUNICÍPIO/UF | Castanhal / PA |

| Nº | DATA | NOME | EQUIPAMENTOS DE POLÍTICA / INSTITUIÇÃO | IMAGEM |
|-----------|-------------|--|---|---|
| 01 | 08/12/2023 | Cras Macapazinho | Assistência Social |  |
| 02 | 08/12/2023 | Escola Quilombola Maria Bandeira Braga | Educação |  |


| | | | | |
|----|------------|--|-----------------|---|
| 03 | 08/12/2023 | Escola Francisco Ferreira de Matos | Educação |  |
| 04 | 08/12/2023 | Ginasio Poliesportivo Pedro Reis Meninea | Esporte e Lazer |  |
| 05 | 08/12/2023 | Campo da comunidade | Esporte e Lazer |  |



| | | | | |
|----|------------|---|---|---|
| 06 | 08/12/2023 | Sede desativada | Instituições políticas não governamentais |  |
| 07 | 08/12/2023 | Associação dos Remanescentes Quilombolas de Macapazinho | Instituições políticas não governamentais |  |
| 08 | 08/12/2023 | Centro Administrativo | Outros equipamentos |  |

| | | | | |
|----|------------|-------------------------|---------------------|---|
| 09 | 08/12/2023 | Banheiro publico | Outros equipamentos |  |
| 10 | 08/12/2023 | Cemiterio de Macapainho | Outros equipamentos |  |
| 11 | 08/12/2023 | Torre de telefonia | Outros equipamentos |  |

| | | | | |
|----|------------|---|---------------------|--|
| 12 | 08/12/2023 | Trapiche | Outros equipamentos |  |
| 13 | 08/12/2023 | Casa de Memória do Poeta Benício Santos | Outros equipamentos |  |
| 14 | 08/12/2023 | Residência da família Meninéa | Outros equipamentos |  |

| | | | | |
|----|------------|--------------------------------|---------------------|---|
| 15 | 08/12/2023 | Centro de Reunião | Outros equipamentos |  |
| 16 | 08/12/2023 | Ponte sobre o rio Apeú | Outros equipamentos |  |
| 17 | 08/12/2023 | Capela Nossa Senhora de Nazare | Religiosa |  |

| | | | | |
|----|------------|---------------------------|-----------|--|
| 18 | 08/12/2023 | Barraca da Santa | Religiosa |  A photograph of a small, single-story building with a white facade and a blue roof. The words "BARRACA DA SANTA" are written in blue capital letters on the front wall. The building has two large, dark blue doors. It is situated on a grassy area with a utility pole and some trees in the background under a blue sky with light clouds. |
| 19 | 08/12/2023 | Coreto | Religiosa |  A photograph of a blue-painted metal gazebo with a tiled roof. It has four pillars and a set of concrete steps leading up to the platform. The gazebo is located in a park-like setting with green grass, trees, and a street lamp in the background under a blue sky with white clouds. |
| 20 | 08/12/2023 | Igreja Assembleia de Deus | Religiosa | |

| | | | | |
|----|------------|----------------------|-------|--|
| 21 | 08/12/2023 | Academia ao ar livre | Saúde |  |
| 22 | 08/12/2023 | USF Maria Monteiro | Saúde |  |





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Estudo: A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA.

Pesquisadora Responsável: Carmem do Socorro da Silva Quadros.

Local da Coleta de Dados: Castanhal/PA - Comunidade Quilombola de Macapazinho. **Endereço:** UFPA - Campus Castanhal/Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Telefone para contato: (91) 37211686.

Endereço do Comitê de Ética: UFPA-Campus Castanhal/Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Telefone para contato: (91) 98333-0411. **Endereço do Comitê de Ética:** Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará (CEP - ICS/UFPA). Rua Augusto Corrêa, nº 01, Campus do Guamá. UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS, sala 13, 2º andar, CEP: 66.075-110, Belém-Pará. Tel: 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br .

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a conceder essa entrevista de forma totalmente voluntária. Antes que você decida participar desta pesquisa e conversar com a pesquisadora, é importante que você compreenda as informações e instruções deste documento. A pesquisadora deverá responder as suas dúvidas antes da confirmação da sua participação. Você tem direito de **desistir** de participar a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Procedimentos: Sua Participação nesta pesquisa consistirá na concessão de entrevista e preenchimento de questionário a pesquisadora e você não terá gastos ou ganhos (benefícios) financeiros por participar.

Benefícios: Destaca-se como benefício a relevância deste trabalho para o Município de Castanhal, como meio para subsidiar projetos, programas e políticas voltadas para um melhor entendimento das questões que cercam as políticas públicas para as mulheres quilombolas nesse município.

Riscos: A concessão da entrevista e o preenchimento do questionário pode acarretar algum tipo de desconforto com a metodologia aplicada, situação de estresse e insatisfação ao se responder às questões. Não há maiores riscos previsíveis, porém, caso algum desses riscos previsíveis aconteçam, estes serão minimizados pela pesquisadora e caso você decida deixar a pesquisa, poderá fazê-lo a qualquer momento, não sofrendo prejuízo, coação ou dano algum.

Sigilo: As informações fornecidas por meio do preenchimento do questionário e das entrevistas serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Dessa forma, em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO: Eu, _____
declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e me sinto esclarecida sobre seu conteúdo, riscos e benefícios. Declaro ainda, que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa, cooperando com a pesquisadora e autorizo o uso de minha imagem, áudios, vídeos e documentos em todo e qualquer material para produção da dissertação acadêmica, bem como nas peças de comunicação que será veiculada nos canais de mídia.

Castanhal, de _____ de 2023.

Pesquisadora

Entrevistada

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE MACAPAZINHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CASTANHAL-PA.

2. Número de Participantes da Pesquisa: 30

3. Área Temática:

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
CARMEM DO SOCORRO DA SILVA QUADROS

6. CPF:
630.618.802-91

7. Endereço (Rua, n.º):
aven major wilson fonte boa cond parque paraíso CASTANHAL PARA 68740891

8. Nacionalidade:
BRASILEIRO

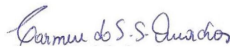
9. Telefone:
91985101972

10. Outro Telefone:

11. Email:
kapitukapu@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 10/ 06/2023



Carmem do Socorro da Silva Quadros

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:
Universidade Federal do Pará

13. CNPJ:

14. Unidade/Órgão:
Campus Universitário de Castanhal

15. Telefone:
(91) 3311-4600


16. Outro Telefone:

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Yomara Pinheiro Pires

CPF: 613.782.912-04

Cargo/Função:
Coordenadora do PPGEAA - Portaria nº 4188/2021-Reitoria



Data: 10 / 06 / 2023

Yomara Pinheiro Pires

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica.